

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

CONCEIÇÃO DE MARIA DE SOUSA E SILVA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: Um estudo sobre o
Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira, Teresina – Piauí

BELÉM - PA

2021

Conceição de Maria de Sousa e Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA TRAVESTIS E
TRANSEXUAIS: Um estudo sobre o Centro de
Referência LGBT Raimundo Pereira, Teresina –
Piauí

Dissertação apresentada ao curso Maestría
Estado, Gobierno y Políticas Públicas da
Faculdade Latino-Americana de Ciências
Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção do título
de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas
Públicas.

Orientador: Prof. Msc. Gleidson Wirllen Bezerra Gomes.

Belém – PA

2021

Ficha Catalográfica

SILVA, Conceição de Maria de Sousa

Políticas Públicas para Travestis e Transexuais: Um estudo sobre o Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira, Teresina – Piauí / Conceição de Maria de Sousa e Silva. Belém: FLACSO/FPA, 2021.

Quantidade de folhas 85 f.:il

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2021.

Orientador: Prof. Msc. Gleidson Wirllen Bezerra Gomes.

Conceição de Maria de Sousa e Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
TRAVESTIS E TRANSEXUAIS: Um
estudo sobre o Centro de Referência
LGBT Raimundo Pereira, Teresina –
Piauí

Dissertação apresentada ao curso
Maestría Estado, Gobierno y Políticas
Públicas da Faculdade Latino-
Americana de Ciências Sociais e
Fundação Perseu Abramo, como parte
dos requisitos necessários à obtenção
do título de Magíster en Estado,
Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovado em: 25/11/2021

Prof. Me. Gleidson Wirllen Bezerra Gomes (FLACSO)

Profa. Dra. Teresinha de Fátima Ribeiro Bassalo (SEDUC-PA)

Profa. Dra. Selma de Sousa Brito (FLACSO)

DEDICATÓRIA

Ao barítono Raimundo Pereira (In memoriam)

Dedico também este trabalho as/aos ativistas do Movimento LGBT, especialmente as militantes travestis e transexuais que lutam incessantemente pela defesa da cidadania e por dignidade, e assim, contribuindo para ampliação dos direitos e da democracia em nosso país, para as quais expresso minha profunda admiração e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Escrever, falar sobre pessoas, pesquisar determinado assunto, transformando-o em uma dissertação de mestrado, não é tarefa das mais fáceis. Apesar das dificuldades na realização da pesquisa, no caminho que percorri em um tempo não muito propício para a produção intelectual, devido o que temos vivenciado por conta da crise sanitária do coronavírus, que tem assolado o mundo, e nos envolvendo a todos, devido às perdas que tivemos; apesar desse problema, pude neste percurso, contar com a participação e contribuição de pessoas que, de forma voluntária, se despiram de suas informações, de suas vivências e as colocaram à disposição para a feitura desta pesquisa.

Escolhi trabalhar este tema, sobre as políticas públicas para travestis e transexuais, desenvolvidas pelo Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira, pois durante esses últimos 6 anos, pude trabalhar com a temática enquanto gestora de direitos humanos; onde, na oportunidade, compartilhei momentos de construção coletiva, em busca de conquistas para essa população. Essa, talvez tenha sido a forma que encontrei para, de certo modo, poder agradecer a essas pessoas pela luta de resistência que travam diuturnamente no sentido de demonstrar que também são cidadãs e cidadãos, e como tais, devem ser reconhecidas (os).

As trajetórias e vivências dessa população fazem parte do percurso que busco resgatar neste trabalho. Por suas contribuições históricas, se tornaram participantes ativas deste processo. É para essas companheiras de sonhos e lutas, que faço meus agradecimentos: A Maria Laura dos Reis, ativista travesti, que traz em sua face o orgulho de ser uma mulher travesti, como ela mesmo diz: “Sou travesti e exijo respeito”. Agradecer também a Joseane Borges, ativista Transexual e gestora estadual da pasta da Gerência de Enfrentamento a LGBTfobia; a Monique Santos, ativista negra e travesti, uma das primeiras a iniciar as lutas para organização do movimento LGBT no Estado. Agradecer também ao Vitor Kolowsviki, Coordenador do Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira, que pelo seu conhecimento profundo da luta e das articulações do Centro de Referência, muito contribuiu com o presente trabalho. Meus agradecimentos são também para David Fontenelle; para Marcela Braz, a assistente Social Conceição Osterne, que vem acompanhando desde o início, enquanto profissional, os serviços desenvolvidos pelo Centro de Referência. Lembrar também nesses agradecimentos o

papel fundamental de Kátia Tapety e Jovanna Cardoso, grandes nomes, elas que são referências nacional a serem lembradas quando se trata da luta por dignidade da população LGBT, em especial, as travestis e transexuais.

Agradecer de forma especial ao meu orientador Gleidson Gomes pelo companheirismo, doação e troca de saberes, que me ajudaram na orientação e direcionamento ao objetivo principal perseguido por esta pesquisa.

Agradecer a todos (as) professores do Curso de Mestrado pela importante contribuição ofertada no debate e aprendizado dos conteúdos.

A Fundação Perseu Abramo, e ao Partido dos Trabalhadores pela oportunidade que nos foi dada para termos um conhecimento maior sobre políticas públicas.

A todos (as) companheiros e companheiras do curso pela bela troca de conhecimentos e experiências adquiridos na militância política, mas também na vida profissional, nas nossas aulas presenciais.

Enfim, agradecer de modo especial minha família; minha mãe dona Teresinha Silva, meu pai Raimundo Pereira da Silva (in memoriam) alicerces de minha vida; a minha filha Fernanda Rafaela e meu adorável neto João Raphael. A todos (as), minha profunda gratidão.

Temos o direito de ser iguais, quando a nossa diferença nos inferioriza, e temos o direito de ser diferentes, quando nossa igualdade nos descaracteriza.

- Santos, 2003.

O que escrevo é mais que invenção [...]. É dever meu, nem que seja de pouca arte, o de revelar a vida. Porque há direito ao grito. Então eu grito [...] irei até onde o ar termina, irei até a grande ventania se soltar uivando, irei até onde o vácuo faz uma curva, irei até onde meu fôlego me levar.

- Clarice Lispector

RESUMO

Esta pesquisa tem como propósito analisar as experiências de implementação de políticas públicas específicas demandadas pelo movimento LGBT, em especial, à população de travestis e transexuais, desenvolvidas pelo Centro de Referência LGBT- Raimundo Pereira, órgão vinculado ao governo do Estado do Piauí, destacando o papel dos gestores de direitos humanos, do movimento LGBT e do Estado no que tange às garantias dos direitos dessa população. O Centro de Referência foi criado como um mecanismo de elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para o atendimento dessa população na perspectiva da garantia de seus direitos em vista da construção de sua cidadania. Considerando que a implementação de políticas específicas para LGBT, tem como enfoque a relação entre movimento LGBT e Estado, torna-se importante destacar o envolvimento e compromisso do Estado nas demandas advindas do movimento LGBT, cujo controle social dos órgãos representativos passa a efetivamente acontecer através de suas devidas representações. Os órgãos de controle social têm operado no sentido de permitir que essas políticas construídas ao longo dos anos sejam, de fato, motivos de mudanças na perspectiva da vida de travestis e transexuais. A escolha pela metodologia qualitativa encontra ressonância na concepção de conhecimento proposto por Gonzáles Rey (2005) que, segundo este autor, neste modelo de pesquisa, a teoria aparece como um sistema aberto que, conjuntamente com as representações teóricas mais gerais assumidas pelo pesquisador, desde um marco teórico estabelecido, integra localmente tanto as ideias desse pesquisador como o momento empírico particular caracterizador do tempo atual de uma pesquisa. O método adotado para a realização deste trabalho é a metodologia qualitativa, através da realização de uma pesquisa sobre a temática em questão (de cunho teórico e prático), com realização de entrevistas previamente definidas. A contribuição dos entrevistados através dos seus relatos, se torna peça chave para a compreensão de como se processaram essas políticas e qual tem sido o papel operado pelo Centro de Referência nesse contexto. Conhecer também os fatos que se consubstanciaram em importante suporte para compor o quadro de informações sobre o Centro de Referência, a partir das experiências e vivências de cada um, buscar realizar o que se propõe a pesquisa, que é de contribuir para a dinamização do Centro de Referência LGBT como espaço de apoio e de encaminhamento das demandas dessa população.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas; Movimento LGBT; Travestis e Transexuais; Controle Social; Cidadania LGBT.

ABSTRACT

This research aims to analyze the implementation of specific public policies by the LGBT movement, in particular, the transvestite and transsexual population, developed by the LGBT Reference Center- “Raimundo Pereira”, linked to the government of the State of “Piauí”, highlighting the role of human rights managers, the LGBT movement and the State in terms of guaranteeing the rights of this population. The Reference Center was created as a mechanism for the implementation and implementation of public policies aimed at serving this population from the perspective of guaranteeing their rights with a view to building their citizenship. Demanding that the implementation of specific policies for LGBT, focuses on the relationship between the LGBT movement and the State, it is important to highlight the involvement and commitment of the State in the demands arising from the LGBT movement, whose social control of the representative bodies starts to fulfill happen through of their due representations. The social control bodies have operated in order to allow these policies built over the years to be, in fact, reasons for changes in the perspective of life for transvestites and transsexuals. The choice for qualitative methodology resonates with the conception of knowledge proposed by González Rey (2005) that, according to this author, in this research model, theory appears as an open system that, together with the more general theoretical representations assumed by the researcher, since an established theoretical framework, locally integrates both the ideas of this researcher and the particular empirical moment that characterizes the current time of a research. The method adopted to carry out this work, the qualitative methodology, through conducting research on the subject in question (theoretical and practical), with realization of pre-defined definitions. The contribution of the interviewees through their reports becomes the key to understanding how these policies were processed and what has been the role played by the Reference Center in this context. Knowing also the facts that were materialized in important support to compose the information board about the Reference Center, from the experiences and experiences of each one, trying to accomplish what the research seeks, which is to contribute to the dynamization of the Center of LGBT Reference, as a space to support and address the demands of this population.

KEYWORDS: Public Policies; LGBT Movement; Transvestites and Transsexuals; Social Control; LGBT citizenship.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABL – Associação Brasileira de Lésbicas
- ABGL – Associação Brasileira de Gays e Liberados
- ABGLT – Associação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis de Transexuais
- ATRAPI – Associação de Travestis e Transexuais do Piauí
- ATRANSPI – Associação de Homens Trans do Piauí
- ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados
- BSH – Brasil Sem Homofobia
- CNDC/LGBT – Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- CRAS – Centro de Referência em Assistência Social
- CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social
- GEPTRANS – Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais
- GGLOS – Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual
- GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes
- HIV/AIDS – *Human Immunodeficiency Virus/Acquired Immunodeficiency Syndrome*
- ISER – Instituto Superior de Estudos das Religiões
- SASC – Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania, Trabalho e Direitos Humanos
- SDH/PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
- SUDH – Superintendência de Direitos Humanos
- LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais
- MOPAC – Movimento Piauiense de Assistência Social à Cidadania LGBT
- PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
- PNPDC-LGBT- Plano Nacional de Promoção dos Direitos e da Cidadania LGBT
- PNDH – Plano Nacional de Direitos Humanos
- PT- Partido dos Trabalhadores
- RENATA – Rede Nacional de Travestis e Transexuais
- RENTRAL – Rede Nacional de Travestis e Liberados

LISTA DE FIGURAS

Imagem 1: Joseane Borges, Coordenadora Estadual de Enfrentamento à Homofobia da SASC e Raimundo Nonato Carvalho Poti, Historiador Especialista em História Cultural	78
Imagem 2: Piauí sem Homofobia - Picos	80
Imagem 3: Piauí sem Homofobia - Corrente	81
Imagem 4: Piauí sem Homofobia - Campo Maior.....	81
Imagem 5: Piauí sem Homofobia - Parnaíba.....	82
Imagem 6: Piauí sem Homofobia - Piripiri	82
Imagem 7: Piauí sem Homofobia - Barras	83
Imagem 8: Floriano	85
Imagem 9: Campo Maior.....	86
Imagem 10: José de Freitas	86
Imagem 11 - Picos	87
Imagem 12: Visita Institucional do Fundo Brasil de Direitos Humanos ao Projeto TRANSFORMAÇÃO do Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis – GPTRANS..	88
Imagem 13: Reunião Mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais. Tema: abordando a História do Movimento Social Organizado LGBT no Estado do Piauí	89
Imagem 14: Reunião do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais. Tema: os desafios da Inserção da População Trans no Mercado de Trabalho Formal e no Acolhimento no Serviço Público de Saúde através da Política Integral da Saúde LGBT	89
Imagem 15: Reunião do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais do Centro de Referência LGBT "Raimundo Pereira". Tema debatido: a transexualidade e a religião	90
Imagem 16 - Reunião do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais. Elaboração da Atividade do 29 de janeiro Dia da Visibilidade Trans.....	90
Imagem 17: Reunião Mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais. Tema de discussão: A Prevenção, Assistência e Diagnóstico da IST/HIV/AIDS.....	91
Imagem 18: Reunião Mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais, fazendo balanço das atividades do ano e Confraternização	91

Imagem 19: Lançamento do Projeto “EMPREGA TRANS” dia 29 de janeiro de 2020, com a presença do Secretário da SASC – Deputado Zé Santana, da Superintendente e da Diretora de Direitos Humanos, e representantes TRANS	93
Imagem 20: Sede onde funcionou o CRLGBT na sua fundação em 2009.....	93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 SOBRE O TEMA DA PESQUISA E CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA	16
1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	21
1.2.1 Instrumentos de coleta de dados	22
1.2.2 Perfil dos sujeitos entrevistados	23
2 BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL E NO PIAUÍ	25
2.1 AS ORGANIZAÇÕES E LUTAS INICIAIS DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	25
2.2 A ORGANIZAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO PIAUÍ	34
2.3 AS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DOS (DAS) MILITANTES E ATIVISTAS DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	41
2.3.1 Vitor Kozlowski: militante do Grupo ART GAY e Coordenador do Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira	42
2.3.2 Maria Laura dos Reis: travesti e assessora técnica da Superintendência de Direitos Humanos da SASC – PI, formada em Logística e militante do grupo GPTRAN – Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais	44
2.3.3 Joseane Borges: assistente social, militante ativista do movimento de Travestis e Transexuais do GPTRANS e Gerente de Enfrentamento à LGBTfobia da Superintendência de Direitos Humanos do Governo do Estado	45
2.3.4 Marcela Braz: arquiteta, ativista e militante do movimento de travestis e transexuais, e Coordenadora de Enfrentamento a LGBTfobia da Superintendência de Direitos Humanos e militante do GPTRANS	46
2.3.5 Monique Santos: ativista e militante do movimento de travestis e transexuais do Piauí	48
2.3.6 David Fontenelle: homem trans	49
3 A LUTA DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	52
3.1 IDENTIDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA	52
3.2 A PARTICIPAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E NOS ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL	58

3.3 AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA A VISIBILIDADE DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	63
3.4 AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	65
4 O CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT “RAIMUNDO PEREIRA” E A GARANTIA DA CIDADANIA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ESTADO DO PIAUÍ.....	68
4.1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT – “RAIMUNDO PEREIRA”	70
4.2 PROGRAMAS E SERVIÇOS OFERTADOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT.....	74
4.2.1. O Serviço Social dentro do CR-LGBT	74
4.2.2 Expedição da carteira do nome social e retificação do nome civil	76
4.2.3 Programa Respeitar é preciso	76
4.2.4 Dia da Visibilidade Trans	77
4.2.5 Convênio Piauí sem LGBTFOBIA.....	78
4.2.6 - Formação Piauí Sem LGBTFOBIA – Segurança Pública.....	84
4.2.7 Grupo de convivência de travestis e transexuais	87
4.2.8 Ambulatório Trans Makely Castro (Ambulatório Rosa)	92
4.2.9 Programa Emprego Trans - Campanhas voltadas para o Emprego para a população trans	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS	101
ANEXO A: ROTEIRO DE ENTREVISTA	103
ANEXO B: Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TECLE	104
ANEXO C: Ficha dos dados de expedição da carteira de nome social	106
ANEXO D: Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica.....	107
ANEXO E: Texto sobre Raimundo Pereira.....	108

1 INTRODUÇÃO

1.1 SOBRE O TEMA DA PESQUISA E CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA

No ano de 2015, fui convidada para assumir a pasta dos Direitos Humanos do Governo do Estado do Piauí. Na oportunidade, foi a mim incumbida, na condição de diretora, coordenar as iniciativas ligadas aos direitos humanos, algumas já em fase de implementação, outras a serem implementadas.

Minhas experiências anteriores no convívio com o movimento social negro, movimento de mulheres, LGBT e no Partido dos Trabalhadores, como educadora social e dirigente partidária, me credenciaram a assumir tal função. Começava assim, o terceiro mandato eletivo do Partido dos Trabalhadores no Piauí, dando seguimento a uma política de inclusão social, iniciada em 2003, com a abertura para a participação dos grupos considerados vulneráveis, até então, invisibilizados pelos governos anteriores aos do PT.

Minha curiosidade de pesquisadora, cada vez mais aguçada, me impulsionou ir em busca, através da ação junto à da diretoria de direitos humanos, de estudos e debates, em vista de compreender de forma mais profunda a organização política do que costumo considerar como um dos mais importantes e desafiadores dos movimentos sociais organizados dos últimos anos, o movimento LGBTQIA+¹.

Como gestora estadual, tive a oportunidade de vivenciar várias experiências que me fizeram refletir sobre os temas que perpassam este estudo, tais como: a necessidade da construção da identidade de gestora na relação com a identidade de militante/ativista; a organização social do movimento LGBT, e aqui destaco a proximidade maior com as travestis e transexuais, numa realidade onde a transfobia ainda é muito presente; a implementação de ações de visibilidade da população trans; o avanço, mas também os retrocessos na política de atendimento à população LGBTQIA+.

O movimento trans, que tem sua origem a partir das experiências do movimento homossexual na década dos anos 1960-1970, desponta como uma forte organização do movimento LGBT durante os anos de 1990, buscando a garantia das vivências das

¹ LGBTQIA+ é o termo utilizado presentemente para designar e incluir todas as identidades do movimento, porém, para efeito mais prático deste trabalho, optei por usar o termo LGBT por considerar ser mais usual e mais disseminado, mesmo considerando aquela, a nomenclatura mais abrangente, pelo fato de agregar todas as identidades.

identidades de gênero de pessoas transexuais e travestis, constituindo-se como uma das maiores inovações dentro do conjunto dos movimentos sociais na contemporaneidade.

Devido à complexidade e grandeza de se estudar o corolário do movimento LGBT, optei por delimitar minha pesquisa à população de travestis e transexuais, no que concerne às políticas públicas implementadas para esta população, pelo Centro de Referência LGBT-Raimundo Pereira, mesmo considerando que a atuação do CRLGBT, inclui todo o agrupamento LGBT.

Assim, assumi como tarefa na Diretoria não somente dar continuidade à política de Direitos Humanos do Governo do Estado, como também, de avançar na luta pela cidadania dos grupos considerados vulneráveis e ainda não vistos como prioridade dentro do espaço dos governos. Trazia comigo o ideário de trabalhar no sentido de aumentar o lastro de atuação do Estado com o propósito de ampliação desta política.

Uma grande e desafiadora missão a ser realizada com pouca estrutura material e de pessoas, sem recursos financeiros, mas com muita clareza e compromisso com a causa dos direitos humanos, que abria seu leque de atuação concernentes ao acompanhamento às políticas voltadas para as comunidades quilombolas; política de enfrentamento ao trabalho análogo à escravidão; políticas voltadas à população de rua; igualdade racial; grupos vulneráveis em geral; e dentre estes segmentos, a população LGBT. Além de tudo exposto acima, tínhamos que fazer a coordenação de todas as políticas de Governo relacionadas aos direitos humanos, com os diversos órgãos governamentais em nível de Estado.

Em 2007, iniciando o segundo mandato do Governador Wellington Dias – PT, foi realizada uma Reforma Administrativa onde, criou-se dentro do organograma do Governo, vinculado à Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania – SASC, o Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira, mecanismo responsável pela implementação de políticas públicas para esta população, em especial para as travestis e transexuais, além de prestar serviços e acompanhar os casos de violência e violação dos direitos humanos deste segmento social, em busca da promoção de sua cidadania LGBT.

Foi criada também dentro da estrutura da então Coordenadoria de Direitos Humanos e Juventude, uma Coordenação de Enfrentamento à LGBTfobia. Com isso, a gestão no Estado buscava assumir as deliberações aprovadas em nível nacional nas conferências, fóruns e congressos, onde eram debatidos a pauta LGBT, e mostrava

compromisso em possibilitar que esse segmento social fosse reconhecido como pessoas detentoras de direito e cidadania.

Ao assumir a Diretoria de Direitos Humanos, a partir de 2015, meu objetivo foi também dar prosseguimento e fortalecer as ações do Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira (CRLGBT), como forma de garantir a manutenção e ampliação dos direitos das pessoas travestis e transexuais. Tendo em vista o meu conhecimento das ações e das vivências dos trabalhos desenvolvidos por este Centro de Referência, defino, como objeto fundante para a minha pesquisa de mestrado, examinar e analisar as experiências de políticas públicas desenvolvidas pelo CRLGBT, com o escopo de enfrentar a violência e garantir os direitos da população de travestis e transexuais.

Costumeiramente, nas rodas de conversa, nos grupos de convivência, era comum alguém perguntar se de fato essas políticas públicas atingiam a população de travestis e transexuais, ao ponto de transformar a vida desta população. Geralmente, nessas discussões não havia consenso nas respostas; algumas respondiam que sim, outras diziam que as políticas não chegavam ao seu destino final; outras ainda diziam, que muitas não eram contempladas e que nem conheciam essas políticas.

Para organização desta pesquisa, uma das dificuldades que ficou evidente foi a descontinuidade das políticas públicas LGBT, como foi possível constatar nos depoimentos e falas de pessoas Trans e de estudiosos do tema. Além disso, havia a pouca produção documental sobre a história do movimento no Estado, suas lutas de resistência contra a discriminação e o preconceito com os quais se depararam, suas conquistas e seus processos de organização.

Podemos perceber em algumas falas uma visão crítica sobre não necessariamente, a ausência do poder público, mas que esse deveria avançar mais nessas políticas. Sentimos em alguns discursos, as dificuldades e desafios na implementação e acompanhamento das políticas demandadas pelas pessoas Trans, considerando o cenário de desigualdades tão presentes na sociedade, com o aumento da violência e das violações que afetam essa população.

Analisar esses aspectos da realidade de travestis e transexuais, marcada por contradições e violência, é também foco desta pesquisa. Com isso, a nossa pretensão é de contribuir com a constituição ou fortalecimento de mecanismos legais, bem como, com a implementação de mais políticas públicas, que venham de fato propiciar a efetividade da

cidadania de travestis e transexuais e do reconhecimento dos seus direitos, não como categoria tutelada, mas como cidadãs.

Além do reconhecimento dos direitos da população de travestis e transexuais, esta pesquisa busca também fazer uma análise sobre a efetividade ou não das políticas públicas ofertadas pelo Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira para a população de travestis e transexuais, dentro de um panorama desigual de lutas por conquistas e direitos, com foco na equidade social.

Para melhor desenvolvimento da pesquisa, traçaremos um breve relato da história do surgimento do movimento de travestis e transexuais em nível nacional e no Estado, onde destacaremos a contribuição valiosa das ativistas do movimento, suas trajetórias de vida e a relação existente entre a administração pública estadual e o movimento trans. Destacar-se-á a importância que teve o movimento LGBT na implantação do Centro de Referência, bem como, na definição de políticas públicas específicas de atendimento à população trans.

Ressalta-se que, em nível de gestão estadual, além da Secretaria de Estado da Cidadania, Trabalho e Direitos Humanos (SASC), outros órgãos, como a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), Secretaria de Estado da Saúde (SESAPI), Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), Defensoria Pública, tem desenvolvido ações de cidadania LGBT, buscando contribuir como parceiros fundamentais nesta pauta, que envolve a necessidade de reconhecimento desta população e de sua cidadania.

A pesquisa também busca enfatizar a participação dos primeiros ativistas (travestis e transexuais) dos grupos sociais, que contribuíram efetivamente para que políticas públicas fossem construídas e implementadas, a partir das necessidades e especificidades desta população, discorrendo também sobre a influência que os mesmos tiveram na criação do Centro de Referência LGBT- Raimundo Pereira.

Assim, torna-se de grande importância falar sobre o respeito à diversidade sexual como algo necessário para a prática da democracia e para a superação do preconceito que inferioriza pessoas por tão somente serem consideradas diferentes. Não obstante, o que devemos considerar nessa discussão é a necessidade em dar visibilidade às pautas da população LGBT (Travestis e Transexuais), do respeito a identidade de gênero, das lutas sociais do nosso cotidiano enquanto gestores e militantes dos direitos humanos.

Diante da desigualdade social e violação de direitos humanos presentes na realidade brasileira, quais são as políticas públicas específicas, voltadas para a garantia e

defesa dos direitos humanos da população de travestis e transexuais desenvolvidas pelo Governo do Estado, através do Centro de Referência- LGBT em Teresina- Piauí? Esse questionamento, é o que pretendemos também responder através desse estudo.

Para a consecução da pesquisa em questão, foram estabelecidos os seguintes objetivos: analisar o funcionamento do Centro de Referência LGBT- Raimundo Pereira, seus avanços e desafios na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a garantia e defesa dos Direitos Humanos da população de (travestis e transexuais), em vista ao enfrentamento e superação da violência, e defesa da cidadania LGBT. E específicos: investigar as motivações que levaram à criação do CRLGBT e conhecer seu funcionamento; conhecer as lutas de organização e resistência da população LGBT no Estado do Piauí, bem como; a trajetória individual dos militantes e gestores do Centro de Referência LGBT; identificar ações e iniciativas desenvolvidas pelo Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira para enfrentamento da violência e garantir os direitos humanos de travestis e transexuais; analisar os desafios e avanços das iniciativas do Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira no enfrentamento à transfobia no Piauí.

Objetivando apresentar um trabalho mais didático e de fácil compreensão, a pesquisa foi dividida em 04 (quatro) capítulos, trilhando o seguinte itinerário: logo na introdução (cap. 1), é feita a explicitação sobre a definição do tema de estudo, quais os motivos para estudar essa problemática, e trata também sobre os aspectos metodológicos da pesquisa.

No segundo capítulo, se apresenta um breve histórico do movimento de Travestis e Transexuais no Brasil e no Piauí, destacando os marcos iniciais das lutas e as conquistas fundamentais do movimento, bem como; as trajetórias individuais e coletivas de travestis e transexuais, em busca por cidadania.

No terceiro capítulo a temática refere-se ao papel do Estado na implementação de políticas públicas para Travestis e Transexuais, as ações governamentais para visibilizar as pessoas Trans, sua participação nos processos democráticos e nos órgãos de controle social, bem como; os avanços e desafios da política.

Na sequência, o quarto capítulo, é dedicado especificamente a apresentação do papel do Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira, no que tange a sua estrutura física de funcionamento, composição, os serviços e ações desenvolvidas em vista da cidadania deste segmento social.

1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa traz como objeto de estudo as políticas públicas implementadas pelo Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira, a partir de pesquisa de campo e bibliográficas e análise documental, com base em um roteiro elaborado com perguntas direcionadas e abertas de acordo com o perfil de cada entrevistado, participante desta pesquisa.

A análise das ações do CRLGBT integrará, especialmente, o capítulo 4 do estudo, que tratará sobre o papel deste Centro de Referência, dentro da perspectiva de atuação frente às demandas do movimento de (Travestis e Transexuais).

Considerando a afirmativa acima, o estudo em tela consiste em uma pesquisa de campo e bibliográfica, tendo em vista que pretende verificar a partir das contribuições dos atores e atrizes sociais, da análise documental e de instrumentais utilizados, a realização das ações e políticas públicas desenvolvidos pelo Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira.

A escolha pela metodologia qualitativa encontra ressonância na concepção de conhecimento proposto por Gonzáles Rey (2005) o qual, segundo esse autor, “neste modelo de pesquisa, a teoria aparece como um sistema aberto que, conjuntamente às representações teóricas mais gerais assumidas pelo pesquisador desde um marco teórico estabelecido, integra localmente tanto as ideias desse pesquisador como o momento empírico particular caracterizador do tempo atual de uma pesquisa”.

Para a realização deste trabalho em destaque, foi adotada a metodologia qualitativa, através de uma pesquisa sobre a temática em questão (de cunho teórico e prático), com realização de entrevistas previamente definidas.

A amostra a ser produzida a partir das contribuições dos participantes apoia nossa intenção de produzir informações relevantes que possibilitam fazer uma análise qualitativa das políticas implementadas pelo Centro de Referência. A contribuição dos entrevistados, através dos seus relatos, se torna peça chave para compreendermos como se deram essas políticas e qual tem sido o papel operado pelo Centro de Referência nessa conjuntura. Conhecer também os fatos que se consubstanciaram em importante suporte para compor o quadro de informações sobre o Centro de Referência, a partir das experiências e vivências de cada um e que, mesmo com uma amostra razoavelmente pequena, resultaram em respostas que são reforçadas pelas falas que cada uma representa.

1.2.1 Instrumentos de coleta de dados

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado, além da observação e da análise de documentos, a técnica do questionário diversificado de acordo com o perfil de cada pessoa entrevistada. As perguntas, feitas em forma de questionário, foram abertas e versaram sobre a inserção de cada uma no movimento LGBT; o que motivou essa participação; como cada uma vê o papel do Centro de Referência na luta pela Cidadania LGBT; qual tem sido o papel do Estado como provedor de políticas públicas, tendo como base o público-alvo, a população LGBT. Os questionários foram aplicados aos profissionais envolvidos direta ou indiretamente nos trabalhos do CRLGBT e aos ativistas, por meio virtual, devido ao cenário vivenciado pela pandemia do coronavírus.

Para ressaltar o trabalho de pesquisa usando como meio o questionário Gianfaldoni (2002) exemplifica o “[...] questionário como um instrumento de coleta de dados com questões a serem respondidas por escrito sem a intervenção direta do pesquisador”.

O foco desta pesquisa, como já foi ressaltado anteriormente, é fazer uma análise sobre as políticas públicas desenvolvidas pelo Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira, órgão da administração pública estadual, responsável pelo serviço de atendimento, garantia e defesa dos direitos humanos da população LGBT (travestis e transexuais), fazendo uma relação entre violação de direitos e implementação de políticas públicas específicas para a cidadania deste grupo social.

Esta pesquisa será realizada também a partir de percepções *in loco* e de análise dos dados obtidos a partir de entrevistas com gestores e militantes de defesa dos direitos humanos LGBT, que contribuíram nos seus espaços com esta política. Além das entidades do movimento social LGBT, recorreremos também a leituras das experiências de pessoas que foram pioneiras no debate sobre as garantias de direitos da população de travestis e transexuais no Estado.

Foram aplicados 07 (sete) questionários, ouvidos 07 (sete) interlocutores, sobre suas vivências e experiências na luta pelos direitos humanos de travestis e transexuais. Assim, as entrevistas se deram conforme a proposta seguinte: 3 – (três) mulheres transexuais; 1 (um) homem gay; 1 - (uma) mulher Travesti e 1- (um) homem trans usuário

do Centro de Referência, e a assistente social, que acompanha todos os processos e serviços do CRLGBT – Raimundo Pereira.

Outros materiais utilizados na pesquisa, além do questionário das entrevistas, foram instrumentos diversos como: livros, documentos históricos, produções, vídeos sobre temas de enfrentamento à transfobia, trabalhos autorais, dissertações, jornais e revistas afins e os instrumentais utilizados pelo serviço social do Centro de Referência, os quais foram levantados e analisados com o rigor científico necessário.

Os problemas relacionados a pandemia do coronavírus nos impossibilitaram a executar as entrevistas de forma presencial, sendo assim realizadas virtualmente, com envio do questionário de forma antecipada, para que fosse possível colher as informações mais próximas possíveis da realidade dos atores e atrizes envolvidos diretamente com a pesquisa. Contudo, mesmo de forma virtual e com questionários enviados previamente, ocorreu certa dificuldade nas devolutivas por parte de algumas das pessoas entrevistadas, considerando também as respostas um tanto quanto abaixo das expectativas, pelo fato de tratarmos com gestores da área e com pessoas que estiveram à frente da organização desde o princípio.

1.2.2 Perfil dos sujeitos entrevistados

Para a obtenção dos objetivos enunciados e face às ideias que justificam esta pesquisa, recorreu-se à colaboração de pessoas envolvidas diretamente na administração do Centro de Referência. Na impossibilidade de atingir a população usuária do Centro na sua totalidade, foi feita a pesquisa por amostra, por ser mais conveniente.

Para Marconi e Lakatos (1992), esse é um tipo de procedimento em que as unidades amostrais são escolhidas de forma aleatória, segundo a facilidade de acesso e/ou a conveniência do pesquisador. Foram escolhidas então 07 pessoas, como já foi frisado, dentre gestores e militantes LGBT, para dar suas contribuições em relação ao papel do Centro de Referência no que concerne a implementação de políticas públicas de garantia dos direitos da população LGBT, conforme perfil apresentado no quadro abaixo:

TABELA 1: Perfil dos profissionais e técnicos entrevistados.

NOME/IDADE	FORMAÇÃO	FUNÇÃO EXERCIDA	IDENTIDADE DE GÊNERO/ORIENTAÇÃO SEXUAL
Vitor Sampaio Kozlowski Ferreira (34) anos	Serviço Social com Mestrado em Sociologia	Coordenador do CRLGBT – Raimundo Pereira	Masculino/Cisgênero Homossexual (Gay)
Joseane Gomes Santos Borges (37)	Serviço Social	Gerente Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia	Mulher/Transexual Heterossexual
Maria Laura dos Reis/Keisel Manoel dos Reis (40) anos	Técnica em Logística	Secretária Executiva do Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira	Travesti/Heterossexual (Utilizou-se os dois nomes na identificação, pelo fato da entrevistada não ter feito a retificação do nome civil)
Marcela Karine Carneiro Braz (46) anos	Arquiteta	Coordenadora Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia	Mulher Transexual
Monique dos Santos (56) anos	Autônoma	Militante LGBT do Grupo ATRAPI	Mulher Transexual
David Fontinelle Borges Marque de Melo (26) anos	Administrador/ Empreendedor	Homem TRANS	Homem/Trans Heterossexual
Conceição de Maria Osterne de Lima (52) anos	Serviço Social	Assistente Social do CRLGBT	Mulher/Heterossexual

Fonte: elaboração própria (2021)

As entrevistas foram realizadas em parte de forma virtual, pelos motivos já mencionados anteriormente, mas também de forma presencial, considerando que o meu trabalho atual enquanto diretora de Direitos Humanos acontece dentro do mesmo espaço de funcionamento do CRLGBT. Os entrevistados responderam ao questionário entre os dias 15 de maio a 18 de junho de 2021.

2 BREVE HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL E NO PIAUÍ

2. 1 AS ORGANIZAÇÕES E LUTAS INICIAIS DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Ao nos referir a história inicial do movimento de travestis e transexuais no país e no Estado do Piauí, não podemos deixar de fazer referência ao movimento homossexual, que surge no Brasil no contexto da ditadura militar dos anos 1970, imposta pelo golpe 1964, e que está relacionado ao movimento internacional que aconteceu nos Estados Unidos. Este acontecimento se tornou, inicialmente, o espaço de aglutinação das lutas dos movimentos de enfrentamento à ideia dominante da heteronormatividade e da omissão do Estado.

Considerando o avanço do movimento LGBT no mundo, principalmente nas décadas de 60-70, o movimento de Stonewall², ocorrido nos EUA, se tornou referência e marco de organização do movimento LGBT em todo o mundo.

De acordo com Feitosa (2016, p. 42), as reivindicações por direitos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, conquistaram força após sua organização social em meados das décadas de 60-70, nos EUA e Europa Ocidental, estendendo-se para outras regiões do mundo. A Revolta de Stonewall, como ficou conhecido o episódio considerado fundador do movimento LGBT, conquistou o status de marco político do movimento homossexual internacional.

Ainda segundo Feitosa (2015. p.65) não se pode falar do início do ativismo homossexual no Brasil sem considerar o contexto internacional e as movimentações norte-americanas entre as décadas de 60 – 70. Nesse período, o mundo todo foi marcado pela repressão, intolerância e pelos conflitos da guerra fria envolvendo os países do Bloco capitalista liderado pelos EUA; e do bloco socialista, comandado pela URSS, que influenciavam os demais países em suas políticas e ideologias. Mesmo com esses conflitos, grupos de resistência ganham força, dentre esses, emerge o movimento homossexual que:

² O movimento ocorrido em Stonewall no Estados Unidos em 1969 foi um ato de revolta de grupos LGBT motivado pela ação violenta da polícia contra a população LGBT, que veio repercutir em todo o mundo e foi fundamental para o levante de grupos que vieram a influenciar em outras arenas mundiais.

[...] buscava politizar o debate sobre o uso do corpo, o gozo, o prazer, a liberdade sexual. Grupos de cunho subversivo, pois subestimavam a ordem e os valores tradicionais da sociedade. Essa transformação na qual passa o mundo, impõe-nos uma mudança de paradigmas, muitos saem do “armário”, ao se assumirem, deixando a vergonha para trás, vivendo o “orgulho de ser o que é”, afirmando sua identidade enquanto LGBT. (FEITOSA, 2015, p. 65).

A intenção inicial do movimento era buscar o reconhecimento político e social do grupo de gays e lésbicas como categoria social, e enfrentar o preconceito e a discriminação que a sociedade impunha. Assim, é no âmbito das transformações ocorridas na categoria “homossexual” nos anos 70, que se projetam dentro do movimento os grupos de “gays” de um lado e de “travestis” do outro.

Entendendo que são várias as referências de organização do movimento, iremos nos reportar ao processo que gerou a necessidade de organização dos encontros nacionais de Travestis e Transexuais - ENTLAIDS e o surgimento das associações e das redes nacionais como forma de fortalecer e agregar as organizações do movimento LGBT.

Nas décadas de 1980-1990, segundo Carvalho e Carrara (2013), despontam novas discussões dentro do cenário nacional, envolvendo novos atores e atrizes sociais, novos grupos, que passam a suplantam a ideia da homossexualidade como comportamento “pervertido” ou “doentio”. Esses novos grupos levantavam as bandeiras do casamento gay, a inclusão da educação sexual nos currículos das escolas, e a discussão sobre AIDS/HIV, que vitimou muita gente e criou um cenário de preconceito, especialmente se tratando desses grupos.

Neste período havia a hegemonia da população gay dentro do movimento reconhecido como MHB – Movimento Homossexual do Brasil, frente à outras identidades como as lésbicas, bissexuais e travestis, que eram categorias até então mais reconhecidas enquanto organização.

Em relação a identidade travesti e transexual nesse contexto – ambas ainda não eram reconhecidas como grupo organizado dentro do movimento, isso só virá a acontecer no início de 1990. Antes, as travestis e transexuais não estavam formalmente inseridas no chamado MHB – Movimento Homossexual Brasileiro. Dessa forma, a necessidade de organização autônoma se intensifica a partir de então, onde essas discussões de superioridade dos grupos de gays e a luta por reconhecimento dentro do movimento se afluam e em consequência, faz surgir a sigla LGBT como forma de agregar as diferenças existentes entre os sujeitos que formavam o movimento (CARVALHO; CARRARA,

2013). Essa realidade conflitiva pode ser observada também em nível de Estados, pois o que acontecia dentro da esfera federal ressoava também nas organizações locais.

Para (Carvalho e Carrara, 2013, p. 06): “[...] enquanto grupo, as travestis só aparecem como sujeitos políticos e incorporados ao movimento quando surge a necessidade de uma política de identidade a ser trabalhada de forma específica pelo movimento homossexual”.

Além da luta contra a AIDs, que estigmatizava as pessoas afetadas pela doença, outras lutas foram sendo incorporadas na plataforma e nas bandeiras defendidas pelo conjunto do movimento LGBT, tais como: o direito à parceria civil, a adoção de crianças por casais não heterossexuais, o direito à cidadania, (a reivindicação – que recentemente tornou-se uma conquista do conjunto do movimento, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) – da homofobia ser considerada crime), e a utilização do nome social por travestis e transexuais, dentre outras conquistas importantes para o movimento

Constatamos que é neste contexto que se desencadeiam as lutas por direitos iguais, algumas bandeiras eram específicas, outras gerais, que perpassavam todo o conjunto do movimento que até então buscava sua autoafirmação no meio de tantos outros agrupamentos e organizações sociais. Ressalta-se que, mesmo com os conflitos inerentes ao Movimento Homossexual Brasileiro, por ser uma experiência nova, podemos reconhecer que foi dentro deste movimento que as lutas por dignidade e cidadania começaram a ser impulsionadas, por serem os primeiros a se rebelarem contra a ordem social imposta.

A eclosão do movimento travesti em nível nacional se deu nos anos de 1980 e de acordo com (Carvalho e Carrara, 2013), estudiosos da temática; passou por duas formas de organização – sendo esta a tese mais aceita: um primeiro momento, vinculado a necessidade de dar resposta à violência policial cometida contra as travestis nos pontos de prostituição; outro momento, que está associada a ação de ONGs, vinculadas ao movimento homossexual ou ao movimento de luta contra a AIDs, e que trabalhavam com prevenção da epidemia junto à população de travestis e profissionais do sexo.

Observando a história do movimento LGBT no Brasil, podemos constatar que este movimento, mesmo reconhecendo sua diversidade, inicialmente se estrutura a partir da luta comum, que é o enfrentamento à AIDs associado a reação contra a violência policial. Essas lutas remontam à década de 1980, período de grande disseminação da doença, onde os homossexuais, de forma preconceituosa, passam a ser vistos como os grandes

propagadores da enfermidade. Entendemos assim que a luta contra a violência policial e a luta contra a AIDS ajudaram a solidificar o movimento que, posteriormente, e devido à necessidade, incorporaria outras demandas relacionadas às pautas da população LGBT.

Então, consideramos que o movimento de travestis inicialmente surge para fazer frente a essas duas demandas, presentes no cotidiano das travestis que, por falta de oportunidade e de política de incentivo ao emprego formal, usavam a prostituição como meio de sobrevivência, outras, evidentemente, por prazer – como está presente em algumas falas - e nesse processo sofriam preconceito e discriminação por parte do poder público, que exercia violência contra elas através do seu braço armado, a polícia. O Estado brasileiro que deveria protegê-las, ao contrário, usava-se da força policial para discriminá-las e cometer várias arbitrariedades. Esses fatos são muito recorrentes, ainda no momento atual.

Ressaltando, para efeito de memória, que os casos de violência e assassinatos cometidos contra travestis e transexuais, ao longo do tempo, na sua grande maioria não são apurados na forma da lei e da justiça; pelo contrário, por não serem muitas vezes considerados crimes pelos órgãos da segurança, tampouco pela justiça, esses atos de violação ficam impunes. São banalizados, não impactam a sociedade, tornam-se apenas estatísticas a mais, à medida que a população Trans é vista como vítima banal, as quais os crimes nunca são solucionados, e quando são, quase sempre os culpados, absolvidos pelo fato de considerarem que a morte de uma travesti ou de uma transexual não tem importância para a sociedade.

Lembremos o caso de Dandara, travesti cearense, vítima de crime de ódio no meio da rua em 2018. No Piauí, o caso mais emblemático foi o de Makelly Castro³, uma travesti morta com requinte de crueldade, em 2014. Seu algoz, um professor, foi preso, julgado e depois absolvido do crime, pois o Ministério Público argumentara na época, falta de provas materiais. O *caso Makelly Castro* é considerado por especialistas o primeiro julgamento feito no Brasil nesse gênero. Esses dois casos emblemáticos simbolizam de forma clara a realidade de preconceito e discriminação pela qual passa a população de travestis e transexuais, ambas vítimas de práticas transfóbicas.

³ Makelly Castro – travesti assassinada em 18 de junho de 2014, vivia da prostituição e foi encontrada em uma rua do distrito industrial de Teresina, próximo a um posto da Polícia Militar – PM. O acusado pelo delito é um professor, que foi a júri popular, sendo o primeiro a ser julgado por crime de transfobia no Estado, mas foi posto em liberdade, segundo a defesa, por falta de provas contundentes. (PI, 2015).

Um grande problema que podemos apontar quando se trata da violência sofrida por travestis e transexuais é a indiferença dos órgãos da segurança e dos órgãos de justiça, em apurar esses casos, como se percebe no relato acima, dando abertura a um sentimento de impunidade, abrindo espaço para que mais atos assim venham a acontecer. A sociedade, nesses casos, desenvolve um papel, de julgar e condenar, considerando-as culpadas, por afrontarem às normas sociais vigentes, como exemplo, a prática da prostituição.

Contra toda essa realidade, e para fortalecer as lutas comuns do movimento LGBT, no início da década de 1990 começam a aparecer as primeiras organizações propriamente ditas de ativismo de travestis, como forma de se articular forças para coibir tais práticas discriminatórias.

Assim, podemos considerar, na fala de (Carvalho e Carrara, 2013, p.326), “[...] que muitas dessas organizações surgiram a partir dos próprios locais de inserção ou de trabalho, principalmente nos pontos de prostituição”. A prostituição passou a ser encarada de forma natural como uma profissão para quem a praticava, pois, a imagem negativa das travestis construída socialmente, ou o reflexo negativo que lhes foi imposto, geralmente as afastavam de qualquer acesso ao trabalho formal, da mesma forma, dos serviços públicos como educação, a saúde, emprego, do processo de capacitação e profissionalização, restando a muitas submeterem-se a trabalhos não valorizados ou à prática da prostituição.

Dessas organizações despontam muitas lideranças nacionais como Keila Simpson (Bahia), Jovanna Cardoso (Bahia), atualmente residindo em Picos (Piauí), Fernanda Benvenutty (Pernambuco), Kátia Tapety (Piauí), e tantas outras ativistas que marcaram o início da luta por dignidade e respeito às pessoas Trans e pelo direito de viverem sua identidade de gênero, algo que não era garantido pelo Estado constitucional, pois as mesmas viviam fora das prioridades e sem direitos sociais essenciais para exercício de sua cidadania.

De acordo com a informação da ativista baiana Keila Simpson⁴, no ano de 1992, foi fundada no Rio de Janeiro a ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados do Rio de Janeiro como estratégia de atuação no cenário nacional. Surge a partir da realização de

⁴ Keila Simpson – Atual Presidenta da ANTRA, e uma das fundadoras do movimento travesti em nível nacional.

um encontro nacional que aglutinaria os grupos de travestis e transexuais, até então, atuando nas organizações de gays e lésbicas.

Esse primeiro encontro tinha como escopo fazer o mapeamento das ativistas travestis no sentido de buscar uma estratégia de empoderamento das mesmas para atuarem nas demandas ligadas à segurança pública e na saúde. Vejamos, como já foi mencionado anteriormente, o movimento inicialmente centrou todos os esforços nos dois temas que marcavam profundamente e especificamente a população de travestis, que as afetavam diretamente, que era a questão da saúde e da violência policial. Então, era fundamental que houvesse toda uma atenção na preparação das travestis para agirem nesses espaços.

A violência era algo que atingia e ainda atinge de forma brutal essa população. Sem segurança e sem proteção, pois os atos violentos se originam, na maioria das vezes, da parte dos próprios agentes de segurança pública, que via de regra, deviam proteger todos os cidadãos indistintamente. Essa realidade demonstra o quanto ainda é perigoso para a população de travestis e transexuais viverem em um país como o Brasil, onde pessoas são assassinadas e violentadas tão somente por terem uma identidade de gênero diferente do que é normatizado pela sociedade. Quanto à saúde, não haviam propostas claras, definidas, até então voltadas para o atendimento às travestis, pois neste período, todas as ações na área da saúde se limitavam apenas ao enfrentamento da epidemia da AIDS.

No dia 02 de maio de 1992, no Instituto Superior de Estudos das Religiões - (ISER), do Rio de Janeiro, um grupo de travestis que trabalhava na praça Mauá reuniu-se para assim formar a primeira organização política de travestis da América Latina e a segunda do mundo, como informa a ativista travesti Jovanna Cardoso⁵, uma das fundadoras do movimento de travestis em nível nacional, que afirma que essa entidade, a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), “[...] nasce da necessidade de organização das travestis em resposta à violência policial, principalmente nos pontos tradicionais de prostituição na cidade, como a Lapa, na central do Brasil, Copacabana e a própria praça Mauá” (CARVALHO; CARRARA, 2013, p. 8 e 9).

⁵ Jovanna Cardoso, uma das fundadoras do movimento travesti em nível nacional, esteve na reunião do dia 02 de maio de 1992, onde se discutiu a organização do movimento travesti em nível nacional. Fonte: ANTRABRASIL – Associação Nacional de Travestis e Transexuais, disponível em: <https://antrabrazil.org.br/>. Acesso 06/09/2021.

Timidamente, começa a se forjar neste período um movimento nacional de travestis, através da criação da Rede Nacional de Travestis e Liberados (RENTRAL), que mudou de nome logo depois para RENATA – Rede Nacional de Travestis. Essa Rede foi criada com o propósito de proporcionar uma maior articulação entre as travestis brasileiras.

No ano seguinte, 1993, aconteceu na cidade do Rio de Janeiro o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados – ENTLAIDS⁶. Esse encontro foi organizado pela ASTRAL, e contou com o apoio de diversas parcerias como o Instituto de Estudo das Religiões - ISER. Houve uma participação significativa de vários estados, com grupos na sua grande maioria ainda composta por gays e lésbicas, tendo uma menor quantidade de travestis, que mesmo minoritários, conseguiram contribuir de forma qualitativa e efetiva com o debate político, mobilizando assim lideranças importantes de travestis de vários estados.

Abrir uma pausa para lembrar o artista e ativista homossexual Raimundo Pereira, piauiense, radicado no Rio de Janeiro, cujo nome foi usado como homenagem ao Centro de Referência LGBT – objeto desta pesquisa – por ter participado de forma intensa de várias iniciativas em defesa dos direitos humanos da população LGBT. No ano de 1995 ele esteve presente em Curitiba-PR, durante a realização do VIII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, no qual foi eleito secretário de comunicação por dois anos. Desse encontro resultou a criação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis – ABGLT.

Ainda segundo a ativista Jovanna Cardoso, no documento que narra a história do movimento de travestis, a segunda edição do ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais, aconteceu em Vitória-ES, dando assim um caráter nacional para o mesmo, cujo objetivo principal, de acordo com a ativista, era “[...] plantar a semente de uma organização maior na cidade onde ocorresse o encontro” (ANTRA, s.d). Nesse

⁶ ENTLAIDS – Conhecido também como Encontro Nacional de Travestis e Transexuais. Este encontro está na sua XXIV edição, que aconteceu em Tapes – Rio Grande do Sul em 2020. Esses encontros são importantes, pois representam o eixo fundamental para o fortalecimento do movimento, organizados pela ANTRA, de onde são discutidas todas as políticas e iniciativas para a população Trans do Brasil. O Piauí sediou o XXI encontro em novembro de 2017, com o tema: “Não temos ideologia de gênero, temos identidade”.

encontro foi decidido que este evento aconteceria anualmente, sendo um ano no Estado do Rio de Janeiro, e outro fora do Rio (SOUSA, s.d)⁷.

O terceiro encontro foi realizado no Rio de Janeiro e, durante as discussões, surgiu o debate sobre a necessidade da criação de uma Rede nacional que agregasse e encaminhasse as demandas originadas da população de travestis e transexuais, e aglutinassem as lutas deste grupo social, contando com a participação de ativistas veteranas que se misturavam com as novas militantes, demonstrando ali o poder de organização e uma nova força social que emergia na luta contra o preconceito e contra a discriminação

Na fala de encerramento feito por Naja, uma militante e ativista trans, ela assim se manifesta: *“Temos que dar direção a proposta. Temos que descriminalizar o sexo das travestis. Precisamos ser reconhecidas como profissionais do sexo e dizer não a violência. Precisamos de direitos humanos e cidadania.”*

Vejam que o teor do que foi exposto pela militante mostra claramente que o objetivo das organizações das travestis não se limitava somente à luta ao enfrentamento da AIDS, ou de combate à violência policial. A luta era muito mais ampla e mirava em objetivos maiores, como a conquista da cidadania e a garantia de direitos desse segmento social.

Assim, nascia o movimento organizado de travestis, porém, o encontro não gravitou apenas na criação da Rede, mesmo tendo sido chamado para tal fim. Diversos temas tomaram forma e foram discutidos com a participação de ativistas veteranos e com as iniciantes, que começavam a se inserir no movimento. Outros temas abordados giravam em torno da discussão em relação ao uso do nome social de travestis; da regulamentação e profissionalização da prostituição; do acesso aos serviços de saúde; o enfrentamento à violência; direito ao acesso à educação formal/oficial; a apuração dos casos de assassinato de pessoas trans, a luta contra a transfobia, enfim, pautas que se cruzavam quando a discussão se referia a população de travestis.

No encontro ocorrido no ano 2000, em Porto Alegre, delibera-se novamente pela alteração do nome da REDE, passando a ser conhecida por ANTRA – Articulação Nacional de Transgêneros. Em relação às organizações de travestis, elas cresciam à proporção que os encontros aconteciam com a inserção de novos atores/atrizes. Assim a

⁷ Fonte: Documento da ANTRA “E assim nasce o movimento Nacional de Travestis e Transexuais”. Disponível em: [http:// https://antrabrasil.org/historia/.org.br](http://https://antrabrasil.org/historia/.org.br). Acesso em 26/10/2021.

ANTRA nasceu, contando com 80 (oitenta) organizações filiadas, sendo considerada atualmente a maior Rede da América Latina.

Essa mudança se deu a partir de várias discussões anteriores a esse encontro. A introdução do termo transgênero foi motivada, segundo Keila Simpson, devido a carga negativa que o termo “travesti” trazia, como já nos referimos anteriormente. A partir dessa mudança, inicia-se o processo para excluir os estigmas que marcavam o termo “travesti”.

A partir da consolidação do movimento, os encontros nacionais de travestis e transexuais se reforçam, passando a se apresentar como um espaço de diálogo político entre o poder público e as entidades do movimento LGBT, constituindo-se em um ambiente de aglutinação e potencialização política desses movimentos. Os encontros nacionais passaram a acontecer anualmente, como já foi citado, e atualmente está na sua XXIV edição. O Estado do Piauí teve a oportunidade de sediar o XXI Encontro, no ano de 2017, cujo tema foi “Não temos ideologia de gênero, temos identidade”.

Foi somente no ano de 1995 que, pela primeira vez, grupos organizados de travestis participaram formalmente de um espaço do movimento, no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (ABGLT), segundo ressalta Carvalho e Carrara (2013). Ainda de acordo com os autores, o termo “travesti” foi inserido oficialmente na sigla e no nome dos encontros nacionais. Até então o “T” designava apenas o “T” de travesti. A categoria “Transexual” só surgirá mais tarde, só passando a ser presença no cenário político nacional a partir dos meados da década de 2000.

Em 2008, com a realização da I Conferência GLBT, foi aprovada a formulação de uma nova sigla que seria LGBT, para inclusão das travestis e transexuais. Antes, em 2005, começam a surgir as primeiras organizações específicas de transexuais, porém, segundo informações contidas no trabalho de Carvalho e Carrara (2013), e a partir de informações de ativistas do movimento transexual, já em 1997 teria sido criado o Grupo Brasileiro de Transexuais por Astrid Bodstein e Mariana Frederick, porém, mesmo contendo na sigla o termo “nacional”, esse grupo não tinha caráter amplo de abrangência federal, devido sua atuação se limitar ao Estado de São Paulo.

No mesmo ano, surge o Movimento Transexual de Campinas - o MTC, marcado por uma preocupação pedagógica no que diz respeito à transexualidade, além de afirmar relações fortes com o Hospital das Clínicas (UNICAMP), para acesso de forma facilitada às diversas formas de tratamentos que a população de transexuais necessitava.

De acordo com o que preconiza (Carvalho e Carrara, 2013, p. 26): “[...] a consolidação do movimento Trans, ao que parece, se dá inicialmente num processo paradoxal de empoderamento tutelado, pois surge numa relação entre movimento gays e lésbicas, agências governamentais e profissionais da saúde. ”, buscando sua autonomia na década de 1990, com a criação de organizações representativas, além de discutir pautas específicas da população de trans.

As lutas travadas pelo movimento de travestis e transexuais nas últimas décadas, diferentemente do que podemos presenciar nas décadas de 1980-1990, deram-se a partir de um ponto comum, que era a quebra das barreiras advindas do preconceito e da discriminação, e a busca por cidadania e respeito. Esses grupos passam neste período por uma ação eminentemente de defesa pessoal contra a violência, para depois traçar novos caminhos e discutir propostas de inclusão, através de cursos de capacitação e de financiamento de projetos para que travestis e transexuais pudessem ser inseridas socialmente e se constituíssem como cidadãs providas de direitos.

É muito comum vermos nas campanhas feitas durante as datas que marcam as lutas de resistência, como o dia da “visibilidade trans” comemorado no dia 29 de janeiro, a incisiva presença dos termos “cidadania”, “dignidade” e “respeito”. Essa própria data surge impulsionada pela população de travestis e transexuais como momento para dar visibilidade a essas pessoas, para que sejam vistas também como cidadãs, e como forma de enfrentar o processo de não reconhecimento que vivem, inclusive, denunciando as práticas de violência, extermínios e assassinato cometidos contra elas.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO PIAUÍ

Quanto a atuação das travestis e transexuais no Piauí, as primeiras iniciativas acontecem a partir do final dos anos 90, através da participação e inserção da ativista e militante Monique Santos (ATRAPI), que aqui no Estado é considerada a precursora na organização e articulação do movimento.

Em princípio, é importante salientar que a dificuldade de reconstituir minimamente a história do movimento de travestis e transexuais no Estado deve-se a pouca produção científica e informações sobre o tema em questão. As referências aqui apresentadas partem principalmente das fontes primárias, as próprias entrevistadas, que por vezes reconhecem que podem ter faltado alguns elementos importantes como datas,

eventos, encontros, que nos impossibilitem de apresentar um trabalho mais próximo da realidade.

Segundo a narrativa de Monique Santos, o início da organização do Movimento de Travestis e Transexuais do Estado do Piauí aconteceu no ano de 1993, quando se dão as primeiras tentativas de reunir as pessoas GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), como eram assim conhecidas na época. GLS era a sigla que definia os espaços, os serviços e os eventos para a comunidade gay. Em 1995 a sigla foi aprovada no Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Simpatizante – EBGLT, a partir de então a sigla seria mudada para GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. E por último, na 2ª Conferência Nacional, que ocorreu em 2008, ficou aprovado que a sigla seria LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, depois se resumia em LGBT. Atualmente a denominação é LGBTQIA+.

A partir desses encontros foi constituída, em nível de estado, uma organização denominada “Grupo Homossexual Babilônia”, que não chegou a ter muita expressão ou visibilidade, em decorrência das dificuldades e dos preconceitos que as pessoas travestis e transexuais sofriam, tanto que não chegou a ser oficializado legalmente. Mas o trabalho de organização e mobilização continuou, a partir da necessidade e demandas da população LGBT, na luta por seus direitos.

Essas iniciativas contribuíram para a manutenção da representação do Estado nos encontros nacionais, inclusive com a participação no encontro de fundação do primeiro Grupo de Conscientização da População GLBTT (Grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), como assim era chamado na época.

Neste período, a grande motivação levou a população de travestis e transexuais a empreender as primeiras tentativas de organização do Movimento que de fato garantissem os direitos desta população, pois não existiam pessoas, organizações e instituições que levantassem a bandeira da garantia dos direitos dessa comunidade. A realidade das travestis e das transexuais era, na verdade, de muita violência, de muito preconceito e discriminação. Era raro ver entidades que defendessem as pautas LGBTs; o próprio Estado, como provedor de políticas públicas, era ausente. Tanto que só a partir do ano de 1993, aqui no Estado, veio surgir as primeiras organizações em defesa da população de travestis e transexuais. A trajetória de vida e a necessidade de organização da grande parcela desta população se deu a partir de uma realidade de extrema violência e abandono.

A primeira organização de defesa aos direitos humanos de travestis e transexuais

de Teresina registrada, a partir da fala de Monique Santos, foi fundada em 17 de dezembro de 2007 na cidade de Teresina, intitulada com o nome de Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Piauí – ATRAPI, que funcionou como uma espécie de chamariz para o surgimento de outras entidades e organizações na capital e em nível de Estado como o GPTRANS – Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais. Já o GGLOS – Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual, que atende toda população LGBT, foi criado em Picos no ano de 2006, pela ativista e militante trans, Jovanna Cardoso, com a prioridade de trabalhar com as pessoas portadores de hepatite e com pessoas que viviam com HIV/Aids e seus familiares. O GGLOS trabalha em suas áreas prioritárias: 1. Promoção de direitos das pessoas travestis em defesa da cidadania e contra a discriminação; 2. Prevenção e promoção da saúde. Este grupo ainda hoje desenvolve trabalho de conscientização na cidade de Picos.

Em Colônia do Piauí surge o MOPAC – Movimento Piauiense de Assistência à Cidadania – LGBT, associação privada criada por Kátia Tapety, a primeira transexual a ocupar um cargo político no Brasil (como vereadora em 1992 e vice-prefeita em 2004) na cidade de Colônia do Piauí. Essa associação, além de atuar na defesa dos direitos humanos da população LGBT, atua também nas causas ligadas ao meio ambiente e na defesa das “minorias” étnicas. A partir dessas experiências, o movimento de travestis começou a tomar forma, e várias outras bandeiras de luta foram se incorporando no repertório LGBT.

Uma das características próprias do movimento, que marca o surgimento das primeiras organizações de defesa da população LGBT no Piauí, na década de 1990, era não se discutir as especificidades próprias de cada grupo, pois o que estava em pauta era a constituição de um movimento que pudesse agregar as diversas identidades, a princípio. A violência, o preconceito e a discriminação foram alvos comuns para a população LGBT e, dentre os grupos, o que mais carregava os estigmas sociais era a população de travestis e transexuais. Muitos foram os casos de agressões sofridas, de assassinatos que, de certa forma, dificultaram, mas não inibiram a necessidade de organização desta população enquanto categoria social.

Nas narrativas apresentadas sobre esse momento histórico de luta das travestis e transexuais no Brasil e trazendo para o Estado, podemos perceber conexões em relação às realidades apresentadas de violência e discriminação, da falta da garantia de direitos básicos, da ausência do Estado como provedor de políticas públicas equânimes.

Não podemos deixar de reconhecer que as violências ocorridas dentro da tessitura social, que atingem as populações mais vulneráveis, têm acometido de forma severa as travestis e transexuais, pois esses atos estão relacionados à forma com as quais experimentam as suas identidades de gênero e sexualidade, que afrontam os padrões aceitos e reforçados socialmente. O cotidiano dessas pessoas é recheado de perseguições e discriminações, além de serem marginalizadas tão somente por exteriorizarem sua identidade de gênero, causando uma ruptura na lógica de comportamento definido por grupos socialmente dominantes, que impõem certos padrões que se tornam hegemônicos quando se trata desse grupo, e de tantos outros que vivem à margem da sociabilidade.

Imaginemos os conflitos passados por essas pessoas sendo discriminadas socialmente pelo fato de desafiar a heteronormatividade. No momento em que se torna mais forte e contundente a luta pelos direitos de se manifestarem, de viverem dentro de uma construção humana de um corpo feminino, o oposto do que foi designado ao nascer. A célebre e conhecida frase de Simone de Beauvoir (1953), no seu livro “O segundo sexo” diz: “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. Isso prova que ser mulher não é tão somente uma escolha, é uma construção social, e como tal devem ser aceitas e respeitadas as identidades e determinações que as pessoas têm sobre si, enquanto seres sociais. Beauvoir, com essa frase, distingue os conceitos de sexo e gênero, sendo que o primeiro, para ela, está relacionado ao fator biológico, enquanto que o segundo, é um construto feito pela sociedade, ou seja, ser homem ou ser mulher não é algo natural, mas resultado das ações e do comportamento de determinado gênero.

Quando começam a manifestar sua sexualidade, travestis e transexuais passam a afrontar a ideia da cis-heteronormatividade, passando a questionar a hegemonia desse padrão social. Esse comportamento, por outro lado, resulta na exacerbação de práticas transfóbicas, aos conflitos e incompreensões familiares, levando muitas vezes à expulsão deste ambiente, ao estranhamento por parte de pessoas próximas, e até de amigos e amigas que, não compreendendo essa relação, as rejeitam.

Os padrões culturais e o comportamento de determinadas civilizações ou sociedades criam os estigmas sociais, e fazem com que práticas discriminatórias contra o considerado “diferente”, tornem-se regras dentro de uma sociedade excludente, machista e misógina. Assim, travestis e transexuais, por serem consideradas “pessoas estranhas” aos moldes desta sociedade, encontrarão sempre as “portas fechadas”, quando se trata de seus direitos à escola, ao trabalho, a viver de forma digna enquanto cidadãs.

Podemos resgatar esse pensamento na fala de uma travesti de Teresina, referenciada na pesquisa de Valdênia Sampaio (2009): “[...] *na dificuldade de trabalho e na incerteza do futuro, vou embora em busca de uma vida melhor [...]*”. “[...] *não conseguiu e ainda não voltou [...]*”. Ou ainda, “[...] *não podemos mais continuar à mercê de uma sociedade que nos agride, que nos violenta, e que também é a mesma sociedade que nos leva para a cama [...]*”.

Nessas falas podemos nos deparar com dois axiomas. A primeira que é uma realidade de estranhamento, exclusão, de desconhecimento da cidadania da população de travestis e transexuais, inclusive enquanto sua condição de gênero feminino. A outra mostra toda hipocrisia de uma sociedade que cria seus padrões de sociabilidade, mantém uma postura interna do poder do patriarcado, onde ser mulher é apenas uma condição, e que se comporta de modo contrário ao que foi definido enquanto padrão social.

Em relação às oportunidades de emprego, as travestis e transexuais também passam por um processo de discriminação em seu cotidiano. Excluídas de muitos processos e de seus direitos, de acesso à educação, à profissionalização; fora do ambiente escolar e, muitas vezes, sem o apoio da família, sofrem pela falta de políticas sociais que lhes amparem em suas necessidades.

No mercado formal há pouca presença de profissionais trans em empresas, lojas e até nos órgãos de governo, e os motivos estão expostos, têm a ver com o processo de discriminação e preconceito muito presentes na sociedade, que contribuem com a exclusão deste segmento do direito ao trabalho. Segundo Valdênia Sampaio (2009), os desejos das travestis e transexuais são os mesmos de qualquer outra pessoa: “Almejam estar inseridas no mercado de trabalho, na escola, e nos diferentes espaços da sociedade”; mas devido à dificuldade de acesso ao trabalho e a outros serviços que as dignificam, acabam por se tornarem vítimas da sociedade, inclusive dos conflitos internos, pela rejeição e a falta de oportunidades. A ausência de trabalho formal faz com que recorram a serviços não reconhecidos, sem qualificação, como a prática da prostituição, que é muito explorada por muitas delas como forma de sobrevivência.

Além da ampliação da participação da população de travestis e transexuais no campo das políticas públicas, fruto da pressão desses segmentos, é importante reconhecer que aliado a essas políticas, foi também levantado um debate muito sobre as identidades de travestis e transexuais. Mesmo que as referências ao movimento de travestis sejam anteriores ao das transexuais, é bom ressaltar que, no que se refere a relação de ambos os

grupos, podemos considerar que tanto uma categoria quanto a outra possui o mesmo DNA no que diz respeito ao processo vivenciado de construção de seu reconhecimento no que concerne à sua identidade de gênero.

O que diferencia uma travesti de uma transexual? Comumente se pensa tratar da mesma coisa, mas não. Ambas nasceram com as características masculinas, mas não se sentem como tal. Se comportam e se identificam com as referências do sexo oposto; usam roupas femininas, fazem uso de hormônio, etc. A ativista travesti Maria Laura se manifesta dessa forma sobre a questão: “O diferencial está na forma de se pensar a identidade de gênero. A transexual, por exemplo, eventualmente, decide pela cirurgia de transgenitalização (mudança de sexo), para provar ser mulher; enquanto que para a travesti, mesmo que se utilize dos mesmos desejos, utilize de apetrechos femininos, não ver problemas em manter o órgão genital masculino. Para a travesti, ser mulher, se identificar como mulher, não está determinada pelo órgão sexual, mas pela forma como se ver”. Um dos problemas que pode surgir desse pensamento, como bem argumenta Berenice Bento em sua obra, “a reinvenção do corpo: sexualidade e gênero” (2021) é a prevalência de uma ideia da imagem universal da transexual, como se esta, se resumisse apenas a esse padrão.

Sobre essa questão o que diz Carvalho e Carrara (2013):

Foi em meio ao debate sobre transexualidade no movimento LGBT no final dos anos 90 e início de 2000, que a ‘identidade de gênero’, termo também importado da sexologia, foi incorporado no vocabulário militante ao lado do conceito de ‘orientação sexual’. Não foi possível descobrir maiores detalhes sobre o percurso do conceito e de processo de politização. De todo modo, a ‘identidade de gênero’ acabou se configurando como elemento fundamental na distinção identitária entre travestis e transexuais de um lado e gays, lésbicas, bissexuais, de outro. Enquanto as primeiras passam a organizar suas reivindicações em torno de problemas relacionados à identidade de gênero, os segundos se veem mobilizados por questões referentes à orientação sexual. (CARVALHO e CARRARA, 2013, p. 15, grifo dos autores).

O processo de identificação do gênero feminino é algo que toma força a partir do momento que as organizações Trans vão se forjando na luta, passando de um movimento de reivindicações por bandeiras gerais para também trazer para o cenário da luta coletiva o direito de vivenciar a forma como melhor se identificam, vivendo em um corpo e uma identidade que não aquele que lhe foi definido ao nascer. Em relação às transexuais, esse processo de organização e identificação começa a emergir nos finais dos anos 1990 e início dos anos 2000 (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

As travestis saem de uma condição de pessoas estereotipadas, de péssima reputação, para se construir numa nova imagem, de forma lenta, evidentemente, e se constituir em uma categoria de identidade adquirida, ganhando uma nova visibilidade social, assim, causando uma ruptura na estrutura socialmente determinada.

Isso nos faz lembrar que a inserção da travesti, a princípio, e depois da transexual, no movimento LGBT, não foi um processo fácil, devido aos estereótipos aos quais eram aplicados a elas, ressaltando inclusive as diferenciações sobre as experiências sociais de cada grupo. Mesmo com bandeiras de luta comuns, como a luta por dignidade e cidadania, e por terem muitas vezes passado pelo mesmo histórico de violência e de rejeição familiar e social, há de se considerar que em alguns pontos, principalmente no que diz respeito à identidade, as diferenças eram muito presentes.

No interior do movimento desde o princípio, mesmo com o discurso de igualdade, entre os grupos constituintes, podemos perceber certos conflitos que envolviam os atores e atrizes políticos e as representações desses movimentos.

Facchini (2002), citando MacRae (1985) expõe o que este demonstrou ao tratar sobre os conflitos dentro do movimento:

MacRae demonstra que, apesar dos militantes fundamentarem essa igualdade a partir de um atributo essencial que os unisse, fosse ele a homossexualidade ou um encaminhamento ‘articulado a todas as formas de opressão’ ou ‘autonomista’, para a transformação da sociedade e para a luta pela libertação homossexual, a homogeneidade do coletivo não era mais do que uma aliança construída com determinada finalidade política vulnerável, portanto, à manutenção das condições que fundamentaram essa aliança. (FACCHINI, 2002, p. 16, grifos da autora).

Podemos perceber, a partir dessa autora, associados a relatos atuais de grupos identitários, que as relações de conflitos existentes internamente no movimento LGBT ainda são muito presentes. A categoria de travestis, por exemplo, teve que passar por um processo de aceitação dentro do movimento, que não foi fácil, pois eram vistas como pessoas despreparadas, que não tinham condições de estar dentro do espaço do movimento.

Dentro do movimento homossexual, as travestis eram vistas como figuras estigmatizantes, “espalhafatasas”, sem domínio político-cultural. Pude perceber inclusive essa realidade na fala de alguns militantes do movimento de travestis e transexuais, na proximidade que tive com elas durante os momentos de discussão e troca de experiências sobre a condição de ‘ser’ uma pessoa Trans. Assim, soube compreender a situação das travestis dentro do Movimento Homossexual, que era de extrema invisibilidade, só vindo

ser reconhecida enquanto categoria social, como já mencionado, durante a década de 90. Mas os conflitos ainda são muito presentes hoje, porém, esse eminente conflito não representou perda para o movimento, ao contrário, contribuiu com o fortalecimento e autonomia do movimento Trans.

2.3 AS TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DOS (DAS) MILITANTES E ATIVISTAS DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Não existe história sem personagens, e estes, são partes fundamentais para compreendermos as narrativas apresentadas tanto de forma individual como coletivas, das experiências vivenciadas pelos ativistas e militantes do movimento LGBT do Piauí. Essa história é formada por pessoas reais, que trazem dentro de si lições de vida, histórias de sofrimento, de desrespeito, mas também de superação.

Nesta parte do trabalho, a nossa pretensão é apresentar os protagonistas principais dessa história, personagens que estão envolvidas diretamente com a construção do movimento de travestis e transexuais no Estado, suas lutas, dificuldades, as violências e o desrespeito encontrados no caminho, mas especialmente, reverberar suas conquistas, suas reações e altivez no processo.

Para construir o quadro de entrevistados foram selecionados 07 (sete) personagens, sendo 3 (três) militantes do movimento; 3 (três) gestores e 1 (uma) assistente social. O grupo é formado fundamentalmente por pessoas que vivenciaram essa experiência a partir de sua identidade, ou do compromisso em defesa dos direitos da população de travestis e transexuais, com a finalidade de conhecer e analisar as experiências vivenciadas enquanto ativistas, militantes e enquanto gestoras em defesa da implementação de políticas para as pessoas trans, no espaço institucional do Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira. Algumas delas continuam dividindo seu espaço de atuação entre a gestão governamental e a militância no movimento, contribuindo efetivamente com a implementação de políticas públicas para a população trans.

Os relatos que apresentaremos a seguir partem das falas, das vivências das (dos) entrevistadas (os), que não representam todo o movimento de travestis e transexuais piauiense, mas apenas uma amostra da observação de parte dos ativistas e gestores; algumas gestoras e ativistas ao mesmo tempo, onde se busca retratar a partir de seus

próprios olhares, experiências e trajetórias de vida, parte de uma história ainda não reconhecida nem refletida pela sociedade piauiense.

Dentro das narrativas podemos observar pontos comuns, quando se trata do modo de inserção no movimento LGBT, em relação a tomada de consciência do seu ser e a realidade vivenciada no âmbito familiar, no momento que se descobrem suas identidades, e como o Centro de Referência influenciou na tomada de decisão sobre sua vida, seus desejos, e qualificação de sua militância. Neste capítulo, apresentaremos essas trajetórias individuais e coletivas dos ativistas, militantes e gestores, que deram sua contribuição voluntária para esta pesquisa. Começaremos nossa conversa ouvindo o depoimento do atual coordenador do Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira.

2.3.1 Vitor Kozlowski: militante do Grupo ART GAY e Coordenador do Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira

Vitor Kozlowski, atual coordenador do CRLGBT destaca o motivo principal de sua inserção no movimento LGBT. Sua participação tem início a partir de uma iniciativa individual, no momento em que descobre sua sexualidade não aceita pela família:

A minha inserção no movimento LGBT específico ocorre em 2005. Cheguei em Teresina em 2003, oriundo do Rio de Janeiro”. Já no Ensino Médio, no Colégio Liceu Piauiense, começo a participar de atividades, onde se discutiam questões ligadas à diversidade de gênero no grêmio estudantil”. A partir de então, passo a ter contato com grupos políticos partidários e do movimento sindical, através do Sindicato dos Trabalhadores da Educação do município - (SINDSERM), onde na oportunidade pude participar do Fórum Social Mundial realizado em 2005, em Porto Alegre, com pessoas do PSTU, de sindicatos, chegando a conhecer Monique Alves, grande ativista travesti e negra, uma das fundadoras do movimento LGBT no Piauí. (Vitor Kozlowski)

Em sua visão, Vitor considera esse um momento apoteótico, “[...] pois teve a oportunidade de conhecer pessoas ligadas ao movimento LGBT nacional e internacional [...]”. “ Neste período, também conheci o grupo MATIZES, de lésbicas e gays, sendo a primeira organização que participei ativamente. Uma das coisas que motivou a inserção no movimento, foi a descoberta da minha própria sexualidade e as práticas homofóbicas que sofri dentro do espaço familiar”.

Seu ingresso no movimento se deu um ano antes da implantação do Centro de Referência. Também, enquanto usuário das políticas públicas de direitos humanos, foi

motivado pelo que aconteceu dentro de uma conjuntura, em que ele sofreu um processo de discriminação dentro do ambiente familiar, chegando até a ser expulso.

Quando da sua inserção no Centro de Referência LGBT, primeiramente se deu como usuário dos serviços, depois ocupando atividades administrativas, atividades de condução de projetos e ações, até que em 2012 teve a oportunidade de assumir a Coordenação do Centro de Referência. Vale lembrar que de 2012 até o momento atual, segundo Vitor, a política de direitos humanos sofreu muitos reveses, em nível nacional e estadual, em especial, a política LGBT. Assim, o Centro de Referência também perde em parte sua funcionalidade, inclusive, com mudanças de endereço constante, contratos de aluguel, e outras dificuldades, que aos poucos contribui para vivenciar um processo de “sucateamento”, expressão utilizada pelo próprio movimento local, para expressar o sentimento dos usuários e usuárias.

O processo de implementação de políticas públicas por segmentos específicos também foi fortalecido pelas conferências nacionais LGBT, que obviamente tiveram suas etapas estaduais e municipais. A primeira aconteceu em 2008, lançada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, onde no Estado do Piauí, aconteceu um ano depois da implantação do Centro de Referência, criado a partir da reforma administrativa do governo do Estado, com a instituição da Coordenadoria de Direitos Humanos, Juventude e Mulher. Dentro da Coordenadoria foi criada a Diretoria de Livre Orientação Sexual, contando com duas coordenações: a Coordenação do Centro de Referência LGBT, na qual essa diretoria ficou responsável pela realização da primeira conferência, e o Centro de Referência que também esteve presente nessa organização.

A sua participação no Centro de Referência, segundo o coordenador, se dá inicialmente como usuário dos serviços do Centro, já citado anteriormente, como participante do movimento LGBT. “Eu havia acabado de ingressar no movimento, um ano antes da implantação do Centro de Referência. Foi um período que sofri homofobia em casa e cheguei a ser expulso da residência onde vivia”. Participando da militância, ele foi chamado a se inserir nas atividades de outros grupos e, dentre eles, teve a oportunidade de conhecer a Coordenação de Livre Orientação Sexual, na época coordenada pela militante do movimento LGBT, do movimento popular de saúde e do movimento sindical, Maria Ayres Chaves, que também foi a primeira coordenadora do Centro de Referência. Dentro do Centro de Referência, foi participando de seleções internas, até ingressar nos quadros da instituição.

2.3.2 Maria Laura dos Reis: travesti e assessora técnica da Superintendência de Direitos Humanos da SASC – PI, formada em Logística e militante do grupo GPTRAN – Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais

“Minha inserção no movimento aconteceu a partir de convite de outras militantes. A primeira atividade que participei foi um evento do Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais que aconteceu no dia 29 de janeiro de 2009, no Centro de Referência LGBT. Posteriormente, em maio do mesmo ano, participei como observadora da Assembleia da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, que foi realizada em Teresina – PI, ensejo no qual tive a oportunidade de conhecer lideranças Trans de vários Estados do Brasil.”

Diante dos diálogos que presenciou na Assembleia, se sentiu motivada a somar na luta de organização com as demais, e assim, iniciou seu processo de formação. A primeira oficina que participou foi o “Projeto Blitz Saudável”, desenvolvido pelo Coletivo Mirindiba, momento em que pode absorver um aprendizado das temáticas recorrentes do Movimento LGBT, em especial os temas ligados à Cidadania, Direitos Humanos, Saúde, Educação, Assistência Social e Segurança Pública.

“Ainda em 2009, através do incentivo da fundadora do movimento Trans no Brasil, Jovanna Cardoso, participei na fundação juntamente com algumas pessoas Trans de União – PI, município próximo a Teresina, do Grupo Unionense de Livre Orientação Sexual – GULOS, onde a partir de então foram realizadas várias ações de visibilidade nesta cidade”.

Em 2010, juntamente com algumas travestis e transexuais de Teresina, dei minha contribuição na fundação do Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis – GPTRANS, cuja finalidade era atuar na promoção e defesa da cidadania da população de Travestis e Transexuais do Estado do Piauí. Através deste grupo pretendíamos conseguir mais respaldo e espaço dentro do Movimento de Travestis e Transexuais, no qual atuou na coordenação interina do Grupo de 2012 a 2018. (Maria Laura dos Reis).

Neste período a ativista participa de várias ações voltadas para formação de lideranças trans, por meio de encontros, conferências, palestras, grupos de trabalho em âmbito Municipal, Estadual e Nacional. Dentro da estrutura do GPTRANS, atualmente é responsável pela tesouraria e pelas articulações de parcerias com outras instituições que

visam garantir os direitos fundamentais das pessoas travestis e transexuais, e no Centro de Referência, atua como secretária executiva.

A ativista Maria Laura dos Reis enfatiza ainda que: “Ser Travesti, que apesar da minha identificação ser com o “gênero feminino”, não tenho nenhum problema com o meu corpo original, e essa consciência aprendi na minha militância nos grupos de trans, e no meu trabalho no Centro de Referência LGBT”.

2.3.3 Joseane Borges: assistente social, militante ativista do movimento de Travestis e Transexuais do GPTRANS e Gerente de Enfrentamento à LGBTfobia da Superintendência de Direitos Humanos do Governo do Estado

Em meados do ano 2006, recém-saída do Ensino Médio, fui à procura de qualificação profissional, pois sabia das dificuldades de inserção no mercado de trabalho que envolvia as pessoas como um todo, e ainda mais as pessoas trans. A partir de então, conheci o Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira, o qual estava disponibilizando diversos cursos através do Projeto “Cultura é Referência” que abriu várias portas para população LGBT naquele período. Começo então, a participar dos grupos de convivência, um espaço de diálogo dentro da Coordenadoria de Direitos Humanos.

Ainda no ano de 2006 fui convidada a participar de uma capacitação para novas lideranças trans em Aracaju/SE, denominada “Projeto Tulipa”, responsável pela formação de várias militantes trans nos estados. Esse momento foi fundamental para minha entrada definitiva no movimento LGBT e, daí por diante, passou a trabalhar dando sua contribuição nas lutas pelos direitos humanos da população LGBT.

Joseane, junto a Monique Santos, a pioneira dessa luta no Estado, participa da fundação da primeira Associação de Travestis e Transexuais do Piauí – ATRAPI e, na sequência, busca novas experiências fundando uma nova instituição que viria a trabalhar em favor da oportunidade e direitos para a população trans. Assim, nasceu o Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis – GPTRANS. Nesse ínterim, fora convidada em 2008 para compor a estrutura do governo, “[...] o que representou uma missão desafiadora, bem diferente do que vinha realizando no movimento [...]”, assinala Joseane. Aceita o desafio como a primeira trans gestora no Governo do Estado, e até o momento continua na Gestão e no movimento: “[...] esta combinação tem dado certo, porque conseguimos neste diálogo estreitar cada vez mais a relação entre sociedade civil e governo na definição das diversas políticas específicas aplicadas pelo Estado para

atender as demandas da população de Travestis e Transexuais [...]”. Diz a ativista e gestora Joseane Borges.

Como gestora estadual, venho trabalhando em uma pasta que trata do enfrentamento à LGBTfobia, nos esforçamos a cada dia para que as políticas públicas implementadas em nível de governo para a população de travestis e transexuais atinja de fato, um maior número de pessoas, e que assim, possamos romper com anos de discriminação e preconceitos. Trabalhamos de um modo geral para o segmento LGBT, entretanto, nunca deixamos de enfatizar o fato de que as pessoas trans são as mais excluídas na sociedade, isso pelo simples fato do não respeito a identidade de gênero das mesmas, e que de tal forma sempre buscamos dar maior prioridade às demandas deste segmento sem deixar de reconhecer as especificidades de cada grupo identitário que compõe o movimento LGBT no Estado. (Joseane Borges).

Ainda de acordo com Joseane, uma das principais políticas efetivadas foi o “Projeto Piauí Sem LGBTfobia”, representando o início do trabalho com políticas de inclusão juntamente ao CREAS e CRAS nos mais diversos municípios do Estado. Através deste projeto conseguiu-se focar na temática do respeito e reconhecimento a identidade de gênero das pessoas trans. Esse trabalho de reconhecimento dos direitos humanos LGBT (travestis e transexuais), tem sido muito importante, pelo fato de haver o envolvimento de outros órgãos governamentais nas iniciativas, fazendo as ações transversais e intersetorializadas.

O importante também, é o reconhecimento nessa relação, das parcerias feitas com outros órgãos de governo e da sociedade civil, haja vista que os mesmos têm tido papel fundamental na implementação de tais políticas, e dentre esses órgãos, pode-se citar a Secretaria de Segurança Pública do Estado que por meio do GT LGBT da SSP que tem levado a diversos municípios estratégias de fortalecimento e reconhecimentos das políticas LGBT.

Apesar de deter no momento uma estrutura mínima, o Centro de Referência ainda consegue trabalhar com atendimentos ao público LGBT que necessita de serviços exclusivos. Por meio de parcerias com outros órgãos de governo e entidades da sociedade civil, vem atuando diretamente com a Gerência de Enfrentamento à LGBTfobia e na elaboração e execução de políticas públicas para população a LGBT. Joseane destaca.

2.3.4 Marcela Braz: arquiteta, ativista e militante do movimento de travestis e transexuais, e Coordenadora de Enfrentamento a LGBTfobia da Superintendência de Direitos Humanos e militante do GPTRANS

Em 2007, busco atendimento no Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira em Teresina; procurando apoio psicológico pois havia me descoberto como mulher transexual, inclusive à época, desejava transformar meu corpo e minha aparência física. Então precisei de ter informações sobre o processo transexualizador oferecido pelo SUS. Conversei com a estagiária de psicologia do Centro de Referência, mas não obtive respostas eficientes. (Marcela Braz).

Levei então essa demanda para discussão no grupo de convivência de travestis e transexuais que funcionava e funciona no Centro de Referência LGBT, e a partir daí comecei a participar mais vezes desses encontros, debatendo temas importantes às vivências da população trans. Esse grupo, bastante atuante por alguns anos, culminou com a criação da ONG GPTRANS – Grupo Piauiense de Travesti e Transexuais, em 2011. O estatuto da entidade foi elaborado com foco no fortalecimento dos direitos e cidadania das travestis e transexuais do Piauí.

Nessa época também foram aprovadas e implantadas leis e portarias que puniam atos de discriminação devido a orientação sexual e identidade de gênero, como a Lei estadual 5.916 de 10/11/09. Dessas leis surge o respeito legal ao nome social de travestis e transexuais, sendo o Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira o órgão responsável pela expedição das carteiras de nome social no Piauí.

As Organizações Não Governamentais e entidades de apoio à população LGBT também lutam contra a homofobia e transfobia, fazendo acompanhamento de casos de violência, exigindo que a justiça seja cumprida. Luta também por igualdade de direito para a população LGBT no processo de educação, saúde, mercado de trabalho, moradia e cidadania.

O Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira bem como a Gerência de Enfrentamento a LGBTfobia do Estado do Piauí são organismos que tratam especificamente das pautas da população LGBT, em razão desse segmento social ser minoria excluída socialmente, principalmente as travestis e transexuais, que são marginalizadas por expressarem sua identidade de gênero, sua sexualidade em desacordo com os padrões determinados pela heteronormatividade.

Nesse ponto o papel do Estado é favorecer a igualdade de direitos e promover oportunidades de acesso à educação, trabalho, à saúde para população LGBT através do desenvolvimento de políticas públicas específicas que supram as demandas desta população.

Para Marcela Braz, após décadas de lutas por direitos, ” hoje no Piauí a população LGBT colhe seus primeiros frutos, são conquistas através de políticas públicas que tem por objetivo o combate à violência, a garantia ao respeito, à orientação sexual e identidade de gênero e inclusão social. ”

Além do respeito ao uso do nome social, também há possibilidade de alteração do prenome e gênero no registro civil de nascimento para travestis e transexuais. Assim, temos a parceria com a Delegacia de Direitos Humanos com especialidade no combate às práticas discriminatórias, e no acompanhamento dos casos de violência na população LGBT do Piauí.

2.3.5 Monique Santos: ativista e militante do movimento de travestis e transexuais do Piauí

Monique Santos foi a precursora do movimento de travestis e transexuais no Estado do Piauí. Começou sua militância na organização do Movimento de Travestis e Transexuais do Estado do Piauí no ano de 1993, quando se dão as primeiras tentativas de reunir pessoas GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), como eram conhecidas na época, aqui remontando à década de 1990. GLS era a sigla que definia os espaços, os serviços e os eventos para a comunidade gay. Mais à frente foi aprovada no Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Simpatizante – EBGLT que a partir de então a sigla seria mudada para GLBTT – Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais; por último, na 2ª Conferência Nacional, que ocorreu em 2008, ficou aprovada que a sigla seria LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

Monique contribuiu com a criação do “Grupo Homossexual Babilônia”, que à época não conseguiu se consolidar enquanto entidade, mas abriu espaço para dar continuidade ao processo de organização e mobilização da população LGBT, resultando na fundação do primeiro Grupo de Conscientização da População GLBTT (Grupo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), como assim era chamado no período. Segundo Monique Alves, a primeira Organização de Defesa dos Direitos Humanos de Travestis e Transexuais no Estado foi fundada em 17 de dezembro de 2007 na cidade de Teresina e foi intitulada com o nome de Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Piauí – ATRAPI. Após essa data outras entidades e organizações, como GPTRANS – Grupo Piauiense de Travestis e Transexuais, surgiram tanto na cidade de Teresina como nas demais cidades do interior do Piauí.

“Comecei a dar início aos primeiros passos em vista da organização do Movimento LGBT que defendesse nossos direitos, justamente porque faltavam vozes de pessoas e organismos que nos defendessem. Não havia interesse nem de governo e nem das organizações da sociedade civil, para assumir a pauta da população LGBT, como prioridade. Nós não éramos vistas como gente não existíamos para a sociedade”

Vivíamos uma realidade de muita violência, preconceito e discriminação, e era muito raro ver entidades que nos defendiam; nem mesmo o Estado como provedor de políticas públicas, tinha essa presença”. Tanto que só a partir do ano de 1993, começaram a surgir as primeiras organizações de defesa dessa população LGBT: “Minha trajetória, minha militância dentro do movimento LGBT, começa a partir deste ano e segue até os dias de hoje. Portanto, mais de 27 anos de luta e resistência na busca por dignidade. (Monique Santos)

Apesar de todos os esforços feitos nesses últimos anos, pelo governo estadual, com a criação de estruturas de governo para atendimento da população LGBT, ainda podemos testemunhar que atos de violações de direitos até o presente, é uma constante. A violência e ameaças contra travestis e transexuais ainda impera na sociedade as vezes com a anuência dos órgãos da Segurança Pública e do judiciário que não apura e nem pune os violadores na forma da Lei, e crimes ficam impunes, muitas vezes se conhecendo que os praticou.

2.3.6 David Fontenelle: homem trans

David começou sua inserção no movimento LGBT em 2014, quando teve contato com dois militantes do movimento de Teresina, Maria Laura dos Reis e Vitor Kozlowski, em um encontro em sua cidade, Piripiri. Na oportunidade teve acesso a sua primeira carteira de nome social. “Na época, já mantinha contato com João Nery através do programa SUPER TOP”.

“ Convivi na condição de homem trans desde os anos 2000, quando busquei informações sobre médicos, psicólogos e profissionais envolvidos diretamente como a questão de gênero pelas redes sociais, recorrendo a informações de como agir dentro dessa nova realidade a qual vivenciava: “O João Nery⁸, por sua grande experiência nessa

⁸ João W. Nery: Psicólogo, escritor e ativista dos direitos LGBT, escreveu os livros: “Viagem solitária – trajetória pioneira de um transexual em busca de reconhecimento e liberdade” (2011), e “Velhice transviada”, que conta toda sua história desde jovem, passando pelo processo de readaptação sexual, até sua doença. João W. Nery dá nome ao projeto de lei nº 5002/13, que trata sobre identidade de gênero, de

discussão, me impulsionou para que eu me integrasse e participasse do movimento dos homens trans no Piauí, colocando como fundamental a nossa participação para fazer crescer o movimento aqui no Estado” (David Fontenelle). Assim que o WhatsApp surgiu foi criado um grupo para conversas, trocas de experiência, para garantir a organização e fortalecimento do grupo.

Em 2013, criamos o grupo chamado “Transmasculines”, que logo começou a alavancar a organização, possibilitando que a partir deste grupo fosse criada uma relação de proximidade entre seus participantes e de outros Estados. Foi possível ver como os outros lugares se organizavam, e assim fomos adaptando as experiências locais com as que ocorriam em outros estados. De acordo com David:

“Neste período, de maneira informal, já começávamos a proporcionar o encaminhamento para os especialistas, como psicólogos, endocrinologistas, para uso dos hormônios.

Em Teresina com meu envolvimento maior com nossa organização de homem Trans, pude observar nas pessoas que passaram pelo processo de transição, algo que não consegui ver em minha vida toda. São pessoas que hoje se orgulham de ser o que são, não porque parecem com homem cis, mas porque têm orgulho de ser um homem trans. Esta minha trajetória desde o começo foi para ajudar a alavancar outras pessoas iguais a mim. Quando conseguimos passar essa mensagem para os outros, eles começam a entender e replicar”.

Com a criação dos grupos de comunicação, David considera que a informação circula de maneira mais rápida e isso ajuda as pessoas trans, sendo uma das formas de sua “contribuição na militância”. Assim ele se manifesta:

Minha colaboração tem sido essa de dar às pessoas Trans, LGBT, uma noção básica de que não somos muito diferentes, só porque houve uma mudança de nome, de orientação sexual, ou de identidade de gênero, de corpo para nos sentir melhores. A contribuição que trazemos é essa de empoderamento, e isso nos faz muito bem, e todos os dias nos tornamos mais fortes, mais conscientes, quando falamos de nossas experiências, da nossa realidade.

Todas as vezes que alguém nos procura seja através das redes sociais ou diretamente para conversar, falar de si, das suas dores, das suas tomadas de decisão, para nós é muito gratificante, pelo apoio e por saber que algo está mudando e nos dá a sensação de bem-estar por conseguirmos enfrentar de forma coletiva uma realidade ainda muito complexa, que parte da sociedade desconhece, ou teima em não querer conhecê-la.

Para David Fontenelle, que vive a condição de homem trans há 20 anos (hoje está com 25), estar inserido no movimento tem sido de grande importância para o fortalecimento de vínculos entre seus participantes. Ele relata que teve contato com a

autoria do ex-deputado Jean Willys (PSOL) e Érika Kokay (PT), que garante o direito de reconhecimento de todas as pessoas Trans do país, sem a necessidade de autorização judicial ou outras exigências. (SILVA, 2019).

primeira pessoa trans. em 2015: “*de lá para cá, quando vejo outras pessoas trans. conquistarem tudo que têm direito, me sinto realizado pois é isso que desejo para mim e para os outros*”, enfatiza David.

Sobre o papel do Estado em relação as políticas públicas para a população LGBT, David vê como avanço o que tem sido construído ao longo dos anos, ao considerar que o Estado do Piauí, seria “*relativamente pequeno em relação a outros*”, mas que tem, se despontado em relações às políticas LGBT”. Ele percebe que muitos direitos têm sido conquistados, mas ainda poucas pessoas sabem reconhecer, talvez por não saber como fazer, ou por tão somente desconhecimento:

Eu tenho dialogado muito com os grupos da região nordeste, trocando experiências, intercambiando, e consigo perceber esse compromisso do governo do Estado com as pautas LGBT, inclusive, está em discussão a criação de um grupo em nível de nordeste com o intuito de conhecer e fortalecer as experiências de gestão. (David Fontenelle)

Para David Fontenelle, a discussão sobre homens trans tem se fortalecido dentro da militância, principalmente a partir do momento que se passa a reconhecer essa identidade de gênero. O ativista procura, assim, conhecer as experiências de outras pessoas como ele, que vivem experiências similares.

Passei pelo processo de transição em 2000. Tive contato com João Nery em 2012 pelo *Facebook*, a partir daí criei um grupo de homens trans no *WhatsApp*, o grupo “Transformou”. Essa organização tem gente de todo estado do Piauí (também homens, mulheres, pessoas que ainda não pretendem se identificar nem como homem, nem como mulher, mas que têm procurado participar, para assim, formar sua opinião).

No ano de 2016, foi criada a Associação dos Homens Trans – ATRANSPI, que depois se tornou ATRANS. Durante esses quatro anos de atividades, a Associação tem sido muito importante para a organização dos homens trans piauienses. Na perspectiva de David: “Pela primeira vez, pelo que conheço, o meio masculino LGBT Trans, tem sido representado enquanto organização própria”.

A ATRANS possui parceria com o Centro de Referência LGBT, com a Defensoria Pública, através de acordos coletivos; com a Fundação Wall Ferraz, com projetos de inserção voltado para o trabalho; com médicos de planos de saúde, para o acesso facilitado ao processo transexualizador. Essas ações tem um caráter de construção coletiva, no qual todos atuam politicamente, para que todos consigam alcançar seus direitos.

3 A LUTA DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 IDENTIDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA TRANSFÓBICA

Historicamente, a sociedade brasileira tem banalizado a violência e visto como algo natural. Em se tratando da população LGBT (travestis e transexuais), essa violência tem tomado em números, proporções alarmantes.

Um levantamento feito pela ONG *Transgender Europe* em 2016, apontou que nos últimos 08 (oito) anos foram registradas 870 (oitocentas e setenta) mortes de travestis e transexuais, crimes motivados, na maioria das vezes, pelo ódio e pela intolerância, pois à proporção que essa população vai revelando e assumindo sua identidade de gênero, o preconceito e a discriminação de uma sociedade fundamentada na intolerância se aprofundam.

Esses dados colocam o Brasil em destaque no *ranking* de países onde mais se matam LGBTs, principalmente travestis e transexuais, transformando-o num território inseguro para as pessoas que buscam viver sua diversidade sexual. Somente entre janeiro de 2008 a setembro de 2017 foram registrados 1.070 (Mil e setenta) homicídios, tendo sido 182 assassinatos de transexuais somente de outubro de 2016 a setembro de 2017 (TRANSGENDER, 2018).

As políticas públicas no Brasil, em geral, são segregadas. Grupos sociais como travestis e transexuais passam por dificuldades no processo de acesso e inclusão aos serviços públicos e, costumeiramente, não são vistas como cidadãs de direitos. Conforme esse segmento social começa a romper com os estigmas que a sociedade lhe impõe, se manifestando numa identidade diferente a que lhes foi atribuído a partir de seu nascimento; passam a enfrentar uma verdadeira batalha para sobreviver nessa sociedade e serem aceitos na sua condição de gênero.

Nos últimos anos, as lutas pelo reconhecimento de sua identidade de gênero e a busca pela implementação de políticas públicas específicas, entre outros fatores, têm levado muitas pessoas a se identificarem como travestis, transexuais, transgêneros ou intersexo. Essas categorias, muitas vezes, se apresentam como autoafirmação de uma condição, mas já foram, e em alguns contextos ainda são vistas também como patologias ou desvio de conduta.

Segundo (Jesus, 2012, p. 07), “a transexualidade é uma questão de identidade. Não é uma doença mental, não é uma perversão sexual, não é uma doença debilitante ou contagiosa, não tem nada a ver com orientação sexual, como geralmente se pensa, não é uma escolha ou capricho, ela é identificada ao longo da história e em diversas partes do mundo. Na contramão desse pensamento, existem as tendências religiosas conservadoras que buscam associar a questão da transexualidade a fatores ligados a transgressões e perversões”.

Ainda segundo Jesus (2012), a sociedade em que vivemos dissemina o estigma no qual os órgãos genitais são quem definem se uma pessoa é homem ou mulher, porém o que se discute é que a construção do sexo não está relacionada a um fator biológico ou natural, é uma construção social. É a cultura que define alguém como masculino ou feminino, e essa concepção pode mudar de acordo com as realidades das culturas diversas. As características de um povo nunca poderão ser dominantes para outro povo. Ser masculino ou feminino em uma dada realidade não define as demais formas de ver esse fenômeno em outras culturas.

É preciso melhor entender o que a população de travestis e transexuais vivencia a partir da noção de identidade de gênero, ou seja, como se dá a identificação com o gênero oposto ao qual foi designado no nascimento. Uma dúvida que ainda perpassa pela cabeça de muitos pesquisadores diz respeito à diferença entre a identidade de travestis e transexuais. Conforme relatos, estudos e acompanhamento junto ao público, o entendimento mais racional e acadêmico é que essa diferença está na percepção individual de cada pessoa que atravessa por esta identidade de gênero.

Assim, as travestis ao longo dos anos vêm criando uma identidade coletiva de afirmação política, embasada no empoderamento dos corpos, na desconstrução dos estigmas impostos a elas, no sentido de ocupação de espaços historicamente negados devido ao preconceito e à discriminação. Embora uma grande parcela ainda tenha na prostituição sua única forma de sobrevivência, outra parcela, ainda pequena, está cada dia mais se dedicando aos estudos, cursos profissionalizantes, ocupando cargos públicos e se inserindo no mercado de trabalho formal, desse modo, rompendo com as barreiras que as impedem de serem cidadãs de direito. Em se tratando da sexualidade, essa tem sido uma experiência relativa e individual de cada uma, podendo afirmar apenas, que a orientação sexual independe da identidade de gênero.

Em referência às transexuais, ao longo dos anos foi criado um mito, que só podia classificar com essa identidade quem tivesse feito a cirurgia de transgenitalização, popularmente conhecida como “mudança de sexo”, no entanto, na escuta dessa população, e no que tem se produzido por estudiosos do tema, a realidade não é bem assim. O entendimento da identidade coletiva desse público é que independente de ter feito a cirurgia de transgenitalização, a pessoa pode perceber-se e reconhecer-se dentro desta identidade, pois assim como as travestis, essa é também uma experiência com a sexualidade relativa e individual de cada uma, onde só a pessoa pode externar como sente nessa percepção.

Desse modo, ainda de acordo com (Jesus, 2012, p.10) o primeiro desafio que as pessoas Trans devem passar diz respeito à sua identificação com algumas das expressões da transgeneridade, reconhecendo a si mesmas na diversidade, e assim poderem tomar decisões pessoais sobre qual será o momento mais adequado para se apresentarem à sociedade, a outras pessoas, inclusive com suas diferenciações na forma que se identificam e vivem sua sexualidade, tomar consciência do ser travesti ou transexual, nas suas mais variadas formas. Isso com certeza não é tarefa fácil, pois demanda tempo e aceitação de sua condição de gênero.

Em se tratando de violência, há também de se considerar que ela muitas vezes não visibilizada, que é a violência institucional, aquela que as pessoas trans sofrem quando buscam atendimento nos serviços públicos, por exemplo, acesso à educação, à saúde, pois comumente esses espaços se apresentam como cenários geradores e reprodutores de sofrimento e desrespeito, já que muitas vezes essas instituições renegam o direito delas usarem o nome social expondo, dessa maneira, a pessoa trans a situações vexatórias em função dessa situação de seu nome de registro civil, que causa exclusão, sofrimento e cerceamento de direitos. “A orientação sexual e a identidade de gênero têm sido apontadas como fatores disparadores de situações de vulnerabilidade social e de violação de direitos humanos para a população LGBT” (NARDI; MACHADO; SILVEIRA, 2015).

Nesse contexto, torna-se mais que necessária a construção de relações solidárias, considerando a condição de humanidade dessas pessoas, e sua identificação natural com um outro corpo, com gênero diferente do seu, adquirido a partir de seu nascimento. Isso não é uma escolha, é uma identificação, é uma tomada de posição política, e esse reconhecimento deve ser aceito de forma natural pela sociedade, para que essa população

possa usar de suas prerrogativas de cidadãs e possa transitar pela sociedade, sem os perigos de sofrer preconceito e discriminação.

A pesquisa em tela nasce a partir do interesse e da necessidade de conhecer as situações aqui mencionadas, de violação de direitos humanos da população de travestis e transexuais do Estado do Piauí e ao mesmo tempo, analisar as políticas públicas executadas pelo Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira de Teresina – Piauí, tema do próximo capítulo, relacionadas à população de travestis e transexuais, e analisar até que ponto essas políticas têm ajudado a superar as problemáticas que as travestis e transexuais encontram no seu cotidiano, como a violência, a falta de acesso aos serviços públicos, a autoafirmação desses grupos, além de averiguar como essas políticas têm de fato ajudado a superar as dificuldades, dentro de uma conjuntura atual que não é favorável a implementação de projetos e programas de garantias de direitos humanos LGBT. Nesse ponto, é de grande importância o diálogo entre poder público e sociedade civil, através de suas representações, no sentido do desenvolvimento de políticas públicas que tenham eficácia para a garantia da cidadania LGBT.

No que se refere ao tema identidade de gênero e orientação sexual, o que ainda podemos destacar é que a conceitualização de gênero é a percepção subjetiva do que venha ser “masculino” e “feminino”, conforme as características, ou como cada um (a) representa. Identidade de gênero foi utilizada pela primeira vez no campo da psiquiatria para definir o que se considerava “transtornos de identidade de gênero”, vista como um desvio de conduta ou doença, quando um indivíduo de um determinado gênero (homem ou mulher), se identifica mais com o sexo oposto. Atualmente, esse comportamento não é mais visto como transtorno, pois a ONU reconhece a legitimidade do processo de auto-identificação das pessoas trans, dentro de um corpo que as identificam.

Podemos assim inferir algumas reflexões e questionar as formas pelas quais o gênero e a sexualidade foram apresentados historicamente na sociedade, através do binarismo que moldou a forma de vida das pessoas.

Segundo Jesus (2012), o binarismo de gênero/sexo, macho/fêmea, homem/mulher, atua de forma a apresentar regras que patologizam as diversas formas da experimentação da identidade de gênero, colocando como empecilho a garantia de direitos das pessoas não cisgêneras, apresentando essa identidade associada à designação de sexo e o gênero que trouxeram ao nascer.

A população de travestis e transexuais é vista no Brasil como um extrato social historicamente vulnerabilizado e estigmatizado, vivendo à margem da sociedade e na exclusão social. Luta incessantemente para ser reconhecida como sujeitos de direito, e socialmente ter o reconhecimento de sua identidade de gênero, porém, a busca por visibilidade e respeito vem ganhando cada vez mais força, apesar do preconceito e da discriminação a que são expostas.

A população Trans enfrenta essa batalha incessantemente para a aceitação de sua identidade perante a sociedade. Lutam também na tentativa de que as violências sofridas deixem de ser invisibilizadas pela sociedade, sobretudo pelo poder público. Essa ideia de “não ser” é tão forte e profunda que quase não são possíveis reconhecer através de registros oficiais, dados sobre as violências as quais esse público padece, tampouco, conhecer as ações punitivas àqueles que cometem crime de LGBTfobia, acarretando grandes violações dos direitos humanos, reforçando assim, as práticas discriminatórias, o preconceito, a marginalização e a exclusão deste grupo social.

Em se tratando ainda das identidades de travestis e transexuais no conjunto do movimento LGBT, aquelas, principalmente, sempre foram vistas de forma negativa. Somente a partir dos anos de 1970 que começa a ocorrer certa respeitabilidade social. A travesti sai lentamente de uma condição estereotipada, como pessoa de baixa índole, quando começa a construir uma categoria adquirida a partir de sua organização e de uma nova visibilidade social.

Dentro deste contexto, dotadas de uma identidade, as travestis surgem como sujeitas políticas, e são incorporadas no movimento social LGBT, e daí surge a necessidade de uma política identitária específica a ser trabalhada pelo movimento de forma específico (CARVALHO; CARRARA, 2013). Consideramos, então, que é dentro do espaço de organização e de luta que as transformações acontecem.

Segundo (Carvalho e Carrara, 2013, p.15), a entrada e incorporação de travestis e transexuais num mesmo movimento não foi um processo simples. Vários fatores impediam a aproximação política de pessoas com experiências sociais muito díspares sob a mesma “bandeira do arco-íris”. Além da rejeição familiar, da associação a atos de criminalidade, da falta de cuidado do poder público, através da ausência de políticas públicas, as pessoas Trans ainda se viam afastadas, num espaço que deveria ser de acolhimento.

Apesar da luta por seus direitos e pelos poucos ganhos nos últimos anos, a maioria da população trans continua vivendo às margens da sociedade, sendo exploradas sexualmente e se submetendo à prostituição como forma de sobrevivência, devido à ausência de políticas públicas específicas que as levem a ter acesso ao mercado de trabalho. Os poucos direitos conquistados são violentados constantemente, inclusive, o “direito fundamental de existir”, além de estarem expostas às violências físicas e psicológicas. Devido a isso, há a incidência do alto número de casos de doenças mentais e suicídio a que são acometidas. Dados da União Nacional LGBT apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas de 35 anos, índice muito baixo se comparado com a média de vida da população em geral que é de 75,5 anos.

Segundo dados do Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2018, p. 38), a maior parte da população trans no país vive em situação de miséria e exclusão social, sem acesso à saúde, educação, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal, e de políticas públicas que considerem suas demandas específicas. Essa realidade, acontecem também nos estados, gerando problemas de violação dos direitos humanos da população LGBT (travestis e transexuais), e aprofundando cada vez mais a desigualdade social.

O dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transsexuais afirma também:

Dentre a população LGBT, as pessoas travestis e transexuais são as que mais enfrentam dificuldade ao buscar atendimento nos serviços públicos de saúde, não só quando reivindicam serviços especializados, como o processo transexualizador, mas em diversas outras ocasiões nas quais buscam atendimento pela agressiva trans./travesti fobia, que sofrem atreladas à discriminação, por outros marcadores sociais como pobreza, raça/cor, aparência física e pela falta de serviços de saúde específica. (BENEVIDES & NOGUEIRA, 2018, p 38).

No Dossiê de 2019 da ANTRA, sobre os assassinatos e violência contra as pessoas Trans, os dados apresentados reforçam as informações anteriores, apontando que o Brasil continua sendo o país onde se mata mais travestis e transexuais no mundo. Segundo os dados, o país passou da 55ª posição em 2018, para a 68ª em 2019, no ranking de países menos seguros para a população LGBT.

Esses dados apresentados tornam-se um instrumento para denunciar os casos de violência que sofre a população de travestis e transexuais, e também acena para a urgência na implementação de políticas públicas eficazes para o enfrentamento da transfobia e em

consequência, a redução da violência e dos assassinatos contra a população Trans, que colocada como o principal grupo social vítima de mortes violentas no país. Os dados ainda demonstram que as práticas policiais e judiciais se caracterizam pela falta de rigor na investigação, identificação e prisão dos suspeitos.

No ano de 2019, consta que em todo país, apenas 8% dos casos tiveram os suspeitos identificados e 82% das vítimas eram negras; que pessoas Trans do sexo feminino representavam 97% dos casos e que 64% dos assassinatos ocorreram nas ruas. Assim como está claro que os assassinos não costumam ter relação direta, social e afetiva com a vítima, ficando evidente a intencionalidade do ato, proveniente do ódio e do preconceito com a população Trans (ANTRA, 2019).

Os dados ainda mostram que o comportamento propagado pelo atual governo federal de características antidemocráticas, autoritário, racista e preconceituoso, concorre para o avanço das práticas discriminatórias por parte da população, contribuindo com o aumento da violência institucionalizada contra travestis e transexuais, reforçando uma política de intensificação da violência transfóbica e do preconceito com as populações vulneráveis em geral.

Isso nos faz reafirmar a urgência de efetivação de políticas públicas específicas para a população de travestis e transexuais, a fim de evitar o aprofundamento das desigualdades sociais e, assim, contribuir para a o reconhecimento dos direitos desta população, favorecendo o estabelecimento da justiça social para esse segmento social.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NOS PROCESSOS DEMOCRÁTICOS E NOS ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL

No diálogo com a literatura sobre o tema discorrido, recorro às contribuições de pesquisadores que tratam do assunto das políticas públicas para a população transexual e travesti. No artigo *Cidadania da população LGBT: políticas públicas como instrumento de mudança social* (MELLO, 2011), o autor apresenta um quadro geral sobre as iniciativas dos governos nas três esferas, em vista da promoção da cidadania da população LGBT, principalmente no que diz respeito às políticas nas temáticas específicas de saúde, educação, segurança, trabalho, assistência social e previdência social. Assim, poderemos analisar a relevância ou não da ação governamental de promoção da cidadania LGBT.

Em *Políticas Públicas LGBT, Construções Democráticas*, Feitosa (2012) busca demarcar no Brasil as investigações sobre políticas públicas de direitos humanos LGBT,

e analisa os princípios, tensões, avanços e desafios na constituição das políticas públicas de direitos humanos LGBT. É exposto os avanços e desafios das políticas públicas LGBT no enfrentamento à violência, apontando como principais soluções, a criação de mecanismos que se tornaram marcos legais como portarias, campanhas públicas contra a violência, visibilidade da pauta perante a sociedade, etc. No aspecto dos desafios pode-se observar a falta de estruturas específicas e eficazes dentro do Estado, para tratar das questões e demandas referentes à população LGBT (travestis e transexuais).

A partir da emergência e fortalecimento das organizações do movimento LGBT, como vimos no capítulo 1, essas passam a exigir do Estado constitucional um olhar mais atento para as ações de enfrentamento à violação dos direitos humanos e sociais desta população, bem como, dar visibilidade às políticas públicas específicas e, por fim, enfrentar as violências cometidas contra a população LGBT.

O papel do Estado é fundamental para a superação da condição pela qual passa a população LGBT, por isso a importância do fortalecimento do diálogo permanente entre os representantes das entidades da população LGBT e de controle social com os agentes públicos, onde cabe a esses a promoção e garantia dos direitos para esse grupo social, da mesma forma, para toda a população.

A história recente marca o avanço da participação da população de travestis e transexuais nos órgãos de controle social e nos espaços de democratização das políticas públicas, e isso é possível graças ao Plano Nacional LGBT, discutido no Capítulo 1. Em consonância com as propostas aprovadas na I Conferência Nacional, ambas as ações acenam para uma estratégia necessária de ampliação da participação social deste segmento nos conselhos de políticas setoriais, como: conselho de saúde, da assistência social, da previdência social, dentre outras, incluindo a necessidade de criação dos Conselhos e organismos nacionais, e também nos níveis estadual e municipal.

Em relação à participação dos LGBTs de forma mais efetiva nos organismos de governo e de controle social, isso só começa a acontecer na década de 1990. Nesse período começa a se caracterizar, dentre outros elementos, pela criação dos conselhos de políticas públicas e pelas primeiras experiências do orçamento participativo em governos municipais das administrações petistas. Nesse processo se previa partilha de poder, a deliberação e a cogestão (TEIXEIRA, 2013; FEITOSA, 2016). O objetivo do Orçamento

Participativo⁹ era o de expressar a possibilidade da divisão de poderes envolvendo o Estado, através de seus órgãos, e os grupos da sociedade na definição e na destinação de recursos nas prioridades da ação governamental.

O controle social é uma ferramenta prioritária para o desenvolvimento de políticas públicas em qualquer lugar do mundo, e o que podemos afirmar como principais lutas para tal reconhecimento, foi a aceitação e o respeito ao uso do nome social por pessoas travestis e transexuais, a qual segue a Lei Estadual nº 5.916/09, de autoria da Deputada Estadual Flora Izabel, atuante na luta pelos direitos dessa população. Porém, podemos também focar na criação do Conselho Estadual LGBT, como dito anteriormente, uma ferramenta importante para o controle e execução de políticas públicas, e outras tantas políticas que contribuem para tal reconhecimento.

No entanto, a partir do que estudamos e abstraímos de depoimentos de alguns atrizes e atores envolvidos diretamente nesse processo de reconhecimento das pautas LGBT, nos sinaliza ainda pouca prioridade na afirmação de uma política de inserção e participação desse extrato social nas agendas do governo em nível federal, estadual e municipal.

O Estado do Piauí é um dos pioneiros no atendimento da pessoa humana LGBT, independente de quaisquer que sejam suas denominações. Podemos observar uma forte participação dos ativistas LGBTs na relação com os órgãos de governo, na estrutura administrativa estadual, como gestores de políticas públicas para LGBT, inclusive nos projetos estruturantes, como o Centro de Referência, como destacaremos no próximo capítulo, idealizado como política nacional para execução de serviços nos estados, e para melhor garantir o protagonismo do movimento LGBT.

A instalação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT) em 2009,

⁹ Orçamento Participativo ou Popular é um mecanismo governamental de democracia participativa que permite aos cidadãos e cidadãs influenciar ou decidir sobre os orçamentos públicos, geralmente o orçamento de investimentos de prefeituras municipais através do processo de participação da comunidade. A participação popular é indispensável para o bom funcionamento de uma democracia, e uma delas é o orçamento participativo. No Orçamento Participativo, o poder de decisão passa da alta burocracia e de pessoas influentes para a toda a sociedade. Isso reforça a vontade popular para a execução de políticas públicas. A Constituição de 1988 obriga os municípios a adotarem como princípio na elaboração das leis orgânicas municipais a “cooperar das associações representativas no planejamento municipal” (artigo 29, inciso XII). Além disso, o Estatuto da Cidade (Lei 10.257/01, em seu artigo 44, determina que a gestão orçamentária participativa é uma condição obrigatória para que a Câmara Municipal aprove o Plano Plurianual, a Lei das Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual. O Estatuto da Cidade ainda especifica que a gestão orçamentária participativa deve incluir a realização de debates, audiências e campanhas públicas. Fonte: jusbrasil.com.br. (Politize e CNJ). Acesso em 21/09/2021.

se constitui como uma grande e importante conquista para o movimento LGBT, pois se torna um espaço de representatividade, em instância nacional do movimento, na discussão, formatação e implementação de políticas em âmbito federal, e cria um ambiente propício para que estados e municípios também organizem seus conselhos.

Em nível municipal, o conselho existe desde o ano de 2010, sendo Teresina a primeira capital do Nordeste a instituir seu conselho, com o objetivo de desenvolver uma política de valorização e serviços para a população LGBT. Quanto ao Estado, o Conselho foi instalado em 2017, e tem servido como um instrumento de fortalecimento das representações do campo LGBT, com atuação na defesa dos direitos humanos desta população. Sua estrutura é paritária, com participação equânime do poder público e da sociedade civil, contando com uma sala na casa dos conselhos, onde abriga todos os órgãos representativos da pauta dos direitos humanos.

A experiência também da realização das conferências nacionais, estaduais e municipais são momentos ímpares para se avaliar as políticas ou propostas feitas em conferências anteriores, e muito importante a participação dos LGBTs. Podemos observar a ampliação e a qualidade da participação da militância se consideramos a realização da primeira conferência (2008) para as sucessivas, sem contar o espraiamento dos ativistas da causa. Assim, as conferências conseguem produzir novos elementos, novas discussões, novos atores/atrizes que são forjados nas trincheiras da luta em defesa da cidadania LGBT. São também esses espaços, lugares de atuação propícia para a construção de proposituras que consideram a emergência de falas em defesa da população LGBT.

Mesmo com alguns hiatos na atuação dos governos em relação a população LGBT e seu protagonismo, podemos reconhecer que os governos do Presidente Lula (2003-2010) e da presidenta Dilma (2011-2016), foram os que mais investiram em projetos de defesa dos direitos humanos LGBT, criando estruturas de funcionamento no arcabouço do próprio governo federal, e nosso objetivo é, especialmente, analisar a efetividade dessas políticas no Piauí. Saber se essas políticas têm alcançado de fato um maior número de pessoas que ainda sofrem com o preconceito e a violência.

As políticas públicas para a população LGBT estão de fato chegando aonde devem chegar? Este questionamento advém de uma realidade muito corriqueira no país, que é a falta de prioridade nas políticas, a própria inversão das prioridades; as políticas são muitas vezes frágeis e, ainda por cima, sofrem descontinuidade por falta de clareza das gestões,

pela ausência de visão estratégica dos governos no sentido da garantia de políticas duráveis, para que se tornem políticas de Estado.

Mesmo deparando com as dificuldades apresentadas em sua vida diária, muitas travestis e transexuais conseguem transitar em um mundo que se afunila cada vez mais, quando se pensa em uma abertura maior para as populações com vulnerabilidade, e em princípio, sem lugar definido numa sociedade excludente. Negros, indígenas, quilombolas, LGBT, em geral, grupos identitários nem sempre são vistos da forma que deviam por determinados governos, mas conseguem romper com a ordem estabelecida imposta pela sociedade branca, machista, racista e lgbtfóbica. Alguns conseguem construir seus espaços de resistência e buscam sua inserção em lugares até então dominados historicamente pelos representantes das elites sociais.

Marcando sua presença em lugares como as universidades, nos cargos institucionais da gestão estadual e municipal, nos conselhos de defesa de direito, nos órgãos de decisão, sendo referência na implementação de mecanismos e de políticas públicas, de forma qualificada e efetiva.

Dados mais recentes, apontados a partir das eleições municipais realizadas ano de 2020¹⁰, mostram um crescimento no número de travestis e transexuais em participação na vida política. O resultado eleitoral do ano passado, apesar do aumento da transfobia no país, logrou um resultado positivo, em comparação ao ano de 2016, com a eleição de 30 candidaturas trans, havendo um aumento de 8 parlamentares para 30, segundo informa Simpson e Benevenides (2020)¹¹.

Analisando os números assim, à primeira vista, pode não significar muito, mas olhando para a estrutura de nossa sociedade e dos nossos parlamentos, composto de homens brancos, cis-heterossexuais, casados, da elite, em sua grande maioria, a eleição de pessoas trans representa muito, para começar a quebrar as amarras do silêncio e da discriminação, e colocar em xeque essa dominação que já se perpetua por muito tempo. Independente da agremiação partidária, elas estarão lá, com certeza para defender bandeiras de interesse da população trans.

¹⁰ 30 candidaturas trans Eleitas em 2020. Concorreram no total 294 candidaturas, sendo 263 travestis e mulheres trans, 19 homens Trans, e 12 candidatas com outras identidades trans, sendo 30 eleitas. Esse resultado representa um salto de 226%, em relação ao pleito de 2016, que contou com 89 candidaturas e 8 eleitas. Desde 2014 a ANTRA tem realizado mapeamento e discutido o perfil de pessoas trans, para efeito de participação em eleições nos estados.

¹¹ Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>. Acesso em: 26. Out 2021.

3.3 AÇÕES GOVERNAMENTAIS PARA A VISIBILIDADE DE PESSOAS TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

As primeiras iniciativas governamentais propriamente ditas voltadas para a cidadania de travestis e transexuais, em nível federal, deram-se por pressão do movimento social LGBT e estão expostas numa carta de intenção do Governo brasileiro que defende a equiparação das políticas públicas a serem desenvolvidas para a população. O Estado brasileiro passa a ver a necessidade de assumir um maior compromisso de garantir os direitos que envolvam os grupos LGBT, para assim reconhecer a cidadania da população LGBT.

Podemos considerar, na história do Brasil, um momento fértil de diálogo envolvendo o governo e as instituições sociais representantes do movimento LGBT. O período referente ao primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), representou um momento de avivamento da luta pelos direitos LGBT, com o protagonismo das entidades representativas, como a ABGL (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais), no que diz respeito a pauta LGBT, na garantia da formulação de políticas específicas para atendimento a essa população.

No ano de 2004, o governo federal, através da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), no âmbito do Programa de Direitos Humanos de todos, propõe o Programa Brasil Sem Homofobia, que se torna um marco histórico para a sociedade brasileira e em especial para a população LGBT. Esse programa nasce com o objetivo de “[...] promover a cidadania LGBT, a partir da equiparação de direitos e do combate à violência e às discriminações LGBTfóbicas, respeitando as especificidades de cada grupo da população LGBT”. (BRASIL, 2004). Provoca, pela primeira vez, o Estado brasileiro a reconhecer a exigência de pensar políticas públicas considerando o conjunto da população LGBT, inclusive em suas diferenciações e identidades próprias.

O Programa foi considerado a primeira política pública efetiva que reconhece as diferenças existentes no meio da população LGBT, mas o desafio apontado é a transformação dessa iniciativa, uma política de Estado, para assim dar continuidade às propostas de políticas públicas para esse segmento social. A Conferência Nacional aponta para este objetivo e reforça a necessidade de a uma abertura maior em se tratando de políticas, para a participação de LGBTs nas decisões políticas e nos processos democráticos de tomada de decisão. (BRASIL, 2009).

O Governo federal, através da implementação de planos e programa de direitos humanos, busca efetivar políticas públicas de promoção dos direitos LGBT, reafirmando o que reza a Constituição Federal de 1988 - CF/88, no seu artigo 5º, que trata dos direitos sociais. (BRASIL, 1988).

O Plano Nacional LGBT foi lançado em 2009 e aglutinou as propostas colhidas e aprovadas na I Conferência Nacional LGBT, que trabalhou em dois eixos centrais estratégicos: I - Promoção e defesa da dignidade LGBT; e II – implantação sistêmica das ações de promoção e defesa da dignidade e cidadania LGBT, com ações a serem desenvolvidas nos vários ministérios do governo federal em consonância com estados e municípios (BRASIL, 2009, p. 10).

O Programa Nacional de Direitos Humanos sistematiza as orientações nacionais para assegurar Direitos Humanos para os mais diversos segmentos sociais que devem ser adotados pelos Estados na gestão de programas e projetos sociais. Assim, no que diz respeito ao público Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT, o Governo do Estado do Piauí elegeu como prioridades, para este público, na gestão de suas ações os seguintes eixos: em relação à garantia da vida, o Governo Federal implementou programas e ações que tinham como objetivo prevenir a violência contra grupos vulneráveis e em situação de risco; ao mesmo tempo que estimulou a implantação de centros de apoio a vítimas de crimes nas áreas com maiores índices de violência, com vistas a disponibilizar assistência social, jurídica e psicológica às vítimas de violência e seus familiares e dependentes, tais como: mulheres, idosos crianças, adolescentes e comunidade LGBT.

No que concerne à Garantia do Direito à Igualdade, o Governo Federal, através do Plano Nacional de Direitos Humanos buscou implementar programas de prevenção e combate à violência contra LGBT, incluindo campanhas de esclarecimentos e Programas de capacitação para profissionais da educação, de segurança, do judiciário e operadores do direito em geral, para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos LGBT. (Fonte: Programa Nacional de Direitos Humanos)

Nesse sentido, pode-se afirmar que o Governo do Estado do Piauí, seguindo a trajetória do Governo Federal, avançou significativamente na garantia dos direitos do segmento LGBT local, priorizando a partir de 2003, a implantação da Coordenação Estadual da Livre Orientação Sexual; hoje, Coordenação de Enfrentamento a LGBTfobia,

administrativamente vinculada à Secretaria da Assistência Social e Cidadania-SASC, evoluindo posteriormente para uma diretoria integrante da Coordenadoria de Direitos Humanos e Juventude. Atualmente, a Diretoria de Direitos Humanos encontra-se vinculada à Superintendência de Direitos Humanos da Secretaria de Estado da Assistência Social, Cidadania, Trabalho e Direitos Humanos - SASC e tem como papel, dentre outros, dar prosseguimento na articulação e execução de ações voltadas para a inclusão social e defesa dos direitos do público LGBT.

Visando ao fortalecimento da rede de promoção dos direitos desse público foi implantado ainda o Núcleo de Defesa das Vítimas de Discriminação, na Defensoria Pública, e a Delegacia de Defesa e Proteção dos Direitos Humanos e Repressão às Conduas Discriminatórias, vinculada à Secretaria de Estado da Segurança Pública.

3.4 AVANÇOS E DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O ATENDIMENTO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Nos anos de 2003 a 2010, durante os dois mandatos do Governo do Presidente Lula e do governador Wellington Dias no Piauí, houve várias mudanças de olhares nas políticas públicas, dentre elas, a política de direitos humanos, as políticas da assistência social, da saúde, etc, em defesa da cidadania LGBT. Foi implantado o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), o Conselho Nacional LGBT (2009), como já referimos anteriormente, e outros mecanismos e ações de políticas públicas.

No rol do Programa Brasil Sem Homofobia, uma das principais ações seria a implantação dos centros de defesa da população LGBT. O Centro de Referência do Piauí, que será melhor abordado no próximo capítulo, foi implantado no dia 28 de junho de 2006, a partir de um convênio entre a então Secretaria Especial de Direitos Humanos e a Coordenação Estadual de Livre Orientação Sexual CELOS -. De acordo com a informação do atual Coordenador do Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira, Vitor Kozlowski, esse Centro foi o primeiro mecanismo de políticas públicas para LGBT implantado pelo Governador Wellington Dias, junto à Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania, para atendimento específico a esta população.

De lá para cá, é importante frisar as várias mudanças que ocorreram nas políticas públicas, tanto em nível federal quanto em nível local, porém torna-se fundamental ressaltar o significado das ações do programa “Educação em direitos humanos” criado

em 2006 pelo Governo do Estado do Piauí, pois reconhecemos que grande parte das ações governamentais nas áreas LGBT e dos direitos humanos, envolve diretamente o programa Educação em Direitos Humanos. Esse programa oportunizou levar conhecimento e questionamentos sobre sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual para várias áreas de políticas públicas e também influenciou e fortaleceu a participação e o controle social feito pelas organizações do movimento LGBT.

Um dos ingredientes importantes desse programa foi unificar ações dos diversos setores governamentais que pautam os direitos humanos com a finalidade da implementação das garantias sociais da população Trans, fortalecendo a atenção a esta população através de ações de educação em direitos humanos que envolve a participação de funcionários e de ativistas Trans, em diversos espaços. O Centro de Referência tem feito palestras, desenvolvido ações, como o “Projeto Piauí sem LGBTfobia” que levou para mais de 75 municípios piauienses, formações envolvendo técnicos das áreas da assistência social, saúde, educação dentre outros, apresentando questões de atendimento e atenção para a população LGBT nas políticas públicas nos municípios, em especial, o uso do nome social, a expedição da carteira do nome social, ou orientação para retificação de nome civil.

Como grandes desafios, talvez os principais que se pode apontar, segundo Vitor Kozlowski (entrevistado), compreende-se a própria transfobia e a baixa participação da população de travestis e transexuais nas organizações do movimento social LGBT. Ainda é ínfimo o número de pessoas Trans que ingressaram nos vários espaços das políticas públicas, talvez por falta de conhecimento ou por receio do que poderá encontrar; ou até mesmo por não acreditarem nas possibilidades das coisas se resolverem por essa via.

Mesmo com a abertura do governo para as pautas LGBT, há ainda pouca presença de travestis e transexuais nos vários espaços das políticas públicas, enquanto gestoras, como concursadas, terceirizadas ou comissionadas, ou por indicação política de partidos.

Vale ressaltar novamente o histórico que as travestis e transexuais vivem no âmbito do seu processo de marginalização e exclusão, começando muitas vezes no próprio ambiente familiar, no espaço escolar e no mercado de trabalho. Porque sem escolarização, formação profissional ou especialização, torna-se muito difícil ingressar em outros espaços de serviços, mesmo porque, nos espaços institucionais, a LGBTfobia, a transfobia, ainda estão presentes. Em nível individual, da mesma forma, sem vontade

política, sem compromisso com as políticas democráticas, políticas de cidadania, que incluam LGBTs de fato, não haverá grandes avanços.

Para além disso, podemos perceber em relação a LGBTfobia e transfobia, em nível institucional e individual, que as políticas de combate a essas práticas são pequenas, são residuais, muito tímidas e sem força política. Na verdade, o movimento também sofre influência das políticas sem financiamentos, que não possuem estruturas que não se permite uma continuidade, e muito menos, seu fortalecimento para que elas possam de fato acontecer.

Mesmo reconhecendo todos os esforços dos governos populares em nível federal, estadual e municipal, o que podemos ver em relação à realidade do segmento social Trans é ainda um grande desafio a ser contornado, por sua complexidade e pela dificuldade dos governos em pensar, produzir políticas que atendam verdadeiramente a totalidade dessa população e nas suas especificidades. A sociedade, por outro lado, em sua maioria, ainda não reconhece a realidade desse público, ou pelo menos, não deseja reconhecer.

Apesar desses desafios, há também avanços no sentido do acolhimento de pessoas trans e travestis, ainda bem modestos. No próximo capítulo abordaremos o caso do Centro de Referência do Piauí, buscando refletir sobre a experiência desse espaço enquanto política pública atenta às questões da população LGBT.

4 O CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT “RAIMUNDO PEREIRA” E A GARANTIA DA CIDADANIA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO ESTADO DO PIAUÍ

O Centro de Referência de Promoção da Cidadania LGBT – Raimundo Pereira, se constituiu a partir do Convênio 067/2005 – SEDH/PR, de 28/12/2005, celebrado entre a União, através da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, e o Estado do Piauí, com a interveniência da Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania (SASC). Ele tem por sua natureza executar políticas públicas de promoção e defesa dos direitos humanos, em especial para o público LGBT.

Desde sua implantação no ano de 2006, o Centro esteve envolvido em todas as pautas diretamente ligadas à defesa dos direitos e da cidadania LGBT. Desde o início, começou a atender as vítimas de violação de direitos humanos, em específico as pessoas vitimizadas por práticas homofóbicas, que sofriam LGBTfobia e transfobia. Além do acolhimento, do atendimento assistencial, jurídico e psicológico, essas pessoas eram encaminhadas para participação em cursos, fomentando assim seu envolvimento e integração tanto no movimento social de forma coletiva, quanto individualmente, em atividades que fortalecessem os vínculos de LGBTs em situação de violência. Nesse sentido, as ações desenvolvidas pelo Governo do Estado através do centro de Referência foram importantíssimas para esse despertar de uma nova forma de organização e de conscientização.

Sobre as políticas para a cidadania LGBT, ainda se tratando do Centro de Referência, podemos assim dizer, a partir dos depoimentos do coordenador estadual e das usuárias, que o Centro, a princípio, conseguiu desenvolver suas ações que atingiam a população LGBT, em especial as travestis e transexuais, grandes beneficiárias da política.

O Centro de Referência e a Coordenação estiveram presentes na formulação de projetos importantes para a população Trans, por exemplo, no “reconhecimento do uso do nome social”, com a implantação da Lei Estadual 5.916/09, de autoria da deputada estadual do Partido dos Trabalhadores, Flora Isabel; com o “recebimento de pedidos de identificação do nome social” de travestis e transexuais, ou seja, a “carteira de nome social”; participação nos debates e indicação do Núcleo dos Direitos Humanos da Defensoria Pública, nos procedimentos judiciais para retificação do nome civil, que hoje

é a principal realidade pós decisão do Supremo Federal¹². Em março de 2018, o STF reconheceu, por unanimidade, que pessoas travestis e transexuais poderiam alterar o nome no registro civil, sem que fosse necessário se submeterem a cirurgia de “redesignação sexual”, como era a exigência anterior; essa decisão representou uma conquista importante para a população trans. Antes dessa decisão, o nome social era a principal política que o Centro de Referência desenvolvia e ainda desenvolve. Desse modo, o CRLGBT, além de desenvolver ações na área de Educação em Direitos Humanos, envolvendo a questão do nome social, também expede a carteira do nome social de travestis e transexuais. No Piauí, logo após esse ato, a população de travestis e transexuais, em conjunto com a defensoria pública, começaram a preparar os cartórios para que estes pudessem se adequarem, no sentido de viabilizar essas alterações na prática.

As políticas desenvolvidas pelo Centro de Referência foram e são de grande importância para a militância e para a população de travestis e transexuais. Tem contribuído na organização e fortalecimento do movimento no Estado. Segundo aponta o Coordenador do Centro, Vitor Koloswski, “[...] a inserção de travestis e transexuais nos quadros de funcionários do Centro, como também, em outros órgãos do governo estadual, reflete esse reconhecimento, enquanto cidadãs”.

Essa experiência inaugurada pelo Centro de Referência com as travestis e transexuais ajudou a construir um modelo específico de pessoas trans, que buscam cada vez mais superar as marcas dos estigmas e do preconceito, para se autoafirmarem como pessoas de direitos, cidadãs em iguais condições a qualquer outro. A partir desse referencial, foi constituído no âmbito do Centro de Referência, o Grupo de Convivência trans, que a cada mês se reúne para discutir desde as pautas comuns da vida cotidiana delas, do movimento, até as pautas gerais da conjuntura política. Há também discussões sobre políticas públicas, movimentos sociais, participação e controle social, ou seja, o Centro de Referência contribuiu para a organização social específica do movimento trans no Piauí.

¹² Sobre a decisão do STF: STF autoriza pessoa trans a mudar o nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial. "Toda pessoa tem direito de escolher a forma como deseja ser chamada" assim definiu o Supremo Tribunal Federal por unanimidade. ao reconhecer que pessoas trans podem alterar o nome e o sexo no registro civil sem que se submetam a cirurgia. O princípio do respeito à dignidade humana, foi o mais invocado para decidir sobre a autorização. Disponível em: Conjur-STF. conjur.com.br. Acesso em 26.out.2021.

No momento atual, o Centro de Referência tem fortalecido suas ações na atenção à população de travestis e transexuais; tanto no que diz respeito aos homens trans, às mulheres trans e às travestis; desde as ações de Educação em Direitos Humanos, que envolvem os funcionários e ativistas trans em diversos espaços, através de realização de palestras, à implementação do “Projeto Piauí sem LGBTfobia” que levou a 75 municípios do Estrado formação para técnicos das áreas da assistência social, educação, saúde e outras, apresentando os serviços de atendimento e atenção básica para a população LGBT, nas políticas públicas dos municípios, em especial, a expedição da carteira do nome social, o uso do nome social e/ou orientação para retificação do nome civil.

4. 1 ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT – “RAIMUNDO PEREIRA”

O CRLGBT - Raimundo Pereira, dentro do que tange a sua estrutura de funcionamento e atuação, mudou bastante nos últimos anos. Na sua origem, contava com uma estrutura material e de pessoal significativo, que foi estreitando ao logo do tempo. Quanto ao seu funcionamento, no seu Regimento Interno consta que esse se daria em prédios e instalações apropriadas, fornecidas pelo poder público estadual, com horário de funcionamento indo das 8 às 18 horas, de segunda a sexta-feira.

Em implantação contava com uma estrutura de profissionais que contabilizava em torno de 22 pessoas em sua equipe de trabalho, contando com quadro de nível superior, como administrador, advogado, assistente social, contador, pedagogo, psicólogo, sociólogo; e de profissionais de outros níveis, como de apoio administrativo, recepcionista, serviços gerais, teleorientadores e estagiários em cada área de atuação.

Vê-se que, na sua formação original, o Centro contou com uma estrutura de atendimento significativo, onde cada profissional ou equipe tinha suas atribuições de acordo como era planejado o trabalho de atendimento implementado pelo Centro de Referência. Para efeito de conhecimento das atribuições dos cargos citados, quero destacar aqui as atribuições do Administrador, que tem um papel fundamental para desenvolver trabalhos técnicos nas áreas de planejamento, organização, direção e controle, aplicando os princípios e a teoria de administração no exercício das funções de recursos humanos, finanças, suprimento, sistemas e métodos, planejamento estratégico e

outras funções pertinentes, a fim de formular sugestões, diretrizes e orientações para a consecução dos objetivos, controlando e avaliando a eficiência e a eficácia.

Ao advogado cabe o atendimento jurídico ao público LGBTT, controlando com a orientação acerca dos direitos dos usuários e usuárias do serviço; fazendo encaminhamento e acompanhamento aos serviços de atendimento jurídico gratuito da Procuradoria Geral do Estado e Defensoria Pública. Ação fundamental descrita pelo jurídico é o esclarecimento de dúvidas referentes a direitos decorrentes de relacionamento do companheiro ou companheira, guarda de filhos, inclusão do companheiro (a) como dependente em plano de saúde, previdência social e divisão de bens após o término da união estável, procedimentos judiciais cabíveis em caso de discriminação em local de trabalho, problemas familiares, questões de sucessões de bens, entre outras demandas.

Além do exposto, cabia a esse profissional a realização de capacitações no âmbito do Direito, bem como participação nas mediações de conflitos e nas visitas domiciliares, dando o suporte necessário às denúncias apuradas através do serviço de tele orientação e nas ações dos outros profissionais do CRLGBT.

Como já foi frisado anteriormente, a função do (a) Assistente Social é fundamental nas ações promovidas pelo Centro de Referência. É essa profissional que planeja, coordena e executa as atividades da assistência social, contribuindo com a formulação da política da assistência social, privilegiando as demandas da população LGBT. É papel também desta profissional, elaborar e executar programas e projetos visando a inserção e/ou promoção social que beneficie a população LGBT no geral, realizar as visitas domiciliares, trabalhar o aspecto da capacitação para o público LGBT, e fazer acompanhamento dos casos de pacientes internados em hospitais por motivos diversos, como por ter sofrido violência nas ruas.

Quanto ao Pedagogo (a), fundamentalmente, sua função é de coordenar e executar as atividades inerentes a Pedagogia, como a elaboração de projetos de capacitação para educadores (as) e gestores (as) da rede de Ensino sobre diversidade sexual, produção de material informativo e participação nos estudos de casos apresentados pelos LGBTs, e contribuição nas reuniões do grupo de convivência.

O Papel do Psicólogo é de planejar, coordenar e executar as atividades inerentes à psicologia, controlando e avaliando a sua eficiência, assegurando a exatidão e qualidade técnica dos serviços, como: escutar as demandas trazidas pelos usuários, dando os possíveis encaminhamentos conforme cada caso apresentado, contatar e efetivar as

parcerias necessárias em hospitais e postos de saúde, para estabelecer e fortalecer as redes de serviço de proteção social a quem desses serviços necessitar. A participação do Psicólogo (a) nas reuniões do grupo de convivência torna-se importante para o acompanhamento dos casos de discriminação e nas mediações de conflito, inclusive, os familiares.

Quanto a atribuição do Sociólogo (a), a esse caberá o papel de planejar e executar estudos de comportamento homoafetivo como indivíduo e como membro de uma sociedade, através de métodos e técnicas apropriadas, com o objetivo de analisar os problemas advindos da área social, da saúde, da educação, e outras que estão ligadas a seu campo de atuação enquanto profissional.

Para desenvolvimento de seu trabalho junto ao CRLGBT, esse profissional utiliza-se de técnicas específicas de investigação social, aplicadas à saúde, habitação, trabalho e outras áreas de atuação humana.

Estudos e pesquisas no campo sociológico foram importantes para subsidiar a elaboração do planejamento do Centro de Referência e elaboração de projetos sociais que beneficiaram a população LGBT que vivia em estado de marginalização, principalmente, quando as pessoas não são aceitas pelas famílias, são obrigadas a viver em casas de amigos e até mesmo nas ruas, pelo fato do Estado, até então, não dispor de políticas sociais que amparassem as pessoas que viviam nessa situação e, quando havia, muitos também pela sua condição, eram rejeitadas e impedidas de fazer uso desses espaços.

Um importante trabalho realizado pelo Centro de Referência, a partir da investigação social e do levantamento de dados primários e secundários, como também, da análise dos aspectos socioeconômicos e cultural, tornou possível diagnosticar as necessidades básicas da população LGBT e contribuiu para a implementação de projetos considerando as especialidades dessa população. Aqui destaco o projeto de moradia popular associado ao “Projeto Minha Casa Minha Vida”, do governo federal, implementado pela gestão estadual, que proporcionou moradia para a população LGBT, onde o intermediador foi o Centro de Referência LGBT.

O Centro de Referência possuía uma sede própria com salas para atendimento, sala de reunião, salas para realização de cursos e de acolhimento às pessoas que sofriam casos de violência relacionados a sua sexualidade e identidade de gênero. Do ano de 2009 até o momento, com as mudanças de endereço, e pelo resfriamento na própria política de direitos humanos em nível nacional, o Centro foi perdendo esses quadros, que contavam

com servidores estaduais de carreira, concursados, celetistas e terceirizados. Hoje funciona apenas numa espécie de sala anexa à Superintendência de Direitos Humanos, órgão ligado à Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, e o seu quadro de pessoal está resumido na pessoa do Coordenador, uma assistente social e uma assistente de serviços gerais. Mesmo com as tentativas das gestões anteriores em melhorar a gestão do Centro, buscando ampliá-lo e fortalecê-lo, até o momento isso não aconteceu.

O ideal para que o Centro de Referência se fortaleça, é que o mesmo tenha uma sede própria com estrutura material e de pessoal, mesmo sendo vinculado a algum órgão do governo, condizentes com o que se propôs a realizar. Que esse espaço seja centralizado para facilitar o acesso dos usuários, que tenha veículos disponíveis para o atendimento aos casos de violência e para as visitas institucionais domiciliares que são feitas nas residências dos usuários. É imprescindível linha telefônica própria para o Centro, ou até mesmo um disk denúncia implantado ou vinculado, para que possa receber as denúncias, que não seja apenas implantado, mas que possa fazer campanhas, dar visibilidade às ações e serviços do Centro de Referência, ou com o Disk que possa atender a população LGBT, e, obviamente, o mais importante, poder contar com técnicos para atendimento principalmente na área jurídica, para atenção no acompanhamento de casos de violação de direitos humanos LGBT, sem ultrapassar as responsabilidades legais que são da competência da Defensoria Pública. É também de extrema importância e necessária a atuação do trabalho de um psicólogo que possa atender as vítimas da LGBTfobia. Como o Centro só conta, hoje, com um coordenador e uma assistente social para dar conta dos serviços, não se encontra em condições de ampliar esse atendimento e atenção para os LGBTs de forma mais qualificada e eficaz.

Quando nos referimos ao atual funcionamento do Centro, podemos ver sem precisar camuflar, que houve uma mudança extremamente prejudicial no que tange a seus objetivos para o qual fora criado. Atualmente sua estrutura não condiz com seu formato original, assim, seus trabalhos são desenvolvidos em uma sala dentro da estrutura da Superintendência de Direitos Humanos, atua dentro de uma situação muito limitada e, nos últimos anos, os serviços têm se resumido a expedição da carteira do nome social, orientação para retificação do nome civil, visitas institucionais aos domicílios dos usuários e a algumas formações feitas nas escolas através do projeto “Respeitar é Preciso”, envolvendo professores e alunos contra o *bullying* e a discriminação, numa

parceria com a Secretaria de Estado da Educação; além de formação para os policiais militares sobre como deve se realizar a abordagem junto às pessoas trans, em momentos de conflito iminente.

4. 2 PROGRAMAS E SERVIÇOS OFERTADOS PELO CENTRO DE REFERÊNCIA LGBT

4.2.1. O Serviço Social dentro do CR-LGBT

O CR-LGBT Raimundo Pereira foi criado a partir da discussão dos grupos LGBT e está habilitado a oferecer, gratuitamente, a esse público descrito, os seguintes serviços de acolhimento, com momento de escuta por equipe multi e interdisciplinar, mediante prévio agendamento, das demandas/problemas trazidos pelo usuário. Atendimento, orientação e encaminhamentos jurídicos. Atendimento, orientação e encaminhamento psicológicos. Atendimento, orientação e encaminhamentos sociais e mediação de conflitos.

Na parte de formação o CRLGBT, também trabalha com capacitação em direitos humanos, que se dá sob forma de reuniões, oficinas pedagógicas, treinamentos, seminários, palestras e eventos congêneres. A Organização de grupos de convivência de travestis e transexuais, também foi uma iniciativa que partiu do CRLGBT, para fortalecimento da pauta da população trans. (Fonte: Arquivos do Centro de Referência LGBT).

Todos esses serviços acima descritos são prestados em articulação com a rede de proteção social e defesa da cidadania. No importante trabalho de cidadania e garantia de direitos para a população LGBT, torna-se fundamental ter a presença e o trabalho de técnicos da assistência social dentro do CR-LGBT, pois são responsáveis pelos atendimentos aos usuários que procuram o Centro quando têm seus direitos violados.

Um dos serviços mais procurados atualmente é a solicitação da carteira de nome social, com a qual pessoas transexuais e travestis podem garantir o direito de serem reconhecidas pelo nome ao qual se identificam.

Para adquirir acesso a este benefício, cabe ao usuário entrar em contato com a Assistente Social, que irá fazer um cadastro de atendimento e preencher uma ficha de nome social para ser enviada à gráfica para confecção da carteira.

Também existem aqueles serviços que necessitam do sistema de garantia de direitos, que envolvem, por exemplo, a Defensoria Pública e o Juizado para atender a demanda do usuário, como nos casos de reconhecimento de união estável, para que o cônjuge tenha direito aos benefícios disponibilizados na justiça. Nesses casos, é a Assistente Social quem realiza os contatos e faz os encaminhamentos para os Órgãos e acompanha os processos para que os usuários sejam atendidos de acordo com o tempo da justiça.

De acordo com o que fala a assistente social Conceição Osterne, do CRLGBT Raimundo Pereira, existem demandas também que necessitam dos órgãos da Saúde, onde é feita uma articulação por parte da Assistente Social para que o usuário seja atendido dentro da sua expectativa e num tempo compatível para um bom resultado, como também há demandas que necessitam da rede social do Estado e municípios, como os CRAS e CREAS, os quais são parceiros em nos ajudar a garantir alguns direitos aos usuários como o bolsa família, os beneficiários dos programas de transferência de renda em geral. A assistente social entra em contato com os responsáveis pelos serviços nos órgãos competentes que desenvolvem os serviços; depois, os requerentes, são orientados a procurá-la para que o encaminhamento seja concluído.

Ainda de acordo com a assistente social, Conceição Osterne, que acompanha a política do CRLGBT desde seu princípio, para atendimentos individualizados utilizam-se visitas domiciliares onde são realizadas uma série de questionamentos e observações sobre as formas de como tem se dado a rotina dos membros da família através do preenchimento de uma ficha de visita domiciliar, que é um instrumental utilizado para o registro das falas e observações feitas durante nossa permanência na residência. Também realizamos visitas institucionais com o objetivo de acompanhar de perto o andamento das solicitações dos usuários e para firmar parcerias para futuras solicitações com preenchimento de ficha em que consta dados da instituição visitada e contato do responsável pelo atendimento.

Em contato inicial com o Centro de Referência e na conversa feita com a assistente social, chegou-se ao conhecimento de que o CRLGBT também realiza a assinatura do Contrato de União Homoafetiva entre casais homossexuais em parceria com o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Piauí. Mais uma vez se reconhece a importância do papel da Assistente social deste Centro de Referência, já que essa profissional é a responsável pela elaboração do documento que fora pensado e produzido,

e de todo o protocolo entre os referidos parceiros, e que também, no momento do evento, se responsabiliza para que tudo ocorra dentro dos conformes da lei e orienta o casal que é necessário fazer o registro do documento em cartório para ter validade jurídica.

Assim, segundo a técnica, na sua fala:

“[...] para o melhorar o registro do nosso trabalho como assistente social é que utilizamos os instrumentais disponíveis que servirão como arquivos das ações realizadas por este profissional indispensável para o atendimento aos usuários do Centro de Referência LGBT, os quais são: Ficha de Visita Domiciliar; Ficha de Visita Institucional; Ficha dos dados da expedição da Carteira de Nome Social; Ficha de Cadastro da Carteira de Nome Social e Ficha de Triagem do usuário além de um sistema on-line onde também são armazenados todos os dados dos usuários. (Conceição Osterne)

Toda essa documentação serve, conforme informação da assistente social, para registro das ações desenvolvidas pelo Centro de Referência nos diversos atendimento da população usuária dos serviços pelo CRLGBT – Raimundo Pereira.

4.2.2 Expedição da carteira do nome social e retificação do nome civil

O Centro de Referência LGBT, desde a decisão do Conselho Nacional, em relação a retificação do nome social, juntamente com a Defensoria Pública do Estado, começou a fazer procedimentos de atendimentos e orientações para que Travestis e Transexuais procedessem no sentido da retificação de seus documentos civis. Isso tem sido um dos principais ganhos e uma das principais ações que o Centro vem realizando. Para a coordenação do Centro, a atenção à Educação em Direitos Humanos, com a participação de pessoas trans, a retificação do nome civil, juntando a expedição da carteira do nome social, tem sido nos últimos tempos as marcas registradas realizadas através da ação do Centro de Referência.

4.2.3 Programa Respeitar é preciso

Trata-se de desenvolver políticas educativas como o projeto social “Respeitar é Preciso” que levam às escolas de tempo integral ensinamentos sobre o respeito à diversidade sexual e de gênero. Esse projeto é realizado com a parceria da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC.

4.2.4 Dia da Visibilidade Trans

Dia 29 de janeiro, dia da “Visibilidade Trans”, o Brasil lembra essa data como um dia de luta pelos direitos da população de Travestis e Transexuais. Essa data simboliza as várias conquistas e reconhecimento público da população trans frente ao poder público. É uma visibilidade positiva, que contrasta a imagem negativa que, historicamente, travestis e transexuais foram expostas perante a sociedade. Mesmo que essa população ainda continue sofrendo os estigmas sociais, o que prevalece são as conquistas adquiridas por esse segmento social. No Piauí, o Centro de referência LGBT transforma esse dia como um marco de resistência, como vemos nos registros a seguir:

2015 - Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Tema: "Inclusão, Respeito e Cidadania", realizada em parceria do GPTRANS com o Grupo de Trabalho LGBT de Segurança Pública - SSP/PI.

2016 - Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Tema: "Ninguém Precisa Ser Trans, para lutar contra a Transfobia", realizada em parceria do GPTRANS com a Diretoria de Direitos Humanos - SASC.

2017 - Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Tema: "Lugar de Travesti e Transexual é onde quiser, com cidadania e respeito", realizada em parceria do GPTRANS com a Diretoria de Direitos Humanos - SASC.

2018 - Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Tema: "Pela Liberdade de Ser quem você é" realizada em parceria do GPTRANS com a Diretoria de Direitos Humanos - SASC.

2019 - Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Tema: "Unindo Forças Contra a Transfobia", realizada em parceria do GPTRANS com a Diretoria de Direitos Humanos - SASC.

2020 - Dia da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Tema: "Emprega Trans", realizada em 2020, parceria GPTRANS com a Superintendência de Direitos Humanos – SASC.

Visibilidade para uma pessoa travesti e transexual significa respeito, reconhecer-se como tal e ser reconhecida, onde estiver da forma que se identifica. É ver garantido através das políticas públicas, acesso facilitado aos serviços públicos, ter seus direitos garantidos, e que suas lutas e demandas por direitos sejam de fato reconhecidas pelo poder público.

4.2.5 Convênio Piauí sem LGBTFOBIA

Imagem 1: Joseane Borges, Gerente Estadual de Enfrentamento à LGBTfobia da SASC e Raimundo Nonato Carvalho Poti, Historiador Especialista em História Cultural.



Fonte: arquivos da Superintendência de Direitos Humanos - 2016

A imagem acima apresenta um registro referente ao Convênio “Piauí Sem Homofobia”, que teve grande importância no sentido da discussão sobre a municipalização das políticas LGBT.

O Convênio 775114/2012 – SDH/PR “Piauí Sem Homofobia” estava em andamento desde o seu pedido de aditivo aprovado em 23/06/2015. Este Convênio representa o esforço coletivo da Secretaria da Assistência Social e Cidadania - SASC por meio de suas pastas que atuam na luta para promoção da cidadania e direitos humanos da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, da Diretoria da Unidade de Direitos Humanos, e pelo motivo do seu encerramento, enquanto convênio federal, suas ações foram implementados com recursos do próprio tesouro estadual, considerando que sua execução se deu em 75 municípios dos territórios de desenvolvimento do Estado.

A execução do citado convênio se deu por meio de visitas aos municípios para a apresentação da proposta e de sua metodologia de trabalho, que está sendo implementado nos municípios contemplados. O convênio visa fomentar o processo de municipalização da pauta LGBT, através da implantação do Plano Piauí Sem LGBTfobia, envolvendo gestores, profissionais e a sociedade civil organizada, com o objetivo de garantir que a pauta LGBT seja incluída nos planos de trabalho dos governos municipais.

O fomento ao processo de municipalização, a partir da implementação do Plano Piauí – Sem LGBTFOBIA, envolve gestores (as); profissionais dos CRAS e CREAS dos municípios que foram incluídos como prioridade do convênio, e membros da sociedade Civil, e está sendo garantido por meio da execução com recursos do próprio tesouro estadual, uma vez que se encontra encerrado o referido convênio.

Tabela 2: Dados do Programa “PIAUI SEM HOMOFOBIA” - 2016

Número total de participantes	150 (cento e cinquenta) pessoas em geral.
Número de participantes do governo e relação dos órgãos representados	Sendo participantes do governo com os respectivos órgãos – CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social), Secretarias Municipais de Educação e Cultura, e Sociedade Civil Organizada.
Número de participantes da sociedade civil	60 (Sessenta) participantes da sociedade civil.
Número e relação de organizações/grupos/redes da sociedade civil participantes	50 (cinquenta) participantes.

Fonte: arquivos da Superintendência de Direitos Humanos - 2016

As visitas institucionais aos municípios possibilitaram aos respectivos gestores um maior conhecimento do Convênio e suas amplitudes, uma vez que a visita anterior possibilita a boa condução dos trabalhos e o aprimoramento da efetividade das ações a serem desenvolvidas por meio do convênio.

Ressaltamos também que as gestões municipais comprovaram seus compromissos no sentido de executar de forma satisfatória o objeto pactuado por meio do supracitado convênio, reconhecem esforços e a disponibilidade das equipes que comporão nesta execução, enfatizando que o trabalho a ser realizado pelas mesmas em seus municípios contribuirá com a ruptura de uma prática discriminatória e de intransigência pela qual passa a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

As visitas prévias feitas nos municípios são fundamentais porque oportunizam de forma antecipada na interação diretamente aos gestores municipais, a sociedade civil

organizada e os conselhos de assistência social, visualizando onde precisará ser feito o enfoque das políticas públicas municipais de atendimento às demandas da população LGBT. Isso também impõe certa preparação no que diz respeito à receptividade dos participantes diretamente envolvidos na execução do Convênio “Piauí Sem Homofobia”, com o envolvimento de todos os segmentos sociais existentes nos municípios contemplados com o mesmo.

No desenvolvimento do convênio, no entanto, podemos perceber a necessidade da realização de uma capacitação mais ampla, considerando a complexidade dos temas abordados e da rejeição à ideia de abertura em discutir os direitos da população LGBT, especialmente de gestores que ainda não entendem que essa população deve ser incluída em seus orçamentos, não de forma tutelada, receptora das políticas, mas também como protagonistas propositivas de políticas específicas para a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

Do ponto de vista da Diretoria de Direitos Humanos da SASC, órgão promotor e executor do convênio, os municípios que passaram pelo processo de capacitação já estão aptos a desenvolver ações concretas para o fortalecimento de políticas públicas de direitos humanos para população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT contribuindo, assim, para amenizar a violência contra essa população que ainda vive em situação de vulnerabilidade social. O Convênio Federal Piauí sem Homofobia foi realizado em 15 macrorregiões, atingindo 75 municípios ao todo.

As imagens a seguir (de 2 a 7) apresentam registros das ações do Convênio Piauí sem Homofobia aos gestores do CRAS dos municípios de Floriano, Picos, Bom Jesus do Gurguéia, São Raimundo Nonato, Corrente, Parnaíba, Pedro II, Piriipiri, Esperantina, Campo Maior, Barras e Oeiras.

Imagem 2: Piauí sem Homofobia – Picos -2016



Fonte: arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

Imagem 3: Piauí sem Homofobia – Corrente - 2016



Fonte: arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

Imagem 4: Piauí sem Homofobia - Campo Maior - 2016



Fonte: arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

Imagem 5: Piauí sem Homofobia – Parnaíba - 2016



Fonte: arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

Imagem 6: Piauí sem Homofobia – Piripiri - 2016



Fonte: arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

Imagem 7: Piauí sem Homofobia – Barras -2016



Fonte: arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

As visitas institucionais aos municípios onde aconteceriam as oficinas do Convênio Piauí Sem Homofobia se deram no decorrer da realização das Conferências Municipais de Direitos Humanos e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. Isso ocorreu dessa forma devido aos poucos recursos destinados a essas atividades. Após conversas e negociações anteriores com os responsáveis pela realização das conferências nos municípios, decidiu-se sobre a possibilidade de disponibilizar um momento durante o decorrer das atividades para a apresentação do convênio. Após parcerias firmadas com os mesmos, enviam-se ofícios para o fechamento total das parcerias. O momento possibilitou reunir o poder público e a sociedade civil organizada local, através de suas respectivas representações, para avaliar a realidade social, econômica, política e cultural da população nos municípios e propor políticas que respondam às demandas identificadas.

Há que se pensar na forma de avaliação, monitoramento e controle social das políticas elaboradas através desse convênio para que, de fato, haja efetividade na sua execução, tendo em vista que os CREAS e CRAS enquanto interventores de diálogos entre o poder público e a sociedade em geral têm o maior poder de concentrar e realimentar todos os objetivos do referido convênio.

Diante do exposto, firmou-se o compromisso do Poder Público através da Secretaria da Assistência Social e Cidadania – SASC por meio de suas pastas LGBT atuando conjuntamente com a Diretoria da Unidade de Direitos Humanos para que o Convênio seja efetivado em sua totalidade com toda responsabilidade e total dedicação de seus coordenadores. Assim, pode-se interagir com o Poder Público Federal, Estadual e Municipal, levando conhecimento que possa coibir todas as formas de discriminação e preconceito para e com a população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT.

4.2.6 - Formação Piauí Sem LGBTFOBIA – Segurança Pública 2

A Formação Piauí Sem LGBTfobia foi uma ação realizada no período de 2016 a 2017, desenvolvida pelo Grupo de Trabalho LGBT de Segurança Pública, um colegiado formado pelo Poder Público e Sociedade Civil Organizada, criado através de portaria da Secretaria de Estado da Segurança Pública. A Formação contou com a parceria do Centro de Referência LGBT “Raimundo Pereira” e a Coordenação de Enfrentamento a LGBTfobia, ambos da Diretoria da Unidade de Direitos Humanos – Secretaria de Estado da Assistência Social e Cidadania. Essa ação, tem sido feita anualmente.

A finalidade da Formação era levar conhecimento referente a conceitos, legislações e políticas públicas voltadas para a promoção e defesa da cidadania da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Piauí, informando profissionais de Segurança Pública da Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros como melhor acolher essa parcela da população, por ainda possuir muitos direitos violados em razão da orientação sexual e identidade de gênero.

Inicialmente a articulação e execução da Formação foi feita no ano de 2016 com os Batalhões da Polícia Militar da Capital Teresina – PI. O Grupo de Trabalho, por meio de suas integrantes, ministrou as palestras para estes profissionais de segurança pública, em sua grande maioria sempre atenciosos e colaborando para o andamento da ação, poucas vezes aconteceu alguma intervenção com caráter de resistência.

Posteriormente, no ano de 2017, a Formação foi articulada e executada junto aos Batalhões da Polícia Militar do interior do Estado do Piauí. O Grupo de Trabalho por meio de seus integrantes, o Centro de Referência LGBT “Raimundo Pereira” e a Coordenação de Enfrentamento à LGBTfobia, foram em todos os municípios onde

possuía as regionais dos Batalhões da Polícia Militar, os profissionais que participaram da Formação dispuseram de atenção e colaboração para o andamento da ação.

A ação foi finalizada em 2018 com III Seminário Estadual de Segurança Pública, onde aconteceram palestras e diálogos voltados para Segurança Pública, Saúde, Educação e Assistência Social, sendo o público alvo os profissionais de Segurança Pública, desta forma, a Formação encerrou seus trabalhos com a perspectiva de melhor atender a população LGBT nos serviços públicos, mitigando o preconceito e a discriminação ainda muito presentes nesses espaços.

A seguir, apresentamos algumas imagens disponibilizadas pela Superintendência de Direitos Humanos que retratam a realização dessas capacitações realizadas juntamente como policiais militares, para melhor abordagem diante da população trans.

Imagem 8: Formação com policiais militares – Florianópolis/ 2017



Fonte: Arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

Imagem 9: Formação com policiais militares - Campo Maior/2017



Fonte: Arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

Imagem 10: Formação com policiais militares - José de Freitas/ 2017



Fonte: Arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

Imagem 11 – Formação com Policiais militares – Picos/ 2017



Fonte: Arquivos da Superintendência de Direitos Humanos

4.2.7 Grupo de convivência de travestis e transexuais

Nas rodas de conversa feitas com as Travestis e Transexuais, nos diálogos trocados nas reuniões mensais do grupo de convivência, no ambiente da sala de reunião, na presença de outras pessoas simpatizantes da pauta LGBT, percebemos a complexidade da vida desse segmento social, mas podemos perceber também a disposição de luta forjada a partir de cada experiência feita.

O Grupo de convivência é um exemplo dessa disposição de sair do vitimismo e construir pontes sólidas nessas vivências. Esse grupo, inclusive, foi criado para ser um espaço de encontro, de discussão da realidade das trans, mas também um espaço de acolhimento. Um lugar onde pudessem socializar suas dores, suas dúvidas e incertezas, mas também seus sonhos, suas conquistas; sobre as possibilidades de vislumbrar um futuro promissor, desejado pela maioria. Muitas só querem ser vistas e respeitadas do jeito que são. Ter direito a uma vida digna, ao trabalho, a serviços de saúde especializados

de acordo com suas especificidades, uma estrutura de vida que as façam se sentir como pessoas, como cidadãs.

Nas reuniões do grupo de convivência as trans partilham seus sonhos e desejos, mas também não podem deixar de falar das suas dores, dos seus sofrimentos, esses vivenciados frequentemente, inclusive na própria família, em razão da não aceitação de sua condição.

Em relação a essa questão, a pesquisadora Maria Clara-Mendes (2019), durante sua pesquisa de mestrado, acompanhou in loco várias reuniões e atividades do grupo de convivência, expondo que “Quando uma pessoa trans começa a passar pelo processo de transição, experimentam um sofrimento extremo, que começa dentro da própria família”, que não se limitam apenas a não-aceitação, mas também acontecem os atos de violência”.

Imagem 12: Visita Institucional do Fundo Brasil de Direitos Humanos ao Projeto TRANSFORMAÇÃO do Grupo Piauiense de Transexuais e Travestis - GPTRANS.



Fonte: Arquivos do CRLGBT-Raimundo Pereira e Grupo GPTrans (2017)

Imagem 13: Reunião Mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais. Tema abordado: a História do Movimento Social Organizado LGBT no Estado do Piauí.



Fonte: Arquivos do CRLGBT-Raimundo Pereira e Grupo GPTrans (2018)

Imagem 14: Reunião do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais. Tema: os desafios da Inserção da População Trans no Mercado de Trabalho Formal e no Acolhimento no Serviço Público de Saúde através da Política Integral da Saúde LGBT.



Fonte: Arquivos do CRLGBT-Raimundo Pereira e Grupo GPTrans (2018)

Imagem 15: Reunião do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais do Centro de Referência LGBT "Raimundo Pereira". Tema debatido: a transexualidade e a religião.



Fonte: Arquivos do CRLGBT-Raimundo Pereira e Grupo GPTrans (2018)

Imagem 16 - Reunião do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais. Elaboração da Atividade do 29 de janeiro Dia da Visibilidade Trans.



Fonte: Arquivos do CRLGBT-Raimundo Pereira e Grupo GPTrans (2018)

Imagem 17: Reunião Mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais. Tema de discussão: A Prevenção, Assistência e Diagnóstico da IST/HIV/AIDS.



Fonte: Arquivos do CRLGBT-Raimundo Pereira e Grupo GPTrans (2019)

Imagem 18: Reunião Mensal do Grupo de Convivência de Travestis e Transexuais, fazendo balanço das atividades do ano e Confraternização.



Fonte: Arquivos do CRLGBT-Raimundo Pereira e Grupo GPTrans (2019)

4.2.8 Ambulatório Trans Makely Castro (Ambulatório Rosa)

Em 29 de janeiro de 2020 foi inaugurado o Ambulatório de Saúde Integral voltado para o atendimento das pessoas travestis e transexuais do Piauí, nesse espaço será feito acompanhamento médico e psicológico. O ambulatório funciona no Hospital Getúlio Vargas, e oferta atendimento especializado. Para o atendimento, a (o) usuária (o) deve procurar um posto de saúde e solicitar encaminhamento para o ambulatório e a consulta é marcada pela central do Sistema Único de Saúde SUS – e o objetivo é garantir acesso ao serviço de saúde com equipe qualificada e capacitada para atendimento a esse público, através do serviço de endocrinologia, urologia, ginecologia e atendimento social e psicológico (LUCENA, 2020).

4.2.9 Programa Emprego Trans - Campanhas voltadas para o Emprego para a população trans

A Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos, através da Superintendência de Direitos Humanos - Gerência de enfrentamento à LGBTfobia, em parceria com SINE-PI, realizou a ação EMPREGA TRANS que tem por objetivo oportunizar a empregabilidade da população de travestis e transexuais através das agências de emprego público e privado, assim promovendo a cidadania das mesmas. Essa é uma atividade alusiva ao Dia Nacional da Visibilidade de Travestis e Transexuais. Na oportunidade foram realizados os serviços como: recebimento de currículos e expedição de carteira de trabalho; balcão informativo sobre os cursos profissionalizantes da Fundação Wall Ferraz; orientação sobre retificação do nome civil e benefícios previdenciários; apoio de agências privadas de emprego.

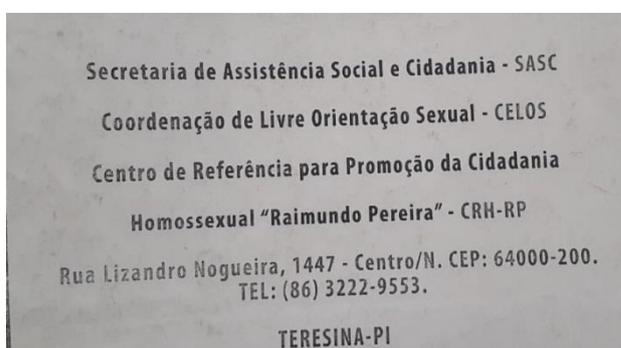
Imagem 19: Lançamento do Projeto “EMPREGA TRANS” dia 29 de janeiro de 2020, com a presença do Secretário da SASC – Deputado Zé Santana, da Superintendente e da Diretora de Direitos Humanos, e representantes TRANS.



Fonte: Superintendência de Direitos Humanos (2020).

Para além do que foi apresentado a acima, é importante ressaltar, que a atuação do CRLGBT – Raimundo Pereira, se dá também fora dos espaços e em áreas de outras políticas públicas, como nas áreas de saúde, por exemplo. Nesse campo, o principal ganho que podemos apresentar, que teve a participação de forma insistente do Centro de Referência, foi a implantação do Ambulatório Trans Makelly Castro, uma travesti que foi assassinada de forma violenta, homenageada através do nome do Ambulatório, que se tornou uma das ações de saúde mais importante para a população trans do Piauí.

Imagem 20: Fachada e endereço da primeira sede do Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os governos produzem políticas públicas, mas tais ações desenvolvidas pelo Estado ou pelos governos não são, na sua maioria, políticas que nascem por vontade dos governos, não nascem no interior das administrações. Em grande parte, são provocadas pelos grupos da sociedade civil, e isso ocorre em geral, em todos os tipos de políticas públicas; não sendo diferente com a população LGBT, pois a máquina pública normalmente não funciona priorizando as necessidades e demandas da população, e sim de acordo com quem tem maior influência na arena política e junto aos governos.

O primeiro capítulo desenvolvido nesta pesquisa traz um resgate histórico da trajetória dos atores/atrizes LGBT (travestis e transexuais) na organização de suas lutas no Brasil e no Piauí, onde podemos constatar que, para esse segmento social conseguir experimentar de algumas conquistas, precisou lutar muito. Lutas históricas contra o preconceito e a discriminação, luta contra as violações de direitos LGBT. A cada ato de violência, surgia a rebeldia das mulheres trans, em especial, em passeatas e atos políticos e campanhas públicas denunciando as perseguições, mas também reivindicando liberdade de ser o que são.

Foram os movimentos de rua, as campanhas contra os atos transfóbicos que trouxeram à tona uma realidade que a sociedade brasileira se negava a reconhecer. Realidade essa, que mostra o Brasil como país onde mais se mata a população LGBT, especialmente travestis e transexuais.

O alto índice de violência transfóbica escancarado em pesquisas é algo ainda muito preocupante, apesar das políticas implementadas. A exclusão de travestis e transexuais do mercado de trabalho é ainda muito grande. Segundo o grupo Transrevolução, estima-se que no país, aproximadamente 90 por cento de travestis e transexuais têm a prostituição como única fonte de renda. São dados alarmantes. Tal proporção nos faz crer que as políticas públicas implementadas pelos governos ainda não têm surtido os efeitos necessários para mudar a situação de grande parte da população Trans.

Percebe-se também que, mesmo com a criação de mecanismos de atendimento à população de travestis e transexuais, como os centros de referências, as dificuldades de

acesso aos serviços público de saúde, educação, ao mercado de trabalho, ainda se mantém como obstáculos para a garantia da cidadania dessa população; considerando também a frágil estrutura de acolhimento e atendimento às suas demandas.

Quando pensamos as políticas públicas específicas para a população LGBT, aqui, nesse contexto, falando da população de travestis e transexuais, pode-se perceber o quanto ainda são precárias as políticas governamentais de inclusão, e como são poucas as que conseguem acessar essas políticas e participar como protagonistas das ações. Na verdade, algumas, por conta do seu envolvimento com a militância e acúmulo de conhecimento, têm dado sua contribuição real e orgânica junto aos movimentos e, como gestoras LGBT, têm provocado as administrações públicas a pautarem a defesa dos direitos humanos e inclusão da população LGBT nas agendas governamentais.

Dentro dos órgãos de governos, principalmente aqueles que estão mais diretamente envolvidos nas ações de direitos humanos, durante as campanhas de conscientização realizadas sobre as temáticas LGBT, nos momentos de reuniões e encontros, podemos perceber pouca presença das pessoas trans, o que nos levava a reconhecer a necessidade de se promover mais ações de valorização desse grupo para se ter um envolvimento maior dessa população.

Mesmo considerando que em nível nacional alguma experiência de políticas públicas voltadas para a população LGB já vem sendo executada em governos anteriores, essas iniciativas tomaram maior forma nos governos petistas do ex-presidente Lula da Silva e da ex-presidenta Dilma Rousseff, especialmente no período de 2006-2010. Essa constatação podemos ver através dos materiais produzidos durante esse período, associando a todos os encontros, conferências, grupos de trabalhos, além da criação de estruturas e mecanismos de garantia e defesa dos direitos humanos LGBT, que foram se constituindo e contribuindo com uma maior organicidade e fortalecimento dos grupos e associações LGBT em todo Brasil.

A pauta dos direitos humanos e da cidadania LGBT passou a ser algo presente nos governos municipais e estaduais também, municiados pelo governo federal. O Plano Nacional de Direitos Humanos expressava claramente que os direitos humanos de LGBT passariam a integrar a agenda das políticas públicas do governo federal, a serem replicados nas instâncias municipais e estaduais.

No Estado do Piauí, como forma de efetivação da política LGBT na administração estadual, foi criado o Centro de Referência LGBT- Raimundo Pereira, mecanismo que

teria como objetivo principal implementar políticas públicas para essa população, contribuindo também com a criação dos mecanismos municipais. Nesse sentido, o propósito desta pesquisa foi de contribuir com a análise sobre a efetividade das políticas públicas desenvolvidas pelo CRLGBT, destacando também a participação dos primeiros ativistas travestis e transexuais, dos grupos sociais, que contribuíram efetivamente para que políticas públicas fossem construídas e implementadas, e a influência que os mesmos tiveram na construção do citado Centro de Referência, e como essas políticas têm contribuído para a efetivação da cidadania de pessoas transexuais e travestis.

Nessa perspectiva, partimos também da análise da realidade concreta da população de travestis e transexuais, marcada historicamente por graves contradições e violações de direitos, a fim de contribuir com a constituição ou com o reforço dos mecanismos sociais existentes, bem como, com a implementação de políticas públicas que venham favorecer ao enfrentamento dessas violações, com ações que garantam a defesa dos direitos humanos desta população e as contemplem como pessoas possuidoras de direitos e de cidadania.

Essa problemática que foi definida como ponto de partida para a pesquisa em questão, está relacionada com um campo de trabalho que vem sendo desenvolvido, como foi enfocada na introdução. A forma como tem se dado os casos de violações de direitos da população LGBT, e em especial de travestis e transexuais, estão associadas à cultura de ódio, própria de uma sociedade onde se naturalizou o uso da violência como defesa dos princípios tradicionais dessa estrutura social.

O foco da pesquisa busca dialogar com a sociedade, com os grupos sociais e com o próprio poder público diretamente envolvidos nessa problemática de ordem social, que são as violações dos direitos de uma parcela da população brasileira, que passa historicamente por um processo de discriminação dentro da estrutura social. Trata-se da população de travestis e transexuais, a qual podemos até se considerar como segmento mais discriminado socialmente, quando fazemos o recorte de cor/raça, de geração, de gênero e de condição social.

Para Berenice Bento (2006), o que está em jogo nessa disputa é o próprio conceito de humanidade, não uma categoria abstrata. O que importa é pensar a travesti, a transexual como alguém feita de osso, carne, sangue, e que encontra sua materialidade no conceito de cidadania, direito ao trabalho, à saúde, à educação, e também à identidade de gênero do próprio corpo.

Considerando a atual situação do país, no momento em que se constata a exacerbação dos discursos de ódio e de intolerância nas suas várias matizes, como também o aumento da violência, inclusive de forma institucionalizada, onde as maiores vítimas são as pessoas travestis e transexuais, torna-se oportuno contribuir com o debate sobre as violações sofridas pela população LGBT; fazendo um recorte para as pessoas travestis e transexuais, e discutir quais políticas estão sendo gestadas pelo Governo do Estado do Piauí, como reparação às violações.

Ao trazer para a discussão o tema das políticas públicas LGBT a lógica também é de reconhecer as especificidades de cada participante dentro do ambiente do movimento, mas também no espaço governamental. Das pessoas entrevistadas, escolhemos trabalhar mais eficazmente com os gestores, tendo em vista que o foco principal da pesquisa é o papel desenvolvido pelo mecanismo governamental, aqui se tratando do CRLGBT – Raimundo Pereira, vinculado à Secretaria de Estado da Cidadania, Trabalho e Direitos Humanos.

Percebe-se que a criação de mecanismos governamentais, como a Coordenadoria Nacional de Promoção da Cidadania LGBT, a criação do Plano Nacional de Promoção da Cidadania LGBT – PNDCDH III, e em nível dos Estados, os centros de referências, bem como o fortalecimento do controle social, a partir das estruturas dos conselhos de direito, trouxeram esperança para a população LGBT, no sentido do combate ao preconceito, à discriminação e à exclusão social.

De fato, o arcabouço de políticas públicas implementadas no período, especialmente de 2003 a 2010, contribuíram para o fortalecimento das organizações da população LGBT, especialmente no Estado do Piauí, podemos perceber esse avanço, mas há que se considerar que, com a mudança no governo central, ocorrido a partir do golpe parlamentar ocorrido em 2016, as políticas de direitos humanos em geral foram afetadas, dentre elas, as políticas voltadas para o segmento LGBT. Essa mudança de rumo da política nacional, de perdas de direitos e desmonte do Estado, afetou também as administrações estaduais e municipais. Muitas dessas estruturas fecharam ou foram sucateadas. Em nível de Estado do Piauí, esse retrocesso prejudicou de forma evidente a política de direitos humanos e, assim, a continuidade das ações voltadas para a população LGBT.

Se avaliarmos a estrutura inicial do Centro de Referência LGBT, podemos perceber o quanto o Centro perdeu em relação à efetivação das políticas. De um conjunto

de 22 técnicos em sua base inicial, hoje restam apenas três, sem contar as perdas que ocorreram na infraestrutura, como a sede, carro, serviços de telefonia, e ainda o afastamento da sua base, os usuários; em razão das constantes mudanças de sua sede, dificultando o acesso aos serviços, já tão poucos.

Um órgão que nasceu em 2009 com o propósito de ser um espaço de referência para a população LGBT, que na sua origem contava com uma equipe técnica multiprofissional para acompanhamento das demandas dessa população, no momento atual tem sua atuação limitada ao atendimento de travestis e transexuais, com a política de expedição de carteira do nome social, campanhas de enfrentamento à transfobia e acompanhamento de denúncias de violências transfóbicas.

Um dado também que dificulta a ampliação dessa atuação pode estar relacionado a centralização das ações na sua maior parte, na capital, deixando muito a desejar nos diversos municípios do Estado. Acreditamos ser urgente a necessidade de descentralizar os serviços, e a criação de estruturas aos moldes do CRLGBT, nos demais municípios do Piauí, como forma de ampliar a participação do público-alvo, e essas ações podem ser realizadas também através de parcerias, inclusive com a iniciativa privada.

Essa constatação podemos sentir durante o processo de elaboração e escuta durante a pesquisa, por usuários e ativistas. A limitação das ações do CRLGBT leva à falta de capilaridade do Centro de Referência, e o fato das políticas não chegarem a outras áreas do Estado dá uma sensação de que as violências que afetam a população LGBT só acontecem nas capitais. Enquanto isso, a população LGBT nos municípios continua sem acesso básico aos serviços e sem proteção de vida.

Muitas vezes, quando as ações chegam, é de uma forma fragmentada, com uma leve impressão de que essa população ainda não se constituiu como prioridade de ação das gestões municipais. Essa realidade contradiz ao que está expresso no Plano Nacional de Promoção da Cidadania dos Direitos Humanos de LGBT, no que define como ser de competência dos estados e municípios “articular e estimular a criação de estruturas de coordenação” em vista de promover ações que garantam a dignidade dessa população. Algo muito importante poderia acontecer; a criação nos municípios dentro de suas administrações, mecanismos para dinamizar as políticas de atendimento à população LGBT, e assim garantir dignidade e cidadania dessa população.

Apontamos nessa pesquisa como essencial a participação de pessoas LGBT, mesmo que em pouco número, na gestão estadual. Exemplo do CRLGBT, que tem como

coordenador um homem gay, uma travesti e duas mulheres trans. Essa organização compõe um dado positivo, pois demonstra compromisso do Estado em garantir a inclusão desse segmento na estrutura governamental para que, de fato, a pauta LGBT se constitua em agenda positiva e, ao mesmo tempo, dê visibilidade às pessoas trans, em um ambiente onde a maioria ainda está alijada da participação.

Apesar das dificuldades, e com ações reduzidas, com a diminuição nos seus quadros profissionais e de sua estrutura, o CRLGBT continua atuando na luta pela implementação das demandas LGBT, através de cursos de formação para agentes públicos, principalmente os policiais, para que numa abordagem a uma pessoa trans possam agir de forma humana, tendo em vista que grande parte ainda vive unicamente de renda auferida da prostituição. A realização de cursos de capacitação para a população trans, com os fins de inserção no mundo do trabalho; a realização do contrato homoafetivo, em conjunto com a defensoria pública; assim como a confecção e entrega da carteira do nome social e campanhas públicas realizadas durante as datas consideradas históricas para o movimento LGBT são ações já reconhecidas do CRLGBT.

Buscando reverter a realidade que a maior parte dos atendidos pelo Centro se encontra, a Secretaria de Estado da Assistência Social, Cidadania, Trabalho e Direitos Humanos-SASC, através da Gerência de Enfrentamento, a LGBTfobia da Superintendência de Direitos Humanos em parceria com o CRLGBT, lançou este ano o Pacto Estadual de Enfrentamento a LGBTfobia e tem feito lançamento de campanhas e assinado junto às gestões um acordo de cooperação técnica para o desenvolvimento de ações que coíbam as violações dos direitos humanos da população LGBT, como também a implementação de políticas públicas que venham beneficiar essa população, buscando a criação de espaços propícios para o respeito e dignidade.

O diálogo entre poder público, seja na esfera estadual, seja municipal, com as representações LGBT pode fazer brotar experiências exitosas no que diz respeito à efetivação de políticas públicas, para que haja uma qualificação nessas ações, com a participação efetiva de um maior número de pessoas LGBT nos espaços de poder e na sociedade.

A partir do que foi exposto durante o percurso desta pesquisa, podemos considerar que existem aberturas para continuidade e apresentação de novos trabalhos com essa temática, ainda não totalmente conhecida. O propósito deste trabalho não se esgota aqui,

mas buscamos abrir espaços para novas abordagens que estejam relacionadas à questão LGBT.

Os eixos apresentados na pesquisa, como a trajetória de vida das pessoas militantes e ativistas trans, bem como o papel que exerceram na luta por direitos e cidadania, obrigaram o Estado a pensar em políticas e ações que pautassem de forma específica as demandas de travestis e transexuais, e que as visse como pessoas humanas detentoras de direitos, dando a elas o direito de manifestação.

Nesse sentido, o Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira, na sua trajetória, contribuiu e contribui, enquanto mecanismo público, para o protagonismo dessa população, mesmo considerando sua frágil estrutura atual. Assim mesmo, mantém sob sua égide as políticas destinadas a população LGBT, especialmente para as pessoas travestis e transexuais.

O que podemos apontar como solução a esse desafio, a partir do que ouvimos dos atores/atrizes envolvidos, é que o Estado precisa agir a partir de ações eficazes para ampliar a estrutura material, como também de recursos humanos para que o Centro de Referência possa, de fato, atuar dentro dos seus objetivos, buscando sempre um atendimento eficaz e uma abrangência maior em seu raio de atuação. Tudo isso passa pela necessidade de contratação de uma equipe técnica multiprofissional e ampliação de sua estrutura material, para melhor acompanhamento dessa população. Capacitar pessoas, qualificar os serviços do Centro de Referência para melhor resolutividade dos problemas vivenciados pela população LGBT.

REFERÊNCIAS

- BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonara Naidier Bonfim. **DOSSIÊ:** assassinatos contra travestis brasileiras e violência e transexuais em 2019. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 27 out. 2019.
- BENTO, Berenice. **A reinvenção do Corpo:** Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro Editora Devires. 3ª edição, 2021.
- BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade?** São Paulo: Brasilienses, 2008.
- BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. **Guia orientador para a criação de conselhos estaduais/municipais de direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT.** Brasília: SED-PR, 2013.
- BRASIL. Projeto de Lei de identidade de gênero: **Lei João W. Nery.** Brasília: 2013. Disponível em <http://Prae.ufsc.br/files//2013//06/PL-5002-2013-Lei-de-identidade-de-g%c3/AAnero.Pdf>. Acesso em 25 de setembro de 2019.
- BRASIL. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.** Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.
- CARVALHO, Mário Felipe de Lima; CARRARA, Sérgio. Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. **Revista latinoamérica: Sexualidad, salud y sociedad**, nº 14, Rio de Janeiro.
- FACHINI, Regina. **“SOPA DE LETRINHAS?”** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado, Campinas, SP. 2002.
- FEITOSA, Cleyton. **Direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em Pernambuco:** Caso do Centro Estadual de Combate à homofobia. Dissertação de Mestrado, 2016.
- GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Pesquisa qualitativa e subjetividade:** os processos de informação. São Paulo; pioneira Thomson Learning, 2005.
- JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre a população transgênero:** conceitos e temas. Brasília. 2012.
- LAKATOS, E. MARCONI, M. de A. **Metodologia científica:** ciência e conhecimento: métodos científicos, teorias, hipóteses e variáveis. 2. ed. São Paulo. Atlas, 1992.
- LUCENA, Murilo. **Ambulatório voltado para travestis e transexuais é inaugurado no PI e homenageia vítima de homofobia.** 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2020/01/29/ambulatorio-voltado-para-travestis-e-transexuais-e-inaugurado-no-pi-e-homenageia-vitima-de-homofobia.ghtml>. Acesso em: 27 out. 2021.

MELLO, Luiz. Cidadania da população LGBT: Políticas públicas como instrumento de mudança social. Artigo apresentado no **XV congresso brasileiro de sociologia**. Curitiba, PR, 2011.

MELANIA, Moroz; Mônica Helena T. A Gianfaldoni. **O processo de pesquisa: iniciação**. Série pesquisa em educação, 2002.

NARDI, Henrique Caetano. MACHADO, Paula Sandrine. SILVEIRA, Raquel da Silva. **Diversidade Sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?** Porto Alegre. Deriva/Abrapso, 2015.

PI, G1. **Homem é preso em Teresina suspeito de ter matado travesti Makelly Castro**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2015/08/homem-e-preso-em-teresina-suspeito-de-ter-matado-travesti-makelly-castro.html>. Acesso em: 27 out. 2021.

REDE TRANS BRASIL. **Diálogos Sobre Viver Trans – Monitoramento: Assassinatos e Violação de Direitos Humanos de Pessoas Trans no Brasil – Dossiê**, 2018.

SILVA, Luisa Alcantara e. **Vida transviada: a trajetória de João W. Nery**, primeiro homem trans a fazer uma cirurgia de readequação sexual no Brasil, é contada em dois livros recém-lançados. 2019. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip/joao-w-nery-o-primeiro-trans-homem-a-fazer-uma-cirurgia-de-readequacao-sexual-no-brasil>. Acesso em: 27 out. 2021.

SOUSA, Maria-Clara Mendes de. **Corpo, gênero e nome; Experiências identitárias de travestis e transexuais de Teresina – PI, a partir do uso do nome social**, UFPI, 2019.

SIMPSON, Keila; BENEVIDES, Bruna. **CANDIDATURAS TRANS FORAM ELEITAS EM 2020**. 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.org/2020/11/16/candidaturas-trans-eleitas-em-2020/>. Acesso em: 27 out. 2021.

SOUSA, Keila Simpson. **E assim nasceu o movimento nacional de Travestis e Transexuais**. S.D. Disponível em: <https://antrabrazil.org/historia/>. Acesso em: 27 out. 2021.

ANEXO A: ROTEIRO DE ENTREVISTA**ENTREVISTADO: Vitor kozłowski – Coordenador Estadual do Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira**

1. Como e quando se deu sua inserção no movimento LGBT? Fale sobre sua trajetória no movimento, o que a motivou seu ingresso nas lutas de reconhecimento dos direitos dessa população?
2. Como você vê o papel do Estado através das ações desenvolvidas pelo Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira, no que tange a implementação das políticas públicas voltadas para a cidadania de travestis e transexuais?
3. Fale sobre sua experiência frente ao Centro de Referência LGBT- Raimundo Pereira.
4. Como gestor estadual do Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira, que vem trabalhando com o propósito de elaboração de políticas públicas para a população de travestis e transexuais, responda:
 - a) Quais tem sido os principais desafios apresentados em relação à implementação de políticas públicas para a população de travestis e transexuais no Estado do Piauí?
 - b) Qual a estrutura funcional do Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira?
 - c) Quais os principais serviços têm sido desenvolvidos pelo Centro de Referência, no que diz respeito às demandas apresentadas pela população trans, como o enfrentamento à violência, garantia de acesso aos serviços públicos de saúde, educação...?

ANEXO B: Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TECLE**FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - FLACSO
CURSO MAESTRIA, ESTADO, GOBIERNO Y POLÍTICAS PÚBLICAS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Políticas Públicas para Travestis e Transexuais: estudo sobre o Centro de Referência LGBT – Raimundo Pereira – Teresina - Piauí****Conceição de Maria de Sousa e Silva****Número do CAAE:(inserir após aprovação pelo CEP)**

Você está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa, que tem por título “Políticas Públicas para travestis e transexuais: estudo sobre o Centro de Referência LGBT Raimundo Pereira – Teresina – Piauí”. O objetivo da pesquisa é analisar o funcionamento do Centro de Referência LGBT e seus desafios na formulação e implementação de políticas públicas voltadas para a população de travestis e transexuais para o enfrentamento e superação da violência e da discriminação. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento. Ao convidá-la (o) para participar dessa pesquisa, faço por considerar sua trajetória de vida, sua atuação profissional e/ou militante, serem fundamentais na constituição deste trabalho, que também se propõe a resgatar a história e o pioneirismo no ativismo em defesa dos direitos e da cidadania LGBT (travestis e transexuais).

Destaco que sua participação não é obrigatória e você só deve responder somente as perguntas que se sentir à vontade. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento, caso não esteja de acordo com o andamento da pesquisa. Sua recusa não poderá representar prejuízo em relação com a pesquisadora.

Ao assinar esse termo, você autoriza a gravação de entrevistas e a realização de fotografias. O uso do material será exclusivo para a pesquisa e as informações obtidas serão confidenciais, com sua identidade preservada, se assim desejar. A participação na pesquisa não gerará nenhuma despesa. A pesquisadora se compromete a zelar pela qualidade editorial da publicação, garantindo que a entrevista cedida permaneça fiel aos originais.

Justificativa e objetivos:

A necessidade de realizar esta pesquisa partiu tão somente de um questionamento sempre presente e constatado nas rodas de discussão feitas quando o tema se relacionava com as políticas públicas implementadas como demandas da população TRANS no Estado do Piauí. Em um cenário de desigualdades tão presentes em nossa sociedade e das violações dos direitos humanos pretendo, com esse trabalho, analisar a efetividade das políticas

públicas desenvolvidas pelo Centro de Referência LGBT no sentido da garantia dos direitos humanos da população de travestis e transexuais. Essas políticas desenvolvidas têm de fato contribuído para a cidadania dessa população? Ao mesmo tempo, busco analisar o Centro de Referência LGBT em sua estrutura funcional. Foi buscando responder essas perguntas que me desafiei a elaborar esse estudo, que espero ter uma resposta equivalente as necessidades desta população.

Analisar aspectos da realidade da população de travestis e transexuais, realidade essa marcada historicamente por contradições e violação de direitos, também é foco dessa pesquisa. Com isso, pretendo estar contribuindo com a constituição de mecanismos legais, bem como com a implementação de políticas públicas que venham, de fato, favorecer essa população em seus direitos, não como categoria tutelada, mas como cidadãos e cidadãs de direito.

DECLARAÇÃO

Declaro que autorizo a utilização de todo material de forma que melhor aprover para toda e qualquer divulgação da pesquisa, sem limitação de tempo ou número de utilizações, sendo certo que o material criado se destina à produção de obra intelectual organizada e de titularidade da pesquisadora Conceição de Maria de Sousa e Silva. Declaro que eu fui informada (o) sobre os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e porque a pesquisadora precisa de minha contribuição, tendo entendido a explicação. Por isso, eu concordo em participar, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento será emitido em duas vias, que serão ambas assinadas por mim e pela pesquisadora, ficando uma via para cada participante.

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Responsabilidade da Pesquisadora:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 466/2012 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

Conceição de Maria de Sousa e Silva
Pesquisadora

ANEXO C: Ficha dos dados de expedição da carteira de nome social

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS
SUPERINTENDÊNCIA DE DIREITOS HUMANOS

ASSISTÊNCIA, TRABALHO
E DIREITOS HUMANOS
Secretaria de Estado da Assistência Social,
Trabalho e Direitos Humanos



CENTRO DE REFERÊNCIA PARA PROMOÇÃO DA CIDADANIA LGBTI "RAIMUNDO PEREIRA"

CADASTRO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE SOCIAL

Nº. Controle: _____/_____
Data: ____/____/____

Nome social: _____
Nome (RG): _____
RG: _____ CPF: _____
Filiação: _____

Sexo: () Masculino () Feminino Data de Nasc.: ____/____/____ Idade: ____
Estado Civil: () Solteiro (a) () Casado (a) () Divorciado (a) () Viúvo (a)
Escolaridade: _____ Profissão: _____
Endereço: _____
Bairro/Vila: _____ Cidade: _____
CEP: _____ Telefone Contato: () _____
E-mail: _____
Possui todos os documentos? () Sim () Não _____

Identid. Gênero: () TS Masc. () TS Fem. () Travesti

Com quem mora?
Família () / Companheiro (a) () / Amigo (a) () / Só ()
Grupo Familiar: _____

Reside em: () Casa () Apartament. () Instituição () Morador de rua
Tipo de moradia: () Própria () Alugada () Cedida () Financiada

Etnia: () Branca () Negra () Parda () Amarela () Indígena
Religião: () Católica () Evangélica () Cultos Afros () Espírita Kardecista () Outros

Observação: _____

Assinatura

Avenida Pedro Freitas, s/n Centro Administrativo, Bloco A – 1º andar.
64018-900 – Teresina – Piauí – Brasil.
Email: crh@sasc.pi.gov.br

Fonte: Arquivos do Centro de Referência LGBT

ANEXO D: Pacto Estadual de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica

Fonte: Arquivos do Centro de Referência LGBT - 2021

ANEXO E: Texto sobre Raimundo Pereira

Raimundo Pereira, cantor lírico, nascido em 04/10/1960 na cidade de José de Freitas, Estado do Piauí, se destacou quando o assunto era música. Quando criança participava de todos os concursos para melhor intérprete, onde foi sempre o vencedor. De lá para cá, sempre foi atração.

Transferiu-se para Teresina em 1978 para estudar na escola técnica Federal do Piauí, no curso de contabilidade. Neste ano ingressou no coral da escola. Fez sua primeira viagem para Belém do Pará. Um ano depois cantou no Coral Nossa Senhora do Amparo, onde conheceu o maestro Reginaldo Carvalho, descobridor de seu timbre de voz peculiar. Em 1982, participando do curso de regência na Universidade Federal do Piauí, veio ao Rio de Janeiro, saiu daqui embevecido e quase autodidaticamente, passou a estudar canto lírico.

Fez seu recital debut no Theatro 4 de setembro, em Teresina, em 10.11.84 privilegiando a música brasileira e piauiense. Fez diversos recitais nas principais capitais brasileiras como Brasília, Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, Vitória, Salvador, Maceió, Recife, São Luís e Manaus.

Transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro em 1990 para estágio no coro do Teatro municipal. Atuou no Projeto Riomania, na Associação Comercial do Rio de Janeiro; movimentou a Confeitaria Colombo com animados saraus. Fundou o Lyric quartel, grupo formado por cantores líricos que popularizaram a ópera nas diversas esferas da sociedade, com reconhecimento dos mais bem-conceituados críticos do assunto.

Ingressou no Grupo Atobá de Emancipação Homossexual, reconhecido como utilidade pública estadual e municipal, trabalhando voluntariamente. Em curto espaço de tempo, transformou o grupo em referência na luta pelos direitos de cidadania dos homossexuais. Participou em junho de 1992 da conferência ECO-92 onde o Grupo Atobá tinha um stand no fórum global, sendo o único grupo gay a estar presente ao evento. A partir daí se engajou duramente na luta pelos direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no âmbito nacional. Com o extinto grupo ARA (Apoio Religioso aos Portadores do vírus da Aids) visitou por diversas vezes hospitais levando alimentos e conforto aos portadores internados e desamparados pelas famílias.

Em 1993 participou na organização da primeira passeata gay que se tem notícia no Brasil. Em 1994 novamente participou da organização da segunda

passada gay. Hoje tradicional, a passada conta com o apoio de políticos, sociedade civil e representantes de ONG's nacionais e internacionais.

Participou de vídeos Homens produzido pela ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS) e Pela Vida, sendo o primeiro vídeo do país a focar abertamente a homossexualidade, abrindo caminho para discussões mais abrangentes sobre o tema.

Participou na inclusão de nomes de entidades gays para o disco de Renato Russo, em 1994. Foi indicado pela Rede internacional de cultura Gay/lésbica, com sede em Estocolmo, na Suécia para representar a entidade na América Latina e Caribe. Publicou pela editora JC o primeiro guia para gays e lésbicas do Brasil, com ampla divulgação na imprensa escrita e televisão.

Em 1995 foi um dos organizadores da 17ª Conferência Mundial da ILGA (Internacional Lesbian and Gay Association) no Rio Palace Hotel no Rio de Janeiro, com participantes de vários países. Na ocasião, Raimundo Pereira também se apresentou cantando Bachianas de Vila-Lobos, para uma grande plateia, em homenagem a personalidades gays e lésbicas que se destacavam na defesa dos direitos humanos em todo o mundo.

Ainda em 1995 fez sua primeira turnê pela Europa. Na Alemanha se encontrou com o Deputado verde Volker Beck, influenciando na apresentação do projeto de União civil entre pessoas do mesmo sexo naquele país. Se apresentou em importantes recitais com enorme sucesso. Na mesma ocasião, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, estando de visita à Bélgica e Alemanha, o cantor lírico aproveitou o momento para solicitar ao mesmo que se pronunciasse sobre os constantes assassinatos de homossexuais no Brasil, pois o número já era alarmante. Conseguiu a resposta de que o presidente FHC enviara suas reivindicações e propostas para o Ministério da Justiça.

Participou em Curitiba, do Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, daí foi criada a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), na qual foi eleito Secretário de Comunicação por dois anos. Também, no mesmo ano, em novembro, foi para Santiago do Chile para participar da Conferência Latino Americana de AIDS. Aproveitou a oportunidade para se pronunciar na imprensa daquele país, contra o Código 235 da Constituição Chilena que proíbe a homossexualidade, levantando a polêmica do assunto e por seguinte a revogação do mesmo.

Em 1996 escreveu outro guia para gays, lésbicas e bissexuais, em inglês/português, mais uma vez com grande repercussão no Brasil e exterior. Divulgou o Turismo do Brasil,

especialmente do Rio, na Europa e Estados Unidos, principalmente no guia internacional Spartacus, editado em Berlim. Hoje é solicitado por turistas de vários países para orientá-los no Rio de Janeiro bem como em todo o Brasil, organiza diversos passeios com amigos brasileiros e americanos, sempre levando a bandeira dos direitos à cidadania, independente da orientação sexual de cada um.

Foi colaborador do Departamento de Defesa dos Direitos Humanos dos Estados Unidos, informando anualmente sobre discriminações e violações dos direitos humanos no Brasil. Em 1996 denunciou perante ao Sr. Pierre Sane, presidente da Anistia Internacional, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores do Rio de Janeiro, violências e perseguições aos homossexuais.

Em setembro de 1996, após manifestação contra a discriminação sofrida por gays nas forças armadas, em frente ao Comando Militar do Leste, recebeu ameaça de morte denunciada na delegacia de polícia de Realengo e na Anistia Internacional. Não se calou e, graças à luta do grupo Atobá, conseguiu sancionar a lei municipal que proíbe qualquer discriminação em repartições privadas aos homossexuais, direito adquirido nas Constituições Federal e Estadual, mas raramente punido o não cumprimento.

Em 1997 recebeu da Rede Internacional de Cultura Gays e Lésbica, da Suécia, o prêmio de Embaixador Cultural do Brasil. Participou da peça “Madame Satã” dirigida por Anselmo Vasconcelos. Também cantou para a trilha sonora do filme “Navalha da Carne”, de Neville d’ Almeida, com ótimas sobre seu trabalho.

Fundou e dirigiu o Coral de Jovens do Centro de Formação Profissional da Flumitrens, tendo feito várias apresentações públicas.

Em 1998 criou o coral de adolescentes Centro Cultural Areal Livre, na favela de Acari. Foi fundador e regente do Coral da FESP (Fundação Escola de Serviço Público), sendo destaque na grande mídia e até BBC de Londres.

A comunidade gay do Estado já lhe concedeu vários prêmios e títulos. O mais recente, da famosa turma OK (a primeira entidade gay do Rio, fundada nos anos 60)

Escrevia uma coluna para o Jornal Grito há 4 anos sempre valorizando a cidade, também escrevia para o jornal Black News, onde segue a mesma linha.

Em 1999, a convite de Glória Perez, participou da novela Pecado Capital, reivindicando e propondo mudanças para a situação dos gays frente a polícia. Foi um dos organizadores da Passeata pela Paz em Ipanema, mobilizando centenas de pessoas em prol da cidadania.

Fundou o coral do Centro de Atualização da Mulher, em Ipanema, formada por senhoras de terceira idade.

Convidado por Rubem César Fernandes coordenador do Movimento Viva Rio, formou o coral daquela organização. Também formou o coral da Favela da Maré e do Projeto Semear em Bangu, por entender que a música além de levar alegria às pessoas, é também uma arma com muito poder na prevenção da formação de menores infratores.

Participou do Filme Maktub, de Paulo Coelho, dirigido por Neville D' Almeida. Gravou seu primeiro CD com músicas sacras. Lançou em outubro seu livro de memórias, Obrigado Não, escrito pela jornalista Cristina Tojero.

Foi coordenador no Rio de Janeiro da 2ª Conferência Mundial de Cultura Gay/Lésbica, que aconteceu em julho com apresentações de vários grupos de dança, atores, cantores, políticos com palestrantes do Brasil e exterior.

Foi membro consultor do Ministério da Saúde na área de Homossexualidade, ao lado do antropólogo Luiz Mott (do Grupo Gay da Bahia).

Foi membro da diretoria do Grupo CORES (Centro de Orientação e Estudos da Sexualidade).

É um dos criadores do Disque Denúncia Homossexual, e do Centro de Referência de Crimes contra Homossexuais, ambos em parceria com a Secretaria Estadual de Segurança Pública e a Comissão Especial Contra a Impunidade da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

No Grupo Atobá foi vice-presidente durante dois mandatos.

Se apresentou em quase todas as salas de espetáculos do Rio de Janeiro, inclusive em diversas igrejas como: Sara Nossa Terra, Batista de Laranjeiras, Metodista de Copacabana, Luterana (Centro), São Lourenço (em Bangu), Presbiteriana Bethesda (Copacabana), templo Brhama Kumaris, entre outras.

Fez uma apoteótica apresentação durante o ano 2000, Basta! Eu quero Paz no Largo da Carioca em julho, para um público de 25 mil pessoas, a convite do Viva Rio. Regeu o coral de crianças do Morro do São Carlos levando as mesmas aulas de música.

Raimundo Pereira foi com certeza, uma das pessoas mais conhecidas e influentes da comunidade gay no Brasil, grande formador de opinião nas diversas esferas da sociedade gay no Brasil.

Rio de Janeiro, 02 de maio de 2001

Cida Diogo – deputada Estadual